CAGECE - CIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA

Informações Trimestrais

Ano: 2026 Versão: 1

Sumário

CAGECE - CIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA

Dados da Empresa 03

DFs Individuais 04

Comentário do Desempenho 18

Notas Explicativas 39

Pareceres e Declarações 06

Índice

Dados da Empresa

Dados da Empresa / Composição do Capital 07

Índice

DFs Individuais

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo 08

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo 09

DFs Individuais / Demonstração do Resultado 11

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente 12

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa 13

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 05

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado 17

Índice

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026 15

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025 16

Índice

Pareceres e Declarações

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 118

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 119

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 120

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 121

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	52.132.251
Preferenciais	15.711
Total	52.147.962
Em Tesouraria	
Ordinárias	4
Preferenciais	1
Total	5

Renda Bruta	
Data da apuração	01/07/2026
Receita Bruta Consolidada	2.894.120
Data da apuração (comparativa)	30/09/2026
Receita Bruta Consolidada (comparativa)	2.548.364

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	9.310.456	8.009.847
1.01	Ativo Circulante	1.206.270	1.100.274
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.638	8.127
1.01.02	Aplicações Financeiras	528.310	433.322
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	528.310	433.322
1.01.03	Contas a Receber	585.447	566.313
1.01.03.01	Clientes	585.447	566.313
1.01.04	Estoques	31.198	33.527
1.01.06	Tributos a Recuperar	46.104	41.186
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.219	883
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.354	16.916
1.01.08.03	Outros	9.354	16.916
1.01.08.03.01	Adiantamentos a empregados	5.444	3.484
1.01.08.03.02	Depósitos Vinculados	1.356	12.648
1.01.08.03.03	Outros ativos	2.554	784
1.02	Ativo Não Circulante	8.104.186	6.909.573
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	210.242	187.738
1.02.01.04	Contas a Receber	1.036	1.063
1.02.01.04.02	Clientes	1.036	1.063
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	821	16
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	208.385	186.659
1.02.01.10.04	Projeto KFW - recursos aplicados	3.914	3.905
1.02.01.10.05	Depósitos judiciais	31.525	30.081
1.02.01.10.06	Depósitos para reinvestimento	17.671	15.990
1.02.01.10.07	Depósitos vinculados a garantias	125.946	111.932
1.02.01.10.08	Ativos financeiros - Contratos de Concessão	28.420	22.904
1.02.01.10.10	Outros Ativos	137	654
1.02.01.10.11	Bloqueios Judiciais	772	1.193
1.02.02	Investimentos	23.457	21.936
1.02.02.01	Participações Societárias	23.457	21.936
1.02.03	Imobilizado	677.465	150.876
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	677.465	150.876
1.02.04	Intangível	7.193.022	6.549.023
1.02.04.01	Intangíveis	7.193.022	6.549.023
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	4.776.933	4.449.188
1.02.04.01.03	Direito de uso	7.921	8.230
1.02.04.01.04	Softwares	63.646	54.101
1.02.04.01.05	Ativo de contrato	2.344.522	2.037.504

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	9.310.456	8.009.847
2.01	Passivo Circulante	1.075.553	791.776
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	72.613	70.624
2.01.01.01	Obrigações Sociais	72.613	70.624
2.01.02	Fornecedores	443.251	360.240
2.01.03	Obrigações Fiscais	52.504	53.066
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	52.504	53.066
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	82	0
2.01.03.01.02	Tributos a Recolher	52.422	53.066
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	312.195	154.420
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	209.507	96.812
2.01.04.02	Debêntures	36.547	29.705
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	66.141	27.903
2.01.04.03.01	Arrendamento mercantil	66.141	27.903
2.01.05	Outras Obrigações	173.791	138.827
2.01.05.02	Outros	173.791	138.827
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	61.112	67.790
2.01.05.02.04	Outras obrigações	114	819
2.01.05.02.07	Obrigações parceria público-privada	112.565	70.218
2.01.06	Provisões	21.199	14.599
2.01.06.02	Outras Provisões	21.199	14.599
2.01.06.02.04	Incentivo a aposentadoria - PRSP	21.199	14.599
2.02	Passivo Não Circulante	4.365.291	3.536.889
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.262.092	2.603.566
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.598.672	1.451.448
2.02.01.02	Debêntures	1.116.254	1.105.086
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	547.166	47.032
2.02.02	Outras Obrigações	793.946	652.437
2.02.02.02	Outros	793.946	652.437
2.02.02.02.03	Tributos a recolher	14.845	20.625
2.02.02.02.06	Garantias contratuais de fornecedores	6.189	5.590
2.02.02.02.07	Acordos judiciais a pagar	42.090	36.709
2.02.02.02.17	Obrigações parceria público-privada	627.397	573.284
2.02.02.02.18	Instrumentos Financeiros Derivativos LP	103.425	16.229
2.02.03	Tributos Diferidos	11.032	16.055
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.032	16.055
2.02.04	Provisões	298.221	264.831
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	138.656	132.433
2.02.04.01.05	Provisões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias	138.656	132.433
2.02.04.02	Outras Provisões	159.565	132.398
2.02.04.02.04	Incentivo a aposentadoria - PRSP	56.605	39.174
2.02.04.02.05	Provisão atuarial benefício definido - Plano de saúde	102.960	93.224
2.03	Patrimônio Líquido	3.869.612	3.681.182
2.03.01	Capital Social Realizado	3.250.387	2.964.689
2.03.01.01	Capital Social	3.250.387	2.964.689

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.03.04	Reservas de Lucros	192.082	262.906
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	413.967	435.230
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	13.176	18.357

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	947.676	2.669.879	808.898	2.353.560
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-566.463	-1.534.493	-467.115	-1.395.280
3.03	Resultado Bruto	381.213	1.135.386	341.783	958.280
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-257.571	-725.166	-210.779	-592.669
3.04.01	Despesas com Vendas	-85.398	-223.912	-60.812	-166.254
3.04.01.01	Despesas com Vendas	-39.708	-116.901	-36.451	-96.736
3.04.01.02	Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	-45.690	-107.011	-24.361	-69.518
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-170.801	-494.901	-150.996	-424.905
3.04.02.01	Despesas administrativas	-155.515	-446.854	-137.130	-383.166
3.04.02.02	Despesas tributárias	-15.286	-48.047	-13.866	-41.739
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-1.239	-5.774	1.120	-494
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-133	-579	-91	-1.016
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	123.642	410.220	131.004	365.611
3.06	Resultado Financeiro	-111.886	-317.537	-60.199	-158.880
3.06.01	Receitas Financeiras	-61.277	83.778	48.534	95.829
3.06.02	Despesas Financeiras	-50.609	-401.315	-108.733	-254.709
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	11.756	92.683	70.805	206.731
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.501	-9.058	-7.118	-20.114
3.08.01	Corrente	-3.416	-14.081	-8.951	-24.685
3.08.02	Diferido	1.915	5.023	1.833	4.571
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	10.255	83.625	63.687	186.617
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	10.255	83.625	63.687	186.617
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,1974	1,6096	0,3315	0,9714
3.99.01.02	PN	0,2171	1,7706	0,3646	1,0685

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	10.255	83.625	63.687	186.617
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.251	-5.181	-1.905	-1.905
4.03	Resultado Abrangente do Período	13.506	78.444	61.782	184.712

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	570.931	409.092
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	717.533	688.372
6.01.01.01	Lucro antes do IRPJ e CSLL	92.683	206.731
6.01.01.02	Depreciação e amortização	229.033	183.622
6.01.01.03	Valor residual na baixa de ativos imobilizados e intangíveis	33.971	29.162
6.01.01.04	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	103.420	69.518
6.01.01.05	Provisão para causas judiciais	5.958	4.924
6.01.01.06	Provisão Incentivo a aposentadoria - PRSP	42.572	39.836
6.01.01.07	Atualização da provisão incentivo a aposentadoria	6.702	3.926
6.01.01.08	Ajuste a Valor Presente - PRSP	-9.352	-13.732
6.01.01.09	Atualização monetária de depósitos judiciais e REFIS	669	0
6.01.01.10	Juros e variações monetárias	199.754	205.518
6.01.01.11	Resultado ativos financeiros - contratos de concessão	-2.043	-668
6.01.01.12	Rendimento aplicações financeiras	-31.744	-47.498
6.01.01.13	Instrumento financeiro derivativos	82.014	0
6.01.01.14	Tributos diferidos	-5.023	-4.570
6.01.01.15	Provisão atuarial - Benefício definido Plano de saúde	9.736	15.874
6.01.01.16	Variação cambial	-69.728	-14.184
6.01.01.17	Juros de Arrendamento	27.356	2.040
6.01.01.18	Resultado de equivalência patrimonial	579	1.016
6.01.01.19	Apropriação gastos iniciais das debêntures	976	6.895
6.01.01.20	Provisão de parcelamentos tributários	0	-38
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	33.466	-91.289
6.01.02.01	Contas a receber	-122.527	-63.271
6.01.02.02	Depósitos vinculados	11.314	21.401
6.01.02.03	Estoques	2.329	6.277
6.01.02.04	Tributos a recuperar	-4.918	-1.434
6.01.02.05	Depósitos vinculados a garantias	2.838	-9.336
6.01.02.07	Outros ativos	-23.230	-17.828
6.01.02.08	Fornecedores	83.011	-20.705
6.01.02.09	Obrigações sociais	1.989	1.274
6.01.02.10	Incentivo a aposentadoria - PRSP	-15.891	-12.565
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social a recolher	9.230	8.074
6.01.02.13	Tributos a recolher	-7.093	-4.151
6.01.02.14	Acordos judiciais a pagar	1.513	10.031
6.01.02.15	Provisão para contingências	-1.444	-701
6.01.02.16	Projeto KfW II	-9	1.030
6.01.02.17	Outros Passivos	-106	213
6.01.02.20	Obrigações parceria público-privada	96.460	-9.598
6.01.03	Outros	-180.068	-187.991
6.01.03.01	Juros pagos	-161.862	-161.441
6.01.03.02	IRPJ e CSLL pagos	-18.206	-26.550
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-939.970	-624.459
6.02.01	Aquisição de Imobilizado/Intangível	-859.238	-634.733

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
6.02.02	Aplicações financeiras	-81.378	11.474
6.02.04	Dividendos de participações societárias recebidos	646	0
6.02.08	Pagamento gastos iniciais debêntures	0	-1.200
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	365.550	214.701
6.03.01	Amortização de empréstimos	-64.369	-523.913
6.03.02	Ingressos de empréstimos	371.990	1.135.069
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-6.678	-3.575
6.03.05	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	-8
6.03.06	Emissão de debêntures	0	400.000
6.03.07	Arrendamento pago	-52.559	-20.372
6.03.09	Amortização de debêntures	0	-862.630
6.03.10	Aporte de capital social	117.166	90.130
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.489	-666
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.127	6.781
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.638	6.115

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.964.689	0	262.906	0	453.587	3.681.182
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.964.689	0	262.906	0	453.587	3.681.182
5.04	Transações de Capital com os Sócios	285.698	0	-168.532	0	0	117.166
5.04.01	Aumentos de Capital	304.395	-117.166	-168.532	0	0	18.697
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	117.166	0	0	0	117.166
5.04.09	Subscrição de capital social a integralizar	-18.697	0	0	0	0	-18.697
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	104.888	-26.444	78.444
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	83.625	0	83.625
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	21.263	-21.263	0
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	-5.181	-5.181
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-5.181	-5.181
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	97.708	-104.888	0	-7.180
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	104.888	-104.888	0	0
5.06.09	Reversão Reserva para Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR)	0	0	-5.000	5.000	0	0
5.06.10	Utilização Reserva para Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR)	0	0	-7.180	0	0	-7.180
5.06.13	Estorno Reversão Reserva para Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR)	0	0	5.000	-5.000	0	0
5.07	Saldos Finais	3.250.387	0	192.082	0	427.143	3.869.612

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

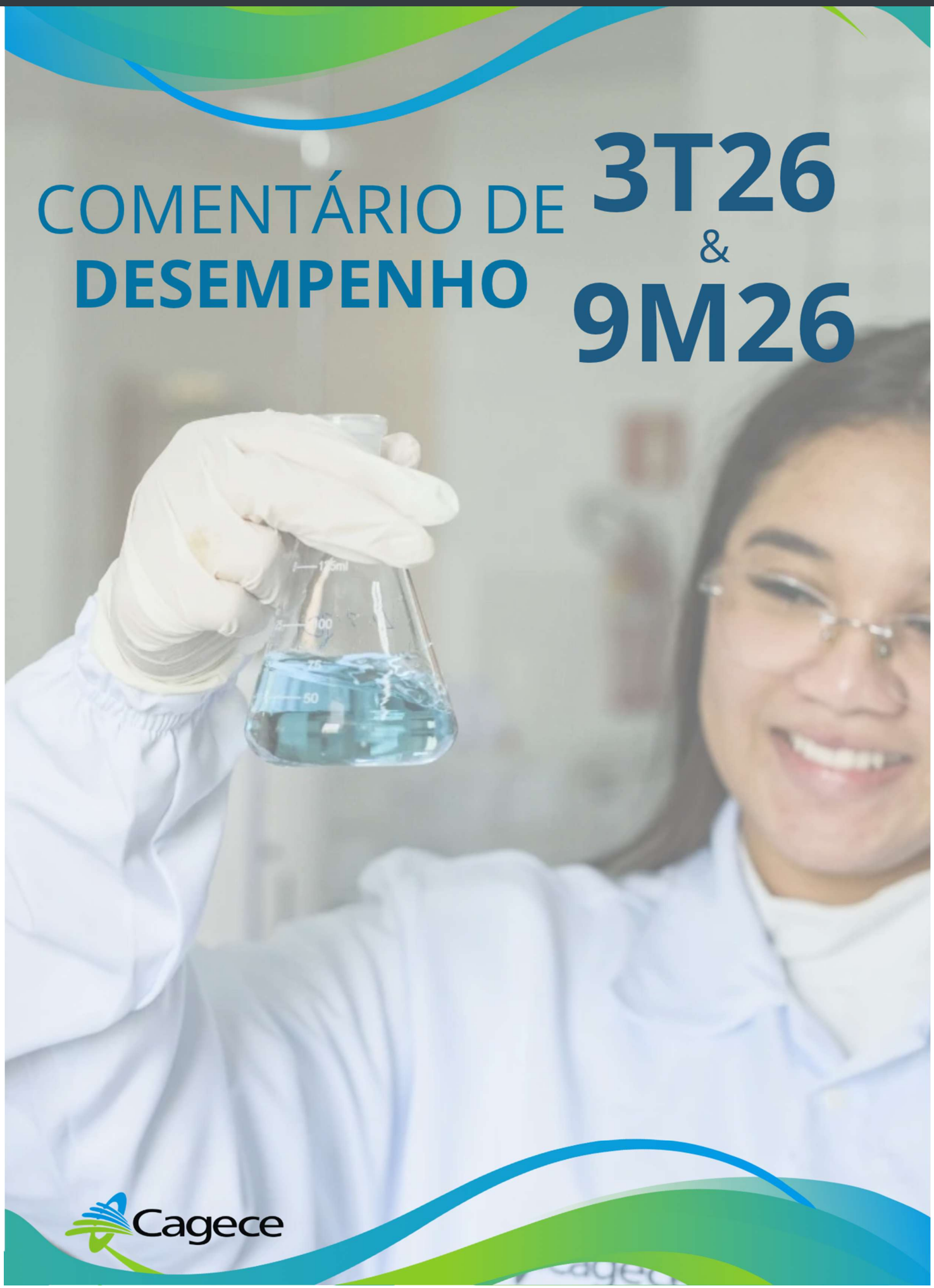
Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.629.668	7.985	252.416	0	427.609	3.317.678
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.629.668	7.985	252.416	0	427.609	3.317.678
5.04	Transações de Capital com os Sócios	271.976	-7.985	-173.869	0	0	90.122
5.04.01	Aumentos de Capital	374.272	-7.977	-173.869	0	0	192.426
5.04.08	Reversão adiantamento para futuro aumento de capital	0	-8	0	0	0	-8
5.04.09	Subscrição de capital social a integralizar	-102.296	0	0	0	0	-102.296
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	186.617	0	186.617
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	186.617	0	186.617
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	206.882	-186.617	-24.821	-4.556
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	209.534	-209.533	0	1
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	22.916	-22.916	0
5.06.04	Utilização Reserva de Contribuição para Projetos de Interesse Social	0	0	-2.652	0	0	-2.652
5.06.07	Ajuste de avaliação patrimonial derivativos	0	0	0	0	-1.905	-1.905
5.07	Saldos Finais	2.901.644	0	285.429	0	402.788	3.589.861

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
7.01	Receitas	2.789.458	2.486.320
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.420.061	2.104.424
7.01.02	Outras Receitas	2.498	7.473
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	473.910	443.940
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-107.011	-69.517
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.487.988	-1.350.448
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.014.078	-906.508
7.02.04	Outros	-473.910	-443.940
7.02.04.01	Custos de construção	-473.910	-443.940
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.301.470	1.135.872
7.04	Retenções	-229.033	-183.622
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-229.033	-183.622
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.072.437	952.250
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	87.704	99.449
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-579	-1.016
7.06.02	Receitas Financeiras	86.240	99.705
7.06.03	Outros	2.043	760
7.06.03.01	Receita financeira - Ativo financeiro	2.043	760
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.160.141	1.051.699
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.160.141	1.051.699
7.08.01	Pessoal	370.324	332.091
7.08.01.01	Remuneração Direta	273.332	236.354
7.08.01.02	Benefícios	76.312	77.566
7.08.01.03	F.G.T.S.	17.089	15.076
7.08.01.04	Outros	3.591	3.095
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	265.949	244.139
7.08.02.01	Federais	238.554	220.147
7.08.02.02	Estaduais	24.842	22.120
7.08.02.03	Municipais	2.553	1.872
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	401.519	255.241
7.08.03.01	Juros	32.233	49.949
7.08.03.02	Aluguéis	204	532
7.08.03.03	Outras	369.082	204.760
7.08.03.03.02	Outras despesas financeiras	369.082	204.760
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	83.625	186.617
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	83.625	186.617
7.08.05	Outros	38.724	33.611
7.08.05.01	Agentes reguladores	19.751	17.155
7.08.05.02	Taxa de concessão da prefeitura de Fortaleza	18.973	16.456

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO 3T26 & 9M26



(3T25) e com nove meses de 2025 (9M25). As informações financeiras, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em milhares de reais (R$ mil). As tabelas com os resultados estão disponíveis para *download* no ri.cagece.com.br.

DESTAQUES FINANCEIROS

Destaques Financeiros (R$ mil)	3T26	3T25	% AH	9M26	9M25	% AH
Receita Líquida	753.080	656.782	*14,7%*	2.195.969	1.909.620	*15,0%*
Custos e Despesas	629.438	525.778	*19,7%*	1.785.749	1.544.009	*15,7%*
Lucro Bruto	381.213	341.783	*11,5%*	1.135.386	958.280	*18,5%*
Margem Bruta	*50,6%*	*52,0%*	*-1,4 p.p*	*51,7%*	*50,2%*	*1,5 p.p*
EBITDA	201.303	189.778	*6,1%*	639.253	549.233	*16,4%*
Margem EBITDA	*26,7%*	*28,9%*	*-2,2 p.p*	*29,1%*	*28,8%*	*0,3 p.p*
Lucro Líquido	10.255	63.687	*-83,9%*	83.625	186.617	*-55,2%*
Margem Líquida	*1,4%*	*9,7%*	*-8,3 p.p*	*3,8%*	*9,8%*	*-6 p.p*
Dívida Líquida	2.428.032	2.136.444	*13,6%*	2.428.032	2.136.444	*13,6%*
Capex Total	323.282	232.056	*39,3%*	873.527	678.267	*28,8%*
Dívida Líquida/EBITDA LTM	2,85	2,93	*-8 p.p*	2,85	2,93	*-8 p.p*

DESTAQUES OPERACIONAIS

Destaques Operacionais	3T26	3T25	% AH	9M26	9M25	% AH
Água						
Ligações Ativas (1.000 unidades)	1.861	1.833	*1,5%*	1.861	1.833	*1,5%*
Economias Ativas (1.000 unidades)	2.111	2.073	*1,8%*	2.111	2.073	*1,8%*
População Coberta (1.000 habitantes)	5.746	5.734	*0,2%*	5.746	5.734	*0,2%*
Volume Faturado (1.000 m³)	77.241	75.430	*2,4%*	230.087	225.679	*2,0%*
Índice de Cobertura do Estado (%)	99,19%	99,20%	*-0,01 p.p.*	99,19%	99,20%	*-0,01 p.p.*
Nº de ETAs Ativas (unidades)	152	152	*0,0%*	152	152	*0,0%*
Índice de Hidrometração (%)	99,86%	99,95%	*-0,09 p.p.*	99,86%	99,95%	*-0,09 p.p.*
IPD (%)	41,84%	42,43%	*-0,59 p.p.*	41,84%	42,43%	*-0,59 p.p.*
IPL (Litros/Ligação/dia)	286	288	*-0,6%*	286	288	*-0,6%*
Extensão de Rede (km)	20.332	19.382	*4,9%*	20.332	19.382	*4,9%*
Esgoto						
Ligações Ativas (1.000 unidades)	903	869	*4,0%*	903	869	*4,0%*
Economias Ativas (1.000 unidades)	1.148	1.089	*5,4%*	1.148	1.089	*5,4%*
População Coberta (1.000 habitantes)	2.667	2.955	*-9,7%*	3.089	2.955	*4,5%*
Volume Faturado (1.000 m³)	32.978	30.278	*8,9%*	97.790	89.522	*9,2%*
Índice de Cobertura do Estado (%)	52,38%	50,36%	*2,02 p.p.*	52,38%	50,36%	*2,02 p.p.*
Nº de ETEs Ativas (unidades)	285	288	*-1,0%*	285	288	*-1,0%*
Extensão de Rede (km)	6.713	6.028	*11,4%*	6.713	6.028	*11,4%*

1. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia atua em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário em 153 dos 184 municípios no Estado do Ceará divididos em três microrregiões (Centro Norte, Centro Sul e Oeste). O quadro a seguir apresenta a origem da Receita Bruta da Companhia no 9M26, demonstrando que os 10 maiores contratos foram responsáveis por 75,5% do total no referido período e os demais 143 municípios por 24,5%. O Município de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, foi responsável por 53,5% e 4 municípios (Fortaleza, Maracanaú, Caucaia e Juazeiro do Norte) foram responsáveis por 67,3% da Receita Bruta Total da Companhia, respectivamente, no referido exercício.

Receita Bruta por município (%) – 9M26

Municípios	% da Receita Bruta
Fortaleza	53,49%
Maracanaú	5,00%
Caucaia	4,76%
Juazeiro do Norte	4,03%
Itaitinga	1,87%
Eusébio	1,59%
Itapipoca	1,30%
Pacatuba	1,24%
Maranguape	1,11%
Tianguá	1,07%
Subtotal	75,47%
Demais	24,53%
Total	**100,00%**

Os quadros a seguir apresentam comparativos relativos a indicadores operacionais da Companhia para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

ÁGUA	3T26	3T25	% AH	2T26	% AH
Ligações Ativas (1.000 unidades)	1.861	1.833	*1,5%*	1.845	*0,9%*
Economias Ativas (1.000 unidades)	2.111	2.073	*1,8%*	2.091	*0,9%*
População Coberta (1.000 habitante	5.746	5.734	*0,2%*	5.739	*0,1%*
Índice de Cobertura do Estado (%)	*99,19%*	*99,20%*	*-0,01 p.p.*	*99,18%*	*0,01 p.p.*
Extensão de Rede (km)	20.332	19.382	*4,9%*	20.137	*1,0%*
Nº de ETAs Ativas (unidades)	*152*	*152*	*0,0%*	*152*	*0,0%*
Índice de Hidrometração (%)	*99,86%*	*99,95%*	*-0,09 p.p.*	*99,97%*	*-0,11 p.p.*
IPD (%)	*41,84%*	*42,43%*	*-0,59 p.p.*	*41,68%*	*0,16 p.p.*
IPL (Litros/Ligação/dia)	286	288	*-0,6%*	*285*	*0,5%*

Obs.: Os dados apresentam a situação em 30/09/2026, 30/09/2025 e 30/06/2026. A metodologia utilizada para o cálculo do IPD é a do IWA.

ESGOTO	3T26	3T25	% AH	2T26	% AH
Ligações Ativas (1.000 unidades)	903	869	*4,0%*	896	*0,8%*
Economias Ativas (1.000 unidades)	1.148	1.089	*5,4%*	1.133	*1,3%*
População Coberta (1.000 habitante	3.089	2.955	*4,5%*	3.077	*0,4%*
Índice de Cobertura do Estado (%)	*52,38%*	*50,36%*	*2,02 p.p.*	*52,28%*	*0,10 p.p.*
Extensão de Rede (km)	6.713	6.028	*11,4%*	6.532	*2,8%*
Nº de ETEs Ativas (unidades)	*285*	*288*	*-1,0%*	*283*	*0,7%*

Obs.: Os dados apresentam a situação em 30/09/2026, 30/09/2025 e 30/06/2026.

No comparativo 3T26 *versus* 3T25 relativo ao desempenho operacional de água e esgoto, destacam-se os seguintes pontos:

- Ampliação da rede total de Água (4,9%) e Esgoto (11,4%);
- Aumento na população coberta de Água (0,2%) e de Esgoto (4,5%);
- Aumento nas economias ativas de Água (1,8%) e Esgoto (5,4%).

Nos quadros a seguir foram detalhados os volumes de água e esgoto nos comparativos trimestrais e acumulados.

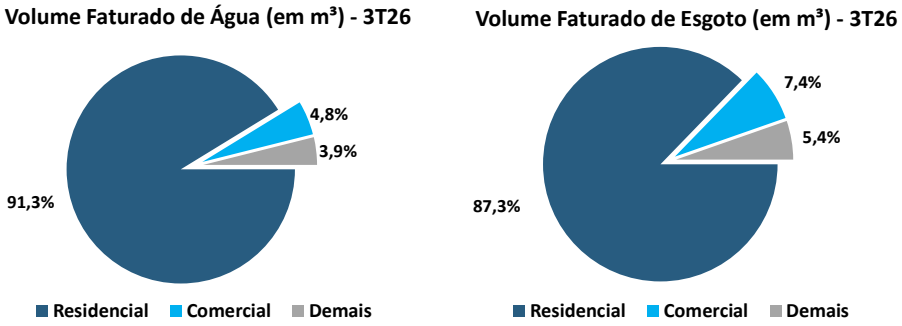
ÁGUA	3T26	3T25	% AH	2T26	% AH	9M26	9M25	% AH
Volume Captado (em 1.000 m³)	124.055	121.583	*2,0%*	120.108	*3,3%*	364.874	358.431	*1,8%*
Volume Consumido (em 1.000 m³)	58.751	57.308	*2,5%*	56.483	*4,0%*	174.085	171.084	*1,8%*
Volume Faturado (em 1.000 m³)	77.241	75.430	*2,4%*	75.750	*2,0%*	230.087	225.679	*2,0%*
Residencial	70.482	*68.907*	*2,3%*	*69.213*	*1,8%*	210.179	206.461	*1,8%*
Comercial	3.734	3.624	*3,0%*	*3.635*	*2,7%*	11.019	10.717	*2,8%*
Industrial	413	405	*1,9%*	*385*	*7,3%*	1.216	1.238	*-1,8%*
Pública	2.611	2.494	*4,7%*	*2.517*	*3,7%*	7.674	7.263	*5,7%*

ESGOTO	3T26	3T25	% AH	2T26	% AH	9M26	9M25	% AH
Volume Coletado (em 1.000 m³)	26.394	24.225	*9,0%*	25.938	*1,8%*	78.422	71.807	*9,2%*
Volume Faturado (em 1.000 m³)	32.978	30.278	*8,9%*	32.476	*1,5%*	97.790	89.522	*9,2%*
Residencial	28.779	26.413	*9,0%*	28.285	*1,7%*	85.338	78.285	*9,0%*
Comercial	2.430	2.214	*9,7%*	2.384	*1,9%*	7.195	6.350	*13,3%*
Industrial	672	741	*-9,2%*	708	*-5,1%*	2.054	2.190	*-6,2%*
Pública	1.097	910	*20,6%*	1.099	*-0,2%*	3.202	2.696	*18,8%*

Analisando os volumes nos comparativos trimestrais, destacam-se:

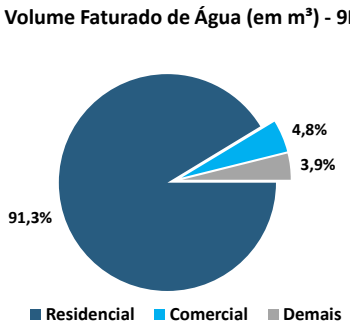
- O volume faturado de água registrou um acréscimo de 2,4% no comparativo 3T26 x 3T25. A categoria "Residencial", responsável por 91,3% do volume faturado total no 3T26, apresentou um acréscimo de 2,3% no comparativo trimestral, devido principalmente ao aumento no número de economias ativas (+2,2%). Já as categorias não residenciais ("Comercial", "Industrial" e "Pública"), responsáveis por 8,7% do volume faturado total no trimestre, apresentaram um acréscimo de 3,6% no consolidado, decorrente dos efeitos combinados do aumento consumo por economia (+7,3%) e da redução nas economias ativas (-3,4%).

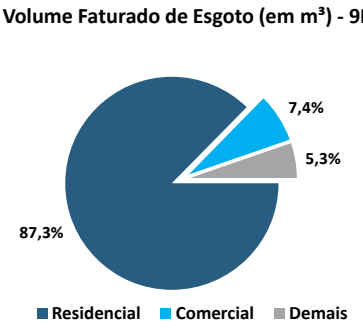
- O volume de esgoto faturado total cresceu 8,9% no comparativo 3T26 x 3T25 pelos efeitos combinados de: *i*) acréscimo de 9,0% no volume da categoria "Residencial", responsável por 87,3% do volume de esgoto faturado em decorrência principalmente aos efeitos combinados do aumento nas economias ativas (+6,0%) e no consumo por economia (+2,8%); *ii*) categorias não residenciais apresentaram acréscimo de 8,7% no comparativo trimestral, devido principalmente aos efeitos combinados do aumento no consumo por economia (+9,9%) e da redução nas economias ativas não residenciais (-1,2%).



Analisando os volumes nos comparativos acumulados, destacam-se:

- O volume de água faturado total registrou um acréscimo de 2,0% no comparativo 9M26 x 9M25. A categoria "Residencial", responsável por 91,3% do volume faturado total no 9M26, apresentou um acréscimo de 1,8% no comparativo do período, devido principalmente aos efeitos combinados do aumento no número de economias ativas (+2,2%) e da redução no consumo por economia (-0,4%). Já as categorias não residenciais, responsáveis por 8,7% do volume faturado total no período, apresentaram um acréscimo de 3,6% no consolidado, decorrente dos efeitos do aumento no consumo por economia (+7,3%) e da redução nas economias ativas não residenciais (-3,4%).
- O volume de esgoto faturado total cresceu 9,2% no comparativo 9M26 x 9M25. A categoria "Residencial", que representa 87,3% do volume de esgoto faturado no 9M26, teve um crescimento de 9,0% no 9M26 x 9M25, em decorrência principalmente dos efeitos do aumento do número de economias ativas (+6,0%) e do consumo por economia (+2,8%). As categorias não residenciais, responsáveis por 12,7% do volume faturado total no período, apresentaram um acréscimo de 10,8% no consolidado, decorrente dos efeitos combinados do aumento no consumo por economia (+12,1%) e da redução nas economias ativas não residenciais (-1,2%).





2. DESEMPENHO FINANCEIRO

2.1. Receita Bruta e Líquida

Descrição	3T26	% AV	3T25	% AV	% AH 3T26 x 3T25	Var.Abs 3T26 x 3T25	2T26	% AV	% AH 3T26 x 2T26	Var.Abs 3T26 x 2T26
Receita Bruta	**830.089**	***110,2%***	**723.807**	***110,2%***	***14,7%***	**106.282**	**806.626**	***110,2%***	***2,9%***	**23.463**
Serviços de Água	570.447	*75,7%*	506.956	*77,2%*	*12,5%*	63.491	548.746	*75,0%*	*4,0%*	21.701
Serviços de Esgoto	259.642	*34,5%*	216.851	*33,0%*	*19,7%*	42.791	257.880	*35,2%*	*0,7%*	1.762
Deduções	**-77.009**	***-10,2%***	**-67.025**	***-10,2%***	***14,9%***	**-9.984**	**-74.688**	***-10,2%***	***3,1%***	**-2.321**
Impostos e Abatimentos	-77.009	*-10,2%*	-67.025	*-10,2%*	*14,9%*	-9.984	-74.688	*-10,2%*	*3,1%*	-2.321
Receita Líquida	**753.080**	***100,0%***	**656.782**	***100,0%***	***14,7%***	**96.298**	**731.938**	***100,0%***	***2,9%***	**21.142**

Obs: As Receitas de Construção (R$ 194.596 – 3T26; R$ 152.116 – 3T25; R$ 151.147 – 2T26) foram desconsideradas da análise pelo efeito nulo no resultado.

A Receita Bruta auferida pela Companhia no 3T26, excluindo-se os efeitos das Receitas de Construção, atingiu R$ 830,1 milhões, um crescimento de 14,7% (R$ 106,3 milhões) perante os R$ 723,8 milhões obtidos no 3T25, sendo 12,5% (R$ 63,5 milhões) em Serviços de Água e 19,7% (R$ 42,8 milhões) em Serviços de Esgotamento Sanitário, em virtude principalmente dos efeitos acumulados de: i) revisão tarifária (+9,73%) em vigor a partir de 05 de novembro de 2025; ii) incremento no volume faturado consolidado (+4,3%) no comparativo trimestral; Em consequência, no referido comparativo trimestral, a Receita Líquida apresentou um aumento de 14,7% (R$ 96,3 milhões) no 3T26, atingindo R$ 753,1 milhões (versus R$ 656,8 milhões no 3T25).

Receita Bruta e Receita Líquida (Em R$ mil)

Descrição	9M26	% AV	9M25	% AV	% AH 9M26 x 9M25	Var.Abs 9M26 x 9M25
Receita Bruta	**2.420.210**	***110,2%***	**2.104.424**	***110,2%***	***15,0%***	**315.786**
Serviços de Água	1.658.921	*75,5%*	1.476.063	*77,3%*	*12,4%*	182.858
Serviços de Esgoto	761.289	*34,7%*	628.361	*32,9%*	*21,2%*	132.928
Deduções	**-224.241**	***-10,2%***	**-194.804**	***-10,2%***	***15,1%***	**-29.437**
Impostos e Abatimentos	-224.241	*-10,2%*	-194.804	*-10,2%*	*15,1%*	-29.437
Receita Líquida	**2.195.969**	***100,0%***	**1.909.620**	***100,0%***	***15,0%***	**286.349**

Obs: As Receitas de Construção (R$ 473.910 – 9M26; R$ 443.940 – 9M25) foram desconsideradas da análise pelo efeito nulo no resultado.

A Receita Bruta auferida pela Companhia no 9M26, excluindo-se os efeitos das Receitas de Construção, atingiu R$ 2.420,2 milhões, um crescimento de 15,0% (R$ 315,8 milhões) perante os R$ 2.104,4 milhões obtidos no 9M25, sendo 12,4% (R$ 182,9 milhões) em Serviços de Água e 21,2% (R$ 132,9 milhões) em Serviços de Esgotamento Sanitário, em virtude principalmente dos efeitos acumulados de: i) revisão tarifária (+9,73%) em vigor a partir de 05 de novembro de 2025, e; ii) incremento no volume faturado consolidado (+4,0%) no comparativo acumulado. A Receita Líquida apresentou um aumento de 15,0% (R$ 286,3 milhões) no 9M26, atingindo 2.196,0 milhões (*versus* R$ 1.909,6 milhões no 9M25).

Abertura da Receita Bruta (Em R$ mil)

Descrição	3T26	%AV	3T25	%AV	% AH 3T26 x 3T25	Var.Abs 3T26 x 3T25	9M26	%AV	9M25	%AV	% AH 9M26 x 9M25	Var.Abs 9M26 x 9M25
Receita Direta	**811.783**	**97,8%**	**705.086**	**97,4%**	**15,1%**	**106.697**	**2.365.245**	**107,7%**	**2.054.061**	**107,6%**	**15,1%**	**311.184**
Água	555.526	66,9%	491.041	67,8%	13,1%	64.485	1.613.829	73,5%	1.433.836	75,1%	12,6%	179.993
Esgoto	256.257	30,9%	214.045	29,6%	19,7%	42.212	751.416	34,2%	620.225	32,5%	21,2%	131.191
Receita Indireta	**18.306**	**2,2%**	**18.721**	**2,6%**	**-2,2%**	**-415**	**54.965**	**2,5%**	**50.364**	**2,6%**	**9,1%**	**4.601**
Água	14.921	1,8%	15.915	2,2%	-6,2%	-994	45.092	2,1%	42.227	2,2%	6,8%	2.865
Esgoto	3.385	0,4%	2.806	0,4%	20,6%	579	9.873	0,4%	8.137	0,4%	21,3%	1.736
Receita Bruta	**830.089**	**100,0%**	**723.807**	**100,0%**	**14,7%**	**106.282**	**2.420.210**	**110,2%**	**2.104.424**	**110%**	**15,0%**	**315.786**

No quadro acima, é possível observar um crescimento da Receita Direta nos comparativos do 3T26 x 3T25 (+15,1%) e no comparativo de 9M26 x 9M25 (+15,1%). Por sua vez, a Receita Indireta registrou uma redução de 2,2% ou R$ 415 mil no comparativo trimestral, e um aumento de 9,1% ou R$ 4,6 milhões no comparativo acumulado (9M26 x 9M25), devido, principalmente, aos serviços de cortes e religações.

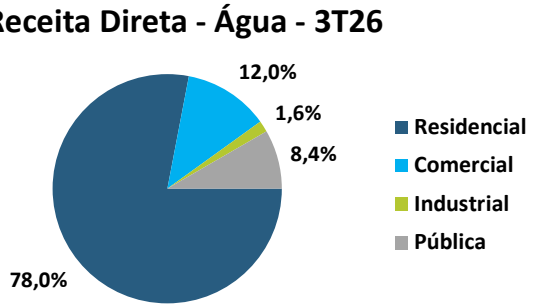
2.1.1. Receita Direta de Água

Receita Direta dos Serviços de Água (em R$ mil)

Categoria	3T26	% AV	3T25	% AV	% AH 3T26 x 3T25	Var.Abs 3T26 x 3T25	2T26	% AV	% AH 3T26 x 2T26	Var.Abs 3T26 x 2T26
Residencial	433.399	*78,0%*	382.664	*77,9%*	*13,3%*	50.735	417.232	*78,0%*	*3,9%*	16.167
Comercial	66.729	*12,0%*	58.965	*12,0%*	*13,2%*	7.764	64.393	*12,0%*	*3,6%*	2.336
Industrial	8.985	*1,6%*	7.487	*1,5%*	*20,0%*	1.498	7.866	*1,5%*	*14,2%*	1.119
Pública	46.413	*8,4%*	41.925	*8,5%*	*10,7%*	4.488	45.425	*8,5%*	*2,2%*	988
Total	**555.526**	***100,0%***	**491.041**	***100,0%***	***13,1%***	**64.485**	**534.916**	***100,0%***	***3,9%***	**20.610**

A Receita Direta dos Serviços de Água registrou um acréscimo de 13,1% no comparativo 3T26 x 3T25, pelos efeitos combinados da elevação de 13,3% referente à categoria "Residencial" e de 12,7% referente ao consolidado das demais categorias.

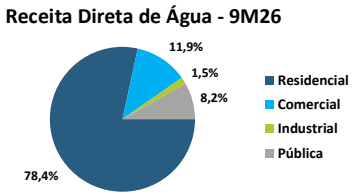
A categoria "Residencial" foi responsável por 78,0% da Receita Direta dos Serviços de Água no 3T26, representando um crescimento de R$ 50,7 milhões (+13,3%) em relação ao 3T25 devido ao efeito combinado de elevação da tarifa média efetiva (+10,7%) e do volume faturado (+2,3%) referentes à respectiva categoria. As categorias não residenciais apresentaram crescimento consolidado no comparativo 3T26 x 3T25 de 12,7% devido aos efeitos da elevação da tarifa média efetiva (+8,8%) e do volume faturado (+3,6%).



A Receita Direta dos Serviços de Água registrou um acréscimo de 12,6% no comparativo 9M26 x 9M25, pelos efeitos combinados da elevação de 12,2% referente à categoria "Residencial" e 14,0% referente ao consolidado das demais categorias. A categoria "Residencial", responsável por 78,4% da Receita Direta dos Serviços de Água no 9M26, apresentou um crescimento de R$ 137,1 milhões (+12,2%) em relação ao 9M25 devido ao efeito combinado de elevação da tarifa média efetiva (+10,2%) e do volume faturado (+1,8%). As categorias não residenciais apresentaram crescimento consolidado no comparativo 9M26 x 9M25 de 14,0% devido aos efeitos da elevação da tarifa média efetiva (+10,1%) e do volume faturado (+3,6%).

Receita Direta dos Serviços de Água (em R$ mil)

Categoria	9M26	% AV	9M25	% AV	% AH 9M26 x 9M25	Var.Abs 9M26 x 9M25
Residencial	1.264.845	*78,4%*	1.127.780	*78,7%*	*12,2%*	137.065
Comercial	192.102	*11,9%*	170.472	*11,9%*	*12,7%*	21.630
Industrial	24.918	*1,5%*	22.433	*1,6%*	*11,1%*	2.485
Pública	131.964	*8,2%*	113.151	*7,9%*	*16,6%*	18.813
Total	**1.613.829**	***100,0%***	**1.433.836**	***100,0%***	***12,6%***	**179.993**



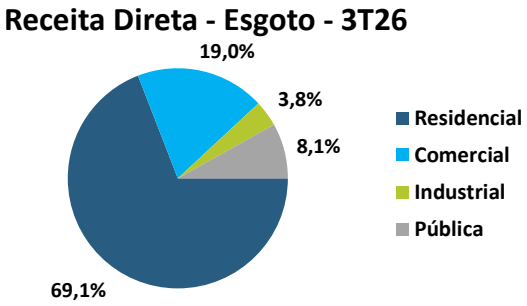
2.1.2. Receita Direta de Esgoto

Receita Direta dos Serviços de Esgoto (em R$ mil)

Categoria	3T26	% AV	3T25	% AV	% AH 3T26 x 3T25	Var.Abs 3T26 x 3T25	2T26	% AV	% AH 3T26 x 2T26	Var.Abs 3T26 x 2T26
Residencial	177.006	*69,1%*	146.733	*68,6%*	*20,6%*	30.273	172.714	*67,8%*	*2,5%*	4.292
Comercial	48.665	*19,0%*	40.044	*18,7%*	*21,5%*	8.621	47.157	*18,5%*	*3,2%*	1.508
Industrial	9.778	*3,8%*	10.850	*5,1%*	*-9,9%*	-1.072	11.253	*4,4%*	*-13,1%*	-1.475
Pública	20.808	*8,1%*	16.418	*7,7%*	*26,7%*	4.390	23.454	*9,2%*	*-11,3%*	-2.646
Total	**256.257**	***100,0%***	**214.045**	***100,0%***	***19,7%***	**42.212**	**254.578**	***100,0%***	***0,7%***	**1.679**

A Receita Direta referente a SES registrou um acréscimo de 19,7% no comparativo 3T26 x 3T25 pelos efeitos combinados da elevação de 20,6% referente à categoria "Residencial" e 17,7% referente ao consolidado das demais categorias. A categoria "Residencial", responsável por 69,1% da Receita Direta de Esgoto no 3T26

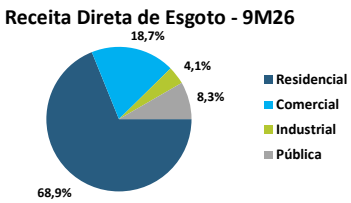
(R$ 177,0 milhões), registrou crescimento (+20,6%) em relação ao 3T25 pelo efeito combinado do incremento da tarifa média efetiva (+10,7%) e do volume faturado (+9,0%). As categorias não residenciais, responsáveis por 30,9% da Receita Direta de Esgoto no 3T26, registrou uma elevação (+17,7%) em relação ao 3T25 pelo efeito combinado do incremento do volume faturado consolidado (+8,7%) e da tarifa média efetiva (8,4%) referentes ao consolidado da categoria.



A Receita Direta referente a SES registrou um acréscimo de 21,2% no comparativo 9M26 x 9M25 pelos efeitos combinados da elevação de 20,5% referente à categoria "Residencial" e 22,7% referente ao consolidado das demais categorias. A categoria "Residencial" foi responsável por 68,9% da Receita Direta de Esgoto no 9M26, atingindo R$ 517,5 milhões, um aumento de R$ 87,9 milhões (+20,5%) em relação ao 9M25, em virtude do efeito combinado do incremento na tarifa média efetiva (+10,5%) e volume faturado (+9,0%). As categorias não residenciais, responsáveis por 31,1% da Receita Direta de Esgoto no 9M26, apresentaram crescimento consolidado no comparativo 9M26 x 9M25 de R$ 43,3 milhões (+22,7%) devido ao efeito combinado do incremento no volume faturado (+10,8%) e tarifa média efetiva (+10,7%).

Receita Direta dos Serviços de Esgoto (em R$ mil)

Categoria	9M26	% AV	9M25	% AV	% AH 9M26 x 9M25	Var.Abs 9M26 x 9M25
Residencial	517.491	*68,9%*	429.593	*69,3%*	*20,5%*	87.898
Comercial	140.664	*18,7%*	113.529	*18,3%*	*23,9%*	27.135
Industrial	30.680	*4,1%*	30.602	*4,9%*	*0,3%*	78
Pública	62.581	*8,3%*	46.501	*7,5%*	*34,6%*	16.080
Total	**751.416**	***100,0%***	**620.225**	***100,0%***	***21,2%***	**131.191**



2.2. Custos e Despesas

Descrição	3T26	% AV	3T25	% AV	% AH	Var.Abs	2T26	% AV	% AH	Var.Abs
Serviços	227.587	*30,2%*	187.058	*28,5%*	*21,7%*	40.529	212.626	*29,0%*	7,0%	14.961
Pessoal	124.048	*16,5%*	106.027	*16,1%*	*17,0%*	18.021	118.809	*16,2%*	4,4%	5.239
Insumos	86.297	*11,5%*	88.683	*13,5%*	*-2,7%*	-2.386	87.024	*11,9%*	-0,8%	-727
D&A	77.661	*10,3%*	58.774	*8,9%*	*32,1%*	18.887	84.293	*11,5%*	-7,9%	-6.632
PECLD	45.690	*6,1%*	24.361	*3,7%*	*87,6%*	21.329	31.791	*4,3%*	43,7%	13.899
Custos e despesas gerais	24.592	*3,3%*	21.635	*3,3%*	*13,7%*	2.957	16.307	*2,2%*	50,8%	8.285
Tributária	15.286	*2,0%*	13.866	*2,1%*	*10,2%*	1.420	14.220	*1,9%*	7,5%	1.066
Materiais	13.370	*1,8%*	7.555	*1,2%*	*77,0%*	5.815	8.525	*1,2%*	56,8%	4.845
Concessão	6.407	*0,9%*	5.306	*0,8%*	*20,8%*	1.101	6.066	*0,8%*	5,6%	341
Transporte	4.895	*0,6%*	3.043	*0,5%*	*60,9%*	1.852	3.602	*0,5%*	35,9%	1.293
Causas Judiciais	896	*0,1%*	9.422	*1,4%*	*-90,5%*	-8.526	3.037	*0,4%*	-70,5%	-2.141
Honorários da administração	1.337	*0,2%*	1.077	*0,2%*	*24,1%*	260	1.202	*0,2%*	11,2%	135
Outras rec./desp. oper.	1.239	*0,2%*	-1.120	*-0,2%*	*NA*	2.359	573	*0,1%*	116,2%	666
Resultado da equivalência patrimonial	133	*0,0%*	91	*0,0%*	*46,2%*	42	-424	*-0,1%*	NA	557
Custos e Despesas Consolidados	**629.438**	***83,6%***	**525.778**	***80,1%***	***19,7%***	**103.660**	**587.651**	***80,3%***	**7,1%**	**41.787**

Os Custos e Despesas Operacionais Líquidos apresentaram um incremento de R$ 103,7 milhões (+19,7%) no comparativo 3T26 x 3T25, com destaque para os seguintes pontos:

- A rubrica "Serviços" aumentou R$ 40,5 milhões (+21,7%) em comparação ao 3T25, decorrente principalmente dos efeitos:
    a) Incremento nos serviços terceirizados em R$ 16,9 milhões em virtude do efeito conjunto de readequações nas renovações de contratos e ampliação do quadro de colaboradores terceirizados para atendimento das atividades;
    b) Aumento de R$ 11,8 milhões nos serviços de manutenção de água, em virtude majoritariamente do efeito de readequação nas medições contratuais;
    c) Incremento de R$ 8,7 milhões na contraprestação variável da PPP Ambiental Ceará.
- A rubrica "PECLD" teve um incremento de R$ 21,3 milhões (+87,6%) no 3T26 x 3T25 devido ao aumento na constituição da PECLD superior aos pagamentos e renegociações;
- A rubrica "D&A" apresentou acréscimo de R$ 18,9 milhões (+32,1%) devido principalmente aos seguintes fatores:
    a) Aumento de R$ 6,4 milhões do intangível devido ao incremento da base de ativos da Companhia;
    b) Incremento de R$ 5,9 milhões em virtude do contrato para autoprodução de energia através das usinas Arapuá I e II;
    c) Aumento de R$ 5,3 milhões referente a novos contratos de veículos no período comparativo.
- A rubrica "Pessoal" apresentou um acréscimo de R$ 18,0 milhões (+17,0%) devido à combinação dos efeitos de:
    a) Reajustes salariais ocorridos em novembro de 2025 e em setembro de 2026, retroativo a

maio;

b) Aumento nos desligamentos pelo PRSP IV no 3T26 em relação ao 3T25;

- A rubrica "Causas judiciais" apresentou redução de R$ 8,5 milhões (-90,5%) em virtude principalmente de maior volume de reversões de provisões e ganhos de causa ocorridos no 3T26 quando comparados com o 3T25;
- Incremento de R$ 5,8 milhões (+77,0%) na rubrica "Materiais" em virtude majoritariamente do aumento dos serviços de manutenção nos sistemas de água;
- A rubrica "Insumos" apresentou redução de R$ 2,4 milhões (-2,7%) no comparativo do 3T26 x 3T25, sobretudo pelo efeito combinado de:
  a) Aumento de R$ 3,6 milhões em água bruta, em função dos reajustes tarifários aplicados pela Cogerh em agosto de 2025 e 2026, além do efeito mix de volume captado de água;
  b) Aumento de R$ 5,1 milhões em serviço e material de tratamento em função do aumento no quantitativo dos materiais;
  c) Redução de R$ 11,0 milhões em energia em virtude da migração das unidades do mercado livre de energia para a autoprodução através das usinas Arapuá I e II.

Descrição	9M26	% AV	9M25	% AV	% AH	Var.Abs
Serviços	633.274	*28,8%*	529.904	*27,7%*	*19,5%*	103.370
Pessoal	366.732	*16,7%*	328.995	*17,2%*	*11,5%*	37.737
Insumos	269.763	*12,3%*	271.029	*14,2%*	*-0,5%*	-1.266
D&A	229.033	*10,4%*	183.622	*9,6%*	*24,7%*	45.411
PECLD	107.011	*4,9%*	69.518	*3,6%*	*53,9%*	37.493
Tributária	48.047	*2,2%*	41.739	*2,2%*	*15,1%*	6.308
Custos e Despesas Gerais	55.815	*2,5%*	50.562	*2,6%*	*10,4%*	5.253
Materiais	30.382	*1,4%*	26.653	*1,4%*	*14,0%*	3.729
Concessão	18.970	*0,9%*	16.456	*0,9%*	*15,3%*	2.514
Transporte	10.753	*0,5%*	7.965	*0,4%*	*35,0%*	2.788
Causas judiciais	6.025	*0,3%*	12.961	*0,7%*	*-53,5%*	-6.936
Outras rec./desp. oper.	5.774	*0,3%*	494	*0,0%*	*1068,8%*	5.280
Honorários da administração	3.591	*0,2%*	3.095	*0,2%*	*16,0%*	496
Resultado da equivalência patrimonial	579	*0,0%*	1.016	*0,1%*	*-43,0%*	-437
Custos e Despesas Consolidados	**1.785.749**	***81,3%***	**1.544.009**	***80,9%***	***15,7%***	**241.740**

Os Custos e Despesas Operacionais Líquidos apresentaram aumento de R$ 241,7 milhões (+15,7%) no comparativo 9M26 x 9M25, com destaque para os seguintes pontos:

- Em "Serviços" houve um acréscimo de R$ 103,4 milhões (+19,5%) em comparação ao 9M25, decorrente principalmente dos efeitos:
  a) Incremento nos serviços terceirizados em R$ 59,6 milhões, em decorrência do efeito

conjunto de readequações nas renovações de contratos e ampliação do quadro de colaboradores terceirizados para atendimento das atividades;

b) Aumento de R$ 18,4 milhões nos serviços de manutenção de água, em virtude majoritariamente do efeito combinado de readequação nas medições contratuais e de novo contrato de manutenção;

c) Incremento de R$ 10,8 milhões na contraprestação variável da PPP Ambiental Ceará;

- A rubrica "D&A" apresentou acréscimo de R$ 45,4 milhões (+24,7%) devido principalmente aos seguintes fatores:
  a) Aumento na depreciação de aluguéis de veículos em R$ 19,5 milhões devido a novos contratos de veículos no período comparativo;
  b) Incremento de R$ 11,8 milhões em virtude do início do contrato para autoprodução de energia através das usinas Arapuá I e II;
  c) Aumento de R$ 10,3 milhões do intangível devido ao incremento da base de ativos da Companhia;
- A rubrica "Pessoal" apresentou um acréscimo de R$ 37,7 milhões (+11,5%) devido à combinação dos efeitos de:
  a) Reajustes salariais ocorridos em novembro de 2025 e em setembro de 2026, retroativo a maio;
  b) Aumento nos desligamentos pelo PRSP IV no 9M26 em relação ao 9M25;
- As "Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa" (PECLD) tiveram um incremento de R$ 37,5 milhões (+53,9%) no comparativo 9M26 x 9M25 devido ao aumento na constituição da PECLD superior aos pagamentos e renegociações;
- A rubrica "Causas judiciais" apresentou redução de R$ 6,9 milhões (-53,5%) em virtude principalmente de maior volume de reversões de provisões e ganhos de causa ocorridos no 9M26 quando comparados com o 9M25;
- A rubrica de "Despesas Tributárias" apresentou acréscimo de R$ 6,3 milhões no período comparativo, decorrente principalmente do incremento de FESB impulsionado pelo maior faturamento do período e em ACFOR, decorrente do início de repasses à agência em 2026;
- A rubrica "Insumos" apresentou redução de R$ 1,3 milhão (-0,5%) no comparativo 9M26 x 9M25, sobretudo pelo efeito combinado de:
  a) Aumento de R$ 8,9 milhões nos gastos com água bruta, em função do reajuste tarifário aplicado pela Cogerh em agosto de 2025 e 2026 e efeito mix do volume captado de água;
  b) Aumento de R$ 9,9 milhões nos gastos com serviço e material de tratamento decorrente dos efeitos combinados de aumento no quantitativo dos materiais e de maior desconto

obtido junto a fornecedor no 9M25;

c) Redução de R$ 20,1 milhões em energia em virtude da migração das unidades do mercado livre de energia para a autoprodução através das usinas Arapuá I e II.

2.3. Resultado Financeiro

Descrição	3T26	% AV	3T25	% AV	% AH 3T26 x 3T25	Var.Abs 3T26 x 3T25	2T26	% AV	% AH 3T26 x 2T26	Var.Abs 3T26 x 2T26
Receitas Financeiras	**-61.277**	*-8,1%*	**48.534**	*7,4%*	*NA*	**-109.811**	**48.006**	*6,6%*	*NA*	**-109.283**
Rendimentos de aplic. financeiras	17.490	*2,3%*	28.221	*4,3%*	*-38,0%*	-10.731	17.879	*2,4%*	*-2,2%*	-389
Juros recebidos de clientes	6.341	*0,8%*	6.089	*0,9%*	*4,1%*	252	6.139	*0,8%*	*3,3%*	202
Atualização monetária ativa	4.584	*0,6%*	2.116	*0,3%*	*116,6%*	2.468	2.927	*0,4%*	*56,6%*	1.657
Receita de atualiz. do ativo financeirc	744	*0,1%*	276	*0,0%*	*169,6%*	468	678	*0,1%*	*9,7%*	66
(-) PIS/Cofins s/ rec. financeira	-1.321	*-0,2%*	-2.352	*-0,4%*	*-43,8%*	1.031	-1.253	*-0,2%*	*5,4%*	-68
Swap	-10.623	*-1,4%*	0	*0,0%*	*NA*	-10.623	0	*0,0%*	*NA*	-10.623
Variação cambial ativa	-78.492	*-10,4%*	14.184	*2,2%*	*NA*	-92.676	21.636	*3,0%*	*NA*	-100.128
Despesas Financeiras	**-50.609**	*-6,7%*	**-108.733**	*-16,6%*	*-53,5%*	**58.124**	**-158.409**	*-21,6%*	*-68,1%*	**107.800**
Debêntures	-37.331	*-5,0%*	-49.198	*-7,5%*	*-24,1%*	11.867	-39.935	*-5,5%*	*-6,5%*	2.604
Despesas de juros da PPP	-31.849	*-4,2%*	-14.174	*-2,2%*	*124,7%*	-17.675	-30.966	*-4,2%*	*2,9%*	-883
Juros de arrendamento	-12.198	*-1,6%*	-543	*-0,1%*	*2146,4%*	-11.655	-13.354	*-1,8%*	*-8,7%*	1.156
Atualização monetária passiva	-9.190	*-1,2%*	-30.896	*-4,7%*	*-70,3%*	21.706	-12.643	*-1,7%*	*-27,3%*	3.453
Incentivo à aposentadoria	-2.724	*-0,4%*	-1.425	*-0,2%*	*NA*	-1.299	-2.117	*-0,3%*	*28,7%*	-607
Outras	-165	*0,0%*	-25	*0,0%*	*560,0%*	-140	-48	*0,0%*	*243,8%*	-117
Despesa financeira de tributos	0	*0,0%*	1	*0,0%*	*NA*	-1	0	*0,0%*	*NA*	0
Variação cambial passiva	9.879	*1,3%*	0	*0,0%*	*NA*	9.879	-11.041	*-1,5%*	*NA*	20.920
Juros de financiamentos	12.683	*1,7%*	-12.473	*-1,9%*	*NA*	25.156	-16.304	*-2,2%*	*NA*	28.987
Swap	20.286	*2,7%*	0	*0,0%*	*NA*	20.286	-32.001	*-4,4%*	*NA*	52.287
Resultado Financeiro	**-111.886**	*-14,9%*	**-60.199**	*-9,2%*	*85,9%*	**-51.687**	**-110.403**	*-15,1%*	*1,3%*	**-1.483**

Obs: A partir do 3T26, a Companhia implementou melhorias no processo de contabilização do *hedge accounting*, do instrumento de proteção cambial vinculado à operação com a AFD. O detalhamento está evidenciado na Nota Explicativa n° 27 das Demonstrações Financeiras de 30/09/2026.

As despesas financeiras líquidas totalizaram R$ 111,9 milhões no 3T26, apresentando um aumento de R$ 51,7 milhões (+85,9%) em relação às despesas financeiras líquidas no 3T25. Essa variação no comparativo se deve majoritariamente a:

- Redução nas Receitas Financeiras de R$ 109,8 milhões devido principalmente a:
  a) Redução de R$ 103,3 milhões no consolidado de variação cambial ativa e *swap* decorrente dos efeitos da adequação do processo de contabilização de *hedge accounting*, conforme o CPC 48;
  b) Redução nos rendimentos de aplicações financeiras em R$ 10,7 milhões (-38,0%), em função do menor saldo médio de aplicações financeiras no referido período comparativo;
  c) Incremento de R$ 3,5 milhões no consolidado de atualização monetária ativa e Pis/Cofins sobre receita financeira.
- Redução de R$ 58,1 milhões nas Despesas Financeiras no supracitado comparativo trimestral em decorrência principalmente de:

a) Redução de R$ 55,3 milhões no consolidado das rubricas juros de financiamento, *swap* e variação cambial passiva decorrente dos efeitos da adequação do processo de contabilização de *hedge accounting*;

b) Redução na atualização monetária passiva em R$ 21,7 milhões em virtude principalmente dos efeitos da supracitada adequação do processo de contabilização de *hedge accounting* no 3T26 em R$ 12,8 milhões e de despesas com comissão de financiamento de R$ 7,7 milhões que ocorreram no 3T25 que não ocorreram no 3T26;

c) Aumento em despesa de juros da PPP no valor de R$ 17,7 milhões (+124,7%), face a remuneração dos investimentos realizados para a universalização;

d) Redução nos juros de debêntures em R$ 11,9 milhões (-24,1%), em virtude dos efeitos do pagamento do resgate antecipado da primeira emissão de debêntures no 3T25 e do menor saldo médio de debêntures no 3T26;

e) Aumento nos juros de arrendamento em R$ 11,7 milhões primordialmente em função do contrato de autoprodução de energia através das usinas Arapuá I e II.

Resultado Financeiro (Em R$ mil)

Descrição	9M26	% AV	9M25	% AV	% AH 9M26 x 9M25	Var.Abs 9M26 x 9M25
Receitas Financeiras	**83.778**	***3,8%***	**95.829**	***5,0%***	***-12,6%***	**-12.051**
Rendimentos de aplic. financeiras	56.803	*2,6%*	62.774	*3,3%*	*-9,5%*	-5.971
Juros recebidos de clientes	18.142	*0,8%*	17.678	*0,9%*	*2,6%*	464
Atualização monetária ativa	11.294	*0,5%*	5.068	*0,3%*	*122,8%*	6.226
Receita de atualiz. do ativo financeiro	2.043	*0,1%*	761	*0,0%*	*168,5%*	1.282
Variação cambial ativa	0	*0,0%*	14.184	*0,7%*	*NA*	-14.184
(-) PIS/Cofins s/ rec. financeira	-4.504	*-0,2%*	-4.636	*-0,2%*	*-2,8%*	132
Despesas Financeiras	**-401.315**	***-18,3%***	**-254.709**	***-13,3%***	***57,6%***	**-146.606**
Debêntures	-117.954	*-5,4%*	-124.823	*-6,5%*	*-5,5%*	6.869
Despesas de juros da PPP	-99.564	*-4,5%*	-22.002	*-1,2%*	*352,5%*	-77.562
Swap	-92.139	*-4,2%*	0	*0,0%*	*NA*	-92.139
Atualização monetária passiva	-37.040	*-1,7%*	-51.532	*-2,7%*	*-28,1%*	14.492
Juros de arrendamento	-27.356	*-1,2%*	-2.040	*-0,1%*	*1241,0%*	-25.316
Juros de financiamentos	-19.109	*-0,9%*	-49.949	*-2,6%*	*-61,7%*	30.840
Incentivo à aposentadoria	-6.702	*-0,3%*	-3.926	*-0,2%*	*70,7%*	-2.776
Variação cambial passiva	-1.180	*-0,1%*	0	*0,0%*	*NA*	-1.180
Outras	-271	*0,0%*	-76	*0,0%*	*256,6%*	-195
Despesa financeira de tributos	0	*0,0%*	-361	*0,0%*	*NA*	361
Resultado Financeiro	**-317.537**	***-14,5%***	**-158.880**	***-8,3%***	***99,9%***	**-158.657**

As despesas financeiras líquidas totalizaram R$ 317,5 milhões no 9M26, apresentando um aumento de R$ 158,7 milhões (+99,9%) em relação às despesas financeiras líquidas no 9M25. Essa variação se deve majoritariamente a:

- Redução nas Receitas Financeiras de R$ 12,1 milhões (-12,6%) em virtude principalmente:
  a) Redução de R$ 14,2 milhões na variação cambial ativa decorrente dos efeitos da adequação do processo de contabilização de *hedge accounting*, conforme o CPC 48;
  b) Incremento de R$ 6,2 milhões na atualização monetária ativa, em virtude principalmente dos efeitos de maior correção monetária e de descontos recebidos por pagamento antecipado.
  c) Redução nos rendimentos de aplicações financeiras em R$ 6,0 milhões, em função do menor saldo médio de aplicações financeiras no referido período comparativo;
- Aumento de R$ 146,6 milhões (+57,6%) nas Despesas Financeiras majoritariamente em virtude de:
  a) Incremento de despesa de *swap* em R$ 92,1 milhões decorrente principalmente dos efeitos da supracitada adequação do processo de contabilização de *hedge accounting* no 3T26, conforme o CPC 48;
  b) Aumento em despesa de juros da PPP no valor de R$ 77,6 milhões, face a remuneração dos investimentos realizados para a universalização;
  c) Redução nos juros de financiamento em R$ 30,8 milhões em virtude principalmente dos efeitos combinados da supracitada adequação do processo de contabilização de *hedge accounting* no 3T26 (R$ 20,8 milhões) e do processo de classificação das contas de juros e correção monetária (R$ 5,7 milhões) ocorrida no 2T25;
  d) Incremento de R$ 25,3 milhões em juros de arrendamento primordialmente em função do contrato de autoprodução de energia através das usinas Arapuá I e II e Sane;
  e) Redução na atualização monetária passiva em R$ 14,5 milhões, em virtude majoritariamente da adequação do processo de contabilização de *hedge accounting* no 3T26, conforme o CPC 48.

2.4. Lucro Líquido e EBITDA

Como resultado da confrontação de Receitas, Custos e Despesas, apresentamos na sequência a apuração do Lucro Líquido e EBITDA em bases de comparativo trimestral e acumulado, com abordagens partindo do Lucro Líquido e da Receita Líquida, respectivamente:

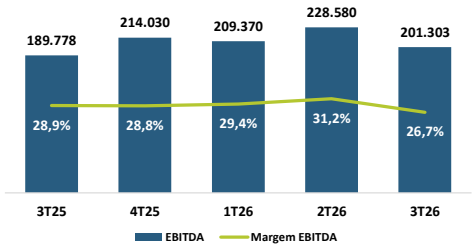
Lucro Líquido e EBITDA (Em R$ mil)

Descrição	3T26	% AV	3T25	% AV	% AH 3T26 x 3T25	Var.Abs 3T26 x 3T25	2T26	% AV	% AH 3T26 x 2T26	Var.Abs 3T26 x 2T26
Lucro Líquido	**10.255**	***1,4%***	**63.687**	***9,7%***	***-83,9%***	**-53.432**	**30.581**	***4,2%***	***-66,5%***	**-20.326**
(-) IRPJ/CSLL	1.501	*0,2%*	7.118	*1,1%*	*-78,9%*	-5.617	3.303	*0,5%*	*-54,6%*	-1.802
(-) Resultado Financeiro	111.886	*14,9%*	60.199	*9,2%*	*85,9%*	51.687	110.403	*15,1%*	*1,3%*	1.483
(-) D&A - Custos	78.110	*10,4%*	55.926	*8,5%*	*39,7%*	22.184	77.009	*10,5%*	*1,4%*	1.101
(-) D&A - Despesas	-449	*-0,1%*	2.848	*0,4%*	*NA*	-3.297	7.284	*1,0%*	*NA*	-7.733
EBITDA	**201.303**	***26,7%***	**189.778**	***28,9%***	***6,1%***	**11.525**	**228.580**	***31,2%***	***-11,9%***	**-27.277**

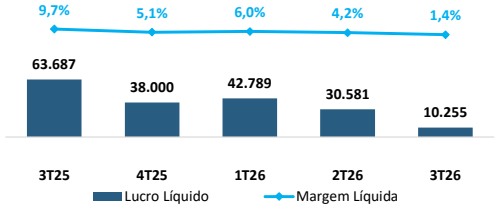
Receita Líquida e EBITDA (Em R$ mil)

Descrição	3T26	% AV	3T25	% AV	% AH 3T26 x 3T25	Var.Abs 3T26 x 3T25	2T26	% AV	% AH 3T26 x 2T26	Var.Abs 3T26 x 2T26
Receita Líquida	**753.080**	***100,0%***	**656.782**	***100,0%***	***14,7%***	**96.298**	**731.938**	***100,0%***	***2,9%***	**21.142**
Custos Operacionais	-371.867	*-49,4%*	-314.999	*-48,0%*	*18,1%*	-56.868	-353.730	*-48,3%*	*5,1%*	-18.137
D&A - Custos	78.110	*10,4%*	55.926	*8,5%*	*39,7%*	22.184	77.009	*10,5%*	*1,4%*	1.101
Despesas Operacionais	-257.571	*-34,2%*	-210.779	*-32,1%*	*22,2%*	-46.792	-233.921	*-32,0%*	*10,1%*	-23.650
D&A - Despesas	-449	*-0,1%*	2.848	*0,4%*	*NA*	-3.297	7.284	*1,0%*	*NA*	-7.733
EBITDA	**201.303**	***26,7%***	**189.778**	***28,9%***	***6,1%***	**11.525**	**228.580**	***31,2%***	***-11,9%***	**-27.277**

EBITDA e Margem EBITDA (R$ mil)



Lucro Líquido e Margem Líquida (R$ mil)



Lucro Líquido e EBITDA (Em R$ mil)

Descrição	9M26	% AV	9M25	% AV	% AH 9M26 x 9M25	Var.Abs 9M26 x 9M25
Lucro Líquido	**83.625**	***3,8%***	**186.617**	***9,8%***	***-55,2%***	**-102.992**
(-) IRPJ/CSLL	9.058	*0,4%*	20.114	*1,1%*	*-55,0%*	-11.056
(-) Resultado Financeiro	317.537	*14,5%*	158.880	*8,3%*	*99,9%*	158.657
(-) D&A - Custos	215.457	*9,8%*	173.451	*9,1%*	*24,2%*	42.006
(-) D&A - Despesas	13.576	*0,6%*	10.171	*0,5%*	*33,5%*	3.405
EBITDA	**639.253**	***29,1%***	**549.233**	***28,8%***	***16,4%***	**90.020**

Receita Líquida e EBITDA (Em R$ mil)

Descrição	9M26	% AV	9M25	% AV	% AH 9M26 x 9M25	Var.Abs 9M26 x 9M25
Receita Líquida	**2.195.969**	***100,0%***	**1.909.620**	***100,0%***	***15,0%***	**286.349**
Custos Operacionais	-1.060.583	*-48,3%*	-951.340	*-49,8%*	*11,5%*	-109.243
D&A - Custos	215.457	*9,8%*	173.451	*9,1%*	*24,2%*	42.006
Despesas Operacionais	-725.166	*-33,0%*	-592.669	*-31,0%*	*22,4%*	-132.497
D&A - Despesas	13.576	*0,6%*	10.171	*0,5%*	*33,5%*	3.405
EBITDA	**639.253**	***29,1%***	**549.233**	***28,8%***	***16,4%***	**90.020**

2.5. Endividamento

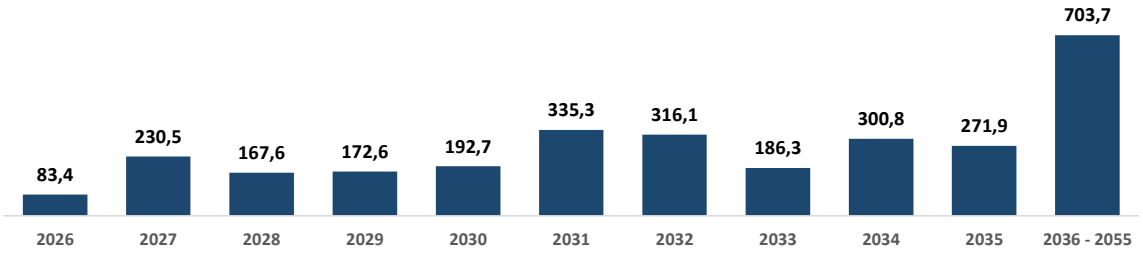
A Dívida Bruta da Companhia totalizou R$ 2.961,0 milhões no 3T26, apresentando um crescimento de 10,5% em relação aos R$ 2.678,4 milhões do 3T25. A seguir, apresentamos o detalhamento e respectivo *breakdown* por agente financiador, exigibilidade, prazo de vencimento e moeda.

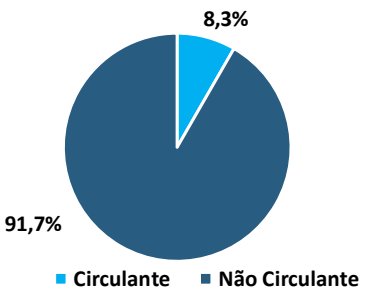
Descrição	3T26	% AV	3T25	% AV	% AH 3T26 x 3T25	Var.Abs 3T26 x 3T25	2T26	% AV	% AH 3T26 x 2T26	Var.Abs 3T26 x 2T26
Moeda nacional										
Debêntures	1.152.801	*38,9%*	1.140.675	*42,6%*	*1,1%*	12.126	1.142.960	*43,7%*	*0,9%*	9.841
BNB	502.068	*17,0%*	524.481	*19,6%*	*-4,3%*	-22.413	514.871	*19,7%*	*-2,5%*	-12.803
Caixa Econômica Federal	143.632	*4,9%*	130.622	*4,9%*	*10,0%*	13.010	145.243	*5,6%*	*-1,1%*	-1.611
BID	101.033	*3,4%*	130.323	*4,9%*	*-22,5%*	-29.290	97.429	*3,7%*	*3,7%*	3.604
Citibank	100.000	*3,4%*	-	*0,0%*	*NA*	100.000	-	*0,0%*	*NA*	100.000
Subtotal em Moeda Nacional	**1.999.534**	***67,5%***	**1.926.101**	***71,9%***	***3,8%***	**73.433**	**1.900.503**	***72,7%***	***5,2%***	**99.031**
Moeda Estrangeira										
AFD	961.446	*32,5%*	752.326	*28,1%*	*27,8%*	209.120	713.554	*27,3%*	*34,7%*	247.892
Subtotal em Moeda Estrangeira	**961.446**	***32,5%***	**752326**	***28,1%***	***27,8%***	**209.120**	**713.554**	***27,3%***	***34,7%***	**247.892**
Dívida Bruta	**2.960.980**	***100,0%***	**2.678.427**	***100,0%***	***10,5%***	**282.553**	**2.614.057**	***100,0%***	***13,3%***	**346.923**
Circulante	246.054	*8,3%*	131.263	*4,9%*	*87,5%*	114.791	126.267	*4,8%*	*94,9%*	119.787
Não Circulante	2.714.926	*91,7%*	2.547.164	*95,1%*	*6,6%*	167.762	2.487.790	*95,2%*	*9,1%*	227.136

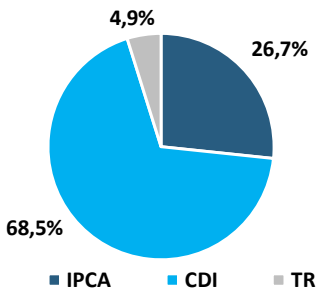
***Breakdown* por Vencimento**

Descrição (R$ milhões)	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036 - 2055	Total
AFD	14,6	-	-	-	47,3	94,7	94,7	94,7	94,7	94,7	426,1	961,4
BID	14,8	28,7	28,7	28,7	-	-	-	-	-	-	-	101,0
BNB	13,5	48,6	48,6	48,6	46,1	34,8	34,8	28,5	9,6	9,6	179,4	502,1
Caixa Econômica Federal	3,9	15,7	15,5	15,1	13,8	13,4	8,0	5,4	5,4	5,4	42,0	143,6
Citibank	-	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0
Debêntures	36,5	37,4	74,8	80,1	85,5	192,5	178,6	57,8	191,1	162,2	56,2	1.152,8
Total	83,4	230,5	167,6	172,6	192,7	335,3	316,1	186,3	300,8	271,9	703,7	2.961,0

Dívida Bruta 3T26 (R$ milhões e %) – *Breakdown* por vencimento e por indexador







No 3T26, a Dívida Líquida da Companhia totalizou R$ 2.428,0 milhões, um aumento de 13,6% ou R$ 291,6 milhões no comparativo 3T26 x 3T25, em função do alongamento do perfil da dívida. Em decorrência, o Índice de Alavancagem atingiu 38,6% e a Dívida Líquida por EBITDA LTM resultou em 2,85.

Dívida Líquida e Capitalização (Em R$ mil)

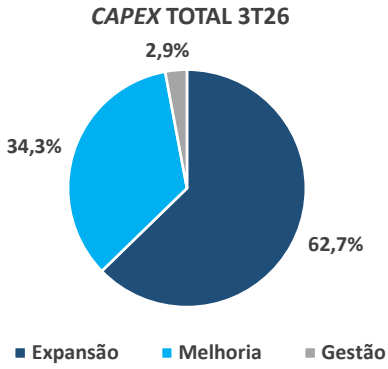
Descrição	3T26	% AV	3T25	% AV	% AH 3T26 x 3T25	Var.Abs 3T26 x 3T25	2T26	% AV	% AH 3T26 x 2T26	Var.Abs 3T26 x 2T26
Dívida Bruta	**2.960.980**	*47,0%*	**2.678.427**	*46,8%*	*10,5%*	**282.553**	**2.614.057**	*42,5%*	*13,3%*	**346.923**
(-) Disponibilidades	532.948	*8,5%*	541.983	*9,5%*	*-1,7%*	-9.035	317.117	*5,2%*	*68,1%*	215.831
Dívida Líquida	**2.428.032**	*38,6%*	**2.136.444**	*37,3%*	*13,6%*	**291.588**	**2.296.940**	*37,3%*	*5,7%*	**131.092**
(+) Patrimônio Líquido	3.869.612	*61,4%*	3.589.861	*62,7%*	*7,8%*	279.751	3.859.158	*62,7%*	*0,3%*	10.454
Capitalização	**6.297.644**	*100,0%*	**5.726.305**	*100,0%*	*10,0%*	**571.339**	**6.156.098**	*100,0%*	*2,3%*	**141.546**
Índice de Alavancagem	*38,55%*		*37,31%*		*1,25 p.p.*		*37,31%*		*1,24 p.p.*	
Ebitda LTM	**853.283**		**728.212**		*17,2%*	**125.071**	**841.758**		*1,4%*	**11.525**
Dívida Líquida / Ebitda LTM	**2,85**		**2,93**			**-0,09**	**2,73**			**0,12**

2.6. *Capex*

Nos quadros a seguir, apresentamos o comparativo trimestral do *Capex* por tipo de serviço e natureza. No 3T26, o *Capex* Total atingiu R$ 323,3 milhões (aumento de 39,3% em relação aos R$ 232,1 milhões do 3T25). No acumulado dos nove meses, o *Capex* Total atingiu R$ 873,5,2 milhões (crescimento de 28,8% em relação aos R$ 678,3 milhões do 9M25).

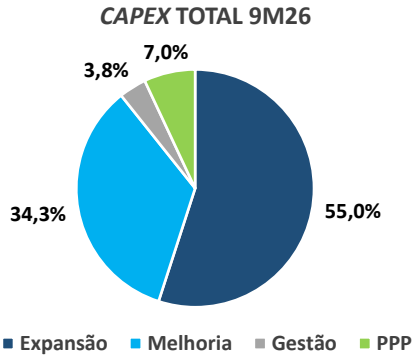
Descrição	3T26	% AV	3T25	% AV	% AH 3T26 x 3T25	Var.Abs 3T26 x 3T25	2T26	% AV	% AH 3T26 x 2T26	Var.Abs 3T26 x 2T26
ÁGUA	**196.284**	*60,7%*	**140.206**	*60,4%*	*40,0%*	**56.078**	**164.619**	*50,3%*	*19,2%*	**31.665**
Expansão	122.847	*38,0%*	57.276	*24,7%*	*114,5%*	65.571	91.334	*27,9%*	*34,5%*	31.513
Melhoria	73.437	*22,7%*	82.930	*35,7%*	*-11,4%*	-9.493	73.285	*22,4%*	*0,2%*	152
ESGOTO	**109.408**	*33,8%*	**69.650**	*30,0%*	*57,1%*	**39.757**	**81.686**	*24,9%*	*33,9%*	**27.722**
Expansão	78.360	*24,2%*	57.607	*24,8%*	*36,0%*	20.752	52.918	*16,2%*	*48,1%*	25.442
Melhoria	31.048	*9,6%*	12.043	*5,2%*	*157,8%*	19.005	28.768	*8,8%*	*7,9%*	2.279
ÁGUA/ESGOTO	**8.082**	*2,5%*	**12.900**	*5,6%*	*-37,3%*	**-4.818**	**5.287**	*1,6%*	*52,9%*	**2.795**
Expansão	1.630	*0,5%*	5.100	*2,2%*	*-68,0%*	-3.470	3.386	*1,0%*	*-51,9%*	-1.756
Melhoria	6.453	*2,0%*	7.800	*3,4%*	*-17,3%*	-1.347	1.901	*0,6%*	*239,4%*	4.551
GESTÃO	**9.508**	*2,9%*	**7.233**	*3,1%*	*31,4%*	**2.274**	**15.037**	*4,6%*	*-36,8%*	**-5.529**
***CAPEX* CAGECE**	**323.282**	*100,0%*	**229.990**	*99,1%*	*40,6%*	**93.292**	**266.629**	*81,4%*	*21,2%*	**56.653**
***CAPEX* PPP**	**0**	*0,0%*	**2.066**	*0,9%*	*NA*	**-2.066**	**60.820**	*18,6%*	*-100,0%*	**-60.820**
***CAPEX* TOTAL**	**323.282**	*100,0%*	**232.056**	*100,0%*	*39,3%*	**91.226**	**327.449**	*100,0%*	*-1,3%*	**-4.167**

Obs: Os valores de Capex incluem despesas capitalizáveis de juros de financiamento e mão de obra (R$ 22.697 mil – 3T26; R$ 25.220 mil – 3T25; e R$ 24.066 mil – 2T26).



Descrição	9M26	% AV	9M25	% AV	% AH 9M26 x 9M25	Var.Abs 9M26 x 9M25
ÁGUA	**505.262**	***57,8%***	**369.570**	***54,5%***	***36,7%***	**135.691**
Expansão	296.086	*33,9%*	163.253	*24,1%*	*81,4%*	132.834
Melhoria	209.175	*23,9%*	206.318	*30,4%*	*1,4%*	2.858
ESGOTO	**239.051**	***27,4%***	**245.643**	***36,2%***	***-2,7%***	**-6.592**
Expansão	172.694	*19,8%*	167.027	*24,6%*	*3,4%*	5.667
Melhoria	66.357	*7,6%*	78.616	*11,6%*	*-15,6%*	-12.259
ÁGUA/ESGOTO	**35.506**	***4,1%***	**32.689**	***4,8%***	***8,6%***	**2.817**
Expansão	11.651	*1,3%*	15.422	*2,3%*	*-24,5%*	-3.771
Melhoria	23.855	*2,7%*	17.266	*2,5%*	*38,2%*	6.588
GESTÃO	**32.780**	***3,8%***	**19.952**	***2,9%***	***64,3%***	**12.828**
***CAPEX* CAGECE**	**812.598**	***93,0%***	**667.854**	***98,5%***	***21,7%***	**144.744**
***CAPEX* PPP**	**60.929**	***7,0%***	**10.413**	***1,5%***	***485,1%***	**50.516**
***CAPEX* TOTAL**	**873.527**	***100,0%***	**678.267**	***100,0%***	***28,8%***	**195.260**

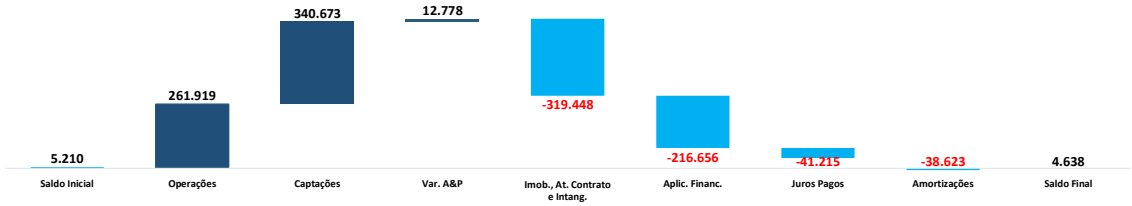
Obs: Os valores de Capex incluem despesas capitalizáveis de juros de financiamento e mão de obra (R$ 68.826 mil – 9M26 e R$ 90.290 mil – 9M25)



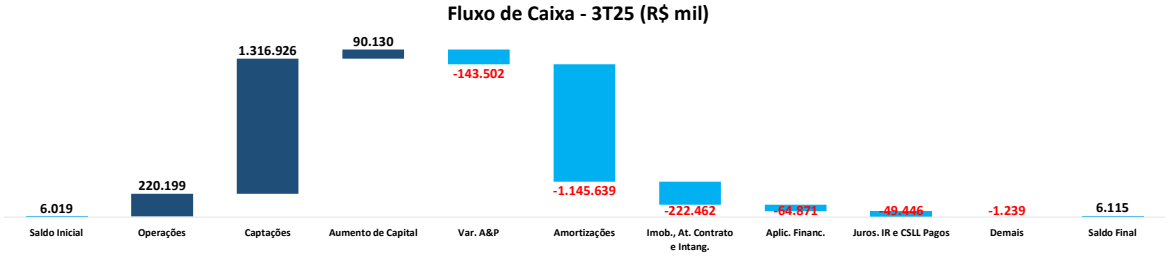
2.7. Fluxo de Caixa

Os gráficos a seguir apresentam a evolução do fluxo de caixa nos comparativos trimestrais e acumulados.

Fluxo de Caixa - 3T26 (R$ mil)

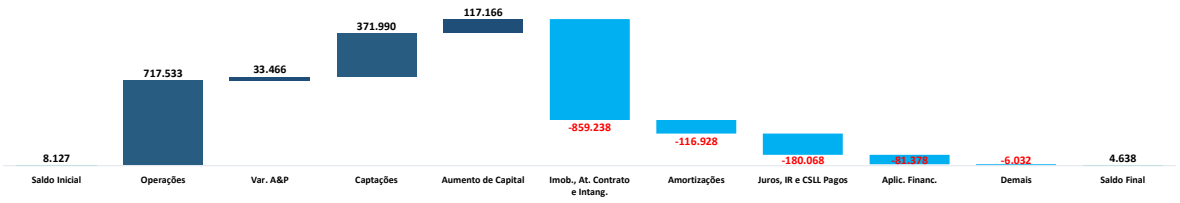


Fluxo de Caixa - 3T25 (R$ mil)



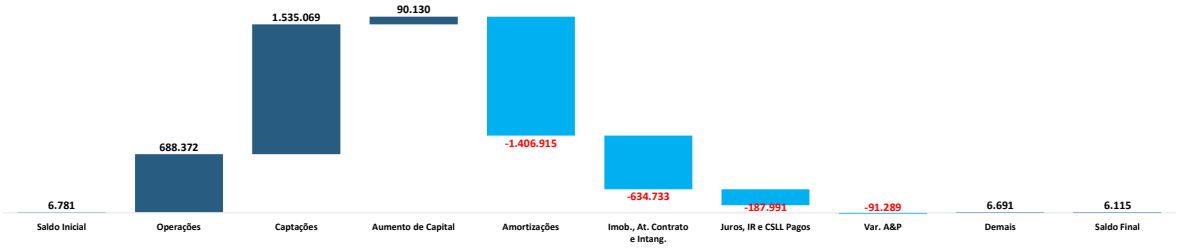
Obs: "Demais" se refere a rubricas presentes nas Atividades de Investimento (R$ 1.239 mil).

Fluxo de Caixa - 9M26 (R$ mil)



Obs: "Demais" se refere ao consolidado das rubricas presentes nas Atividades de Financiamento (- R$ 6.678 mil) e nas Atividades de Investimento (+ R$ 646 mil).

Fluxo de Caixa - 9M25 (R$ mil)



Obs: "Demais" se refere a rubricas presentes nas Atividades de Financiamento (-R$ 10.274 mil) e nas Atividades de Investimento (R$ 3.589 mil).

3. FATOS ADMINISTRATIVOS E EVENTOS SUBSEQUENTES

Liberação da AFD

Em 29 de agosto de 2026, foi recebida a segunda tranche do financiamento com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no montante de EUR 40 milhões. Os recursos recebidos foram utilizados para ressarcimentos de investimentos realizados através de pagamentos com recursos próprios, bem como investimentos vincendos. A tranche remanescente, de EUR 40 milhões, possui previsão de desembolso para o exercício de 2027. O prazo total da operação é de 15 anos, com carência de 5 anos a partir da primeira liberação. A Companhia realizou *hedge* de *full swap* do montante no 3T26.

Aporte de *Equity*

Em 21 de outubro de 2026, a Companhia recebeu o aporte de R$ 18,7 milhões realizado pelo Governo do Estado do Ceará. O referido montante, somado aos R$ 90 milhões integralizados em 2025 e R$ 117 milhões integralizados em 2026, faz parte do aporte de R$ 500 milhões provenientes do Governo do Estado do Ceará, com recursos do financiamento contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 26 de setembro de 2024, através do programa BNDES *Invest* Impacto. Os recursos recebidos serão destinados a investimentos em infraestrutura no setor hídrico e de saneamento básico, o que contribuirá para o alcance das metas de universalização até 2033.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Trimestres findos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece ("Companhia" ou "Cagece") é uma sociedade de economia mista de capital aberto, cujo acionista majoritário é o Estado do Ceará. Domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Doutor Lauro Vieira Chaves, nº 1.030, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará.

Criada pela Lei Estadual nº 9.499, de 20 de julho de 1971, com alterações posteriores, a Companhia tem por objetivo a prestação de serviço público de água e esgotamento sanitário em todo o território do Estado do Ceará. Pode operar diretamente, por subsidiária, ou por pessoa jurídica mediante contrato. Além disso, pode atuar na geração e comercialização de energia, estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas, constituir subsidiárias e SPEs, bem como fomentar pesquisas e ações socioambientais, culturais e de saneamento rural.

Nesse contexto e em alinhamento com suas diretrizes estratégicas de sustentabilidade, governança (ESG) e eficiência operacional (OPEX), a Companhia ingressou, em abril de 2026, no regime de Autoprodução de Energia (APE) no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Essa estratégia é operacionalizada por meio do arrendamento/exploração das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) Arapuá I e Arapuá II, viabilizados através da participação na SANE Energia S/A. O projeto garante suprimento contínuo de energia 100% fotovoltaica para unidades de alta tensão, usufruindo de benefícios legais e tributários inerentes à Autoprodução — como isenções de encargos setoriais (CDE) e descontos na TUSD/TUST —, mitigando riscos tarifários e revertendo a economia de custos em modicidade tarifária e investimentos em saneamento.

Em linha com o Novo Marco Legal do Saneamento e as decisões das Microrregiões de Água e Esgoto (MRAEs), os serviços públicos de água e esgotamento sanitário são regulados e fiscalizados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (ARCE), que atua como agência reguladora única para o Estado. No município de Fortaleza, as atividades de fiscalização e controle são exercidas de forma coordenada com a Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (ACFOR), observando-se as normas regulatórias e tarifárias estabelecidas pela ARCE.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia atuava em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário em 153 municípios no Estado do Ceará, divididos em três microrregiões: Centro-Norte, Centro-Sul e Oeste. Desses, 151 foram contratualizados de acordo com a Lei nº 11.445/2007, com os prazos das concessões aditados até 06 de outubro de 2055.

O contrato de prestação de serviços do município de Cariús não foi aditado devido à ausência de interesse na renovação por parte do poder concedente. Atualmente, o processo de devolução da concessão encontra-se em tramitação na Procuradoria Geral do Estado (PGE), com parecer jurídico já emitido e aguardando encaminhamento para a respectiva Microrregião de Água e Esgoto

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Trimestres findos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(MRAE). Até o momento, não houve a formalização do encerramento contratual, tampouco a indenização dos ativos e investimentos realizados pela Companhia. Visando garantir a continuidade do serviço essencial à população, a Cagece permanece operando os sistemas até que ocorra a deliberação definitiva sobre o tema pelas instâncias competentes.

Em 1º de julho de 2026, a Cagece iniciou a operação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de Milhã, com fundamento na autorização provisória concedida pela Portaria nº 01/2026–MRAE-2. Essa autorização permanecerá vigente até a deliberação final do Colegiado Microrregional, observado o procedimento previsto no Assento Regimental MRAE-2 nº 1/2026.

A seguir, estão discriminados os principais contratos e seus respectivos vencimentos:

				30 de setembro de 2026
Municípios	**Microregião**	**Status**	**Data de vencimento**	**% de faturamento (*)**
Fortaleza	Centro-Norte	Vigente	06/10/2055	53,5
Maracanaú	Centro-Norte	Vigente	06/10/2055	5,0
Caucaia	Centro-Norte	Vigente	06/10/2055	4,8
Juazeiro do Norte	Centro-Sul	Vigente	06/10/2055	4,0
Itaitinga	Centro-Norte	Vigente	06/10/2055	1,9
Eusébio	Centro-Norte	Vigente	06/10/2055	1,6
Itapipoca	Centro-Norte	Vigente	06/10/2055	1,3
Pacatuba	Centro-Norte	Vigente	06/10/2055	1,2
Maranguape	Centro-Norte	Vigente	06/10/2055	1,1
Tianguá	Oeste	Vigente	06/10/2055	1,1

(*) Informação não auditada.

A partir de 05 de novembro de 2025, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) aplicou revisão tarifária de 9,73% (revisão tarifária anterior foi de 8,00%, aplicada em 05 de agosto de 2024) às tarifas de água e esgoto praticadas pela Companhia de forma linear, em todas as categorias de consumo nos municípios operados pela empresa. A revisão foi aprovada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce), no dia 02 de outubro de 2025, através da Resolução nº 25/2025.

A revisão leva em consideração o aumento nos custos e a necessidade de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da empresa, a operação dos sistemas, bem como manutenção, expansão e melhoria dos serviços prestados à população. Além disso, considera a necessidade de cumprimento das metas pactuadas de universalização, qualidade e continuidade dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, previstos em contrato.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As presentes informações contábeis intermediárias foram elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração

Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, observando os critérios e normativos expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Conforme facultado pelo CPC 21 (R1) / IAS 34 e alinhado às orientações do Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, estas demonstrações intermediárias concentram-se em eventos e transações relevantes do período, omitindo ou apresentando de forma resumida determinadas notas explicativas cujas informações não sofreram alterações significativas em relação às Demonstrações Contábeis Anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Portanto, este ITR relativo a 30 de setembro de 2026 deve ser lido em conjunto com as referidas demonstrações contábeis anuais, publicadas no jornal O Povo em 27 de fevereiro de 2026.

Neste contexto, as seguintes notas explicativas integrantes das demonstrações contábeis anuais de 2025, não são reapresentadas ou não estão no mesmo grau de detalhamento:

- Nota Explicativa 2: Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis;
- Nota Explicativa 3: Principais mudanças nas políticas contábeis;
- Nota Explicativa 22: Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar
- Nota Explicativa 24: Provisão atuarial benefício definido – Plano de saúde.

A Administração declara que todas as informações relevantes às informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia.

Estas informações contábeis intermediárias, incluindo os valores inseridos nas Notas Explicativas, estão apresentados em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

A emissão destas informações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 13 de novembro de 2026.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis utilizadas na preparação das informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2026 são consistentes com aquelas utilizadas para preparar as Demonstrações contábeis anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, divulgadas na Nota 2 daquelas demonstrações, publicadas no Jornal O Povo em 27 de fevereiro de

2026. É importante ressaltar que para essa divulgação não houve alterações relevantes nas políticas contábeis.

4. Pronunciamentos novos ou alterados

4.1. Novas normas e/ou alteradas, em vigor no exercício corrente

As alterações de normas que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2026 não produziram impactos nas demonstrações contábeis da Companhia para o exercício atual.

4.2. Novas normas e/ou alteradas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das informações contábeis intermediárias, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

  Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

  A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, da demonstração dos fluxos de caixa e das divulgações adicionais exigidas para MPMs.

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de mercado

i) Risco cambial

A exposição cambial implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais, uma vez que a Companhia possui passivo em moeda estrangeira, decorrentes do financiamento em euro junto à AFD.

A administração da exposição cambial considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado.

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem o saldo do passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e, consequentemente, as despesas financeiras. A Companhia contratou operação de *hedge (swap)* em setembro de 2025 para proteção contra tal risco.

A exposição ao risco cambial dos empréstimos e financiamento é assim composta:

	30/09/2026		31/12/2025	
	Euro	R$	Euro	R$
Financiamento - AFD	160.000	961.446	120.000	781.025

A Companhia contratou operação de hedge (swap) em setembro de 2025 para proteção contra tal risco, conforme Nota 27.

O quadro a seguir demonstra as cotações e as variações cambiais do período:

	30/09/2026	30/09/2025	Variação
EUR	5,8777	6,2414	(5,83%)

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade considerando a base de exposição de R$ 961.446 (R$ 781.025 em 31 de dezembro de 2025).

Caso o Real tivesse se valorizado ou desvalorizado em 10% em comparação ao Euro, mantidas as demais variáveis constantes e desconsiderando os efeitos do instrumento de proteção (hedge), o efeito estimado no resultado antes dos impostos teria sido de R$ 96.145 (R$ 78.084 em 31 de dezembro de 2025), para mais ou para menos.

O quadro abaixo demonstra que, devido à estratégia de proteção integral (Full Swap), o impacto líquido em ambos os cenários de estresse é nulo:

Instrumento Financeiro	Risco	Base de Exposição (30/09/2026)	Cenário I (-10% Euro)	Cenário II (10% Euro)
Financiamento - AFD	Variação Cambial	961.446	96.145	(96.145)
Hedge - Swap	Proteção - 100%		(96.145)	96.145
Impacto Líquido			-	-

A exposição de passivos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, ao euro, estava assim representada:

	30/09/2026	31/12/2025
Empréstimos e financiamentos com a AFD (Nota 19)	961.446	781.025
Cotação do EUR	5,8777	6,4692
Empréstimos e financiamentos com a AFD em EUR	163.575	120.730

ii) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos e as debêntures.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "*hedge*" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia possuía R$ 1.808.179 (R$ 1.548.260 em 31 de dezembro de 2025) em empréstimos e

financiamentos (Nota Explicativa n°19) e R$ 1.152.801 (R$ 1.134.791 em 31 de dezembro de 2025) em debêntures (Nota Explicativa n°20), ambos captados a taxa variável de juros(IPCA) e (CDI) distribuídos conforme tabela a seguir:

Banco	Saldo em 30/09/2026	Saldo em 31/12/2025	Taxa Contratual (a.a.)
Caixa Econômica Federal	143.632	142.521	TR+9,23%
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID	101.033	111.496	Tranche 1: CDI + 1,045% Tranche 2: CDI + 1,175%
Banco do Nordeste (i)	502.068	513.218	
AFD (ii)	961.446	781.025	EURIBOR 6M +2,43%
Citibank	100.000	-	100% CDI + 0.7%
Total de empréstimos e financiamentos	**1.808.179**	**1.548.260**	
2ª Emissão - Debêntures 1ª série	288.187	271.387	IPCA + 8,19%
2ª Emissão -Debêntures 2ª série	156.660	150.528	CDI + 2,20%
2ª Emissão - Debêntures 3ª série	179.164	172.053	CDI + 2,50%
2ª Emissão -Debêntures 4ª série	121.272	116.357	CDI + 2,90%
3ª Emissão - Debêntures 1ª série	305.875	318.535	CDI + 1,37%
3ª Emissão -Debêntures 2ª série	101.643	105.931	CDI + 1,70%
Total de debêntures	**1.152.801**	**1.134.791**	

(i) Taxas contratuais apresentadas na nota explicativa 19 item (ii).
(ii) A Companhia contratou operação de hedge (swap) em setembro de 2025 para proteção contra tal risco conforme Nota 27.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de atualização que afetam as dívidas da Companhia.

A análise de sensibilidade de risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros está demonstrada na Nota Explicativa n° 5.1. (d).

(b) Risco de crédito

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia possuía exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros: caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras, depósitos vinculados, contas a receber de clientes e ativo financeiro contratos de concessão.

Com relação ao saldo de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e depósitos vinculados, a Companhia tem como política aplicar seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 6 e 7.

Com relação ao saldo de contas a receber, a Companhia tem os seus créditos segmentados da seguinte forma: particulares, órgãos públicos e serviços indiretos:

- **Particulares** - serviços prestados a clientes pessoas físicas e pessoas jurídicas (comerciais, serviços, industriais etc.);
- **Órgãos públicos -** serviços prestados a órgãos nas esferas: municipal, estadual e federal. No tocante aos órgãos estaduais e municipais, o Governo do Estado estabeleceu políticas no sentido de coibir a existência de débitos com a Companhia;
- **Serviços indiretos -** trata-se de serviços relacionados à ligação, corte, religação, acréscimos por impontualidades, conservação e reparos de hidrômetros, serviços de laboratórios, ampliações, dentre outros.

A Lei nº 14.026 de 15 de julho de 2020, que alterou a Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, onde são estabelecidas as diretrizes nacionais para o saneamento básico, versa em seu artigo 40, inciso V, parágrafo 2º que a Companhia pode interromper os serviços em decorrência do inadimplemento do pagamento das tarifas pelo usuário, desde que tenha transcorrido 30 dias de uma notificação formal onde são comunicados o débito e a possível paralisação do serviço.

De uma forma geral, a Companhia mitiga seus riscos de créditos pela prestação de serviços a uma base de clientes pulverizada e sem concentração definida, que abrange praticamente toda a população do estado do Ceará.

Com relação aos ativos financeiros – contratos de concessão, os riscos relativos são considerados bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de ser indenizado ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada, principalmente, de duas formas:

(i) Uma previsão de curtíssimo prazo (até 60 dias) realizada pela Gerência Financeira; e
(ii) Outra de curto prazo (até 365 dias) realizada pela Gerência de Orçamento, a partir da aprovação do orçamento de caixa da Companhia pela Diretoria Executiva.

A Companhia utiliza a classificação de risco divulgada pela Fitch visando respaldar e complementar a análise e julgamento de risco bancário.

A Gerência Financeira acompanha diariamente as previsões de arrecadação e gastos com despesas, custos e investimentos da Companhia, para

assegurar que tenha caixa suficiente para o cumprimento das obrigações de curtíssimo prazo. Monitora ainda os valores exigidos em garantia e fluxos de recursos exigidos para o cumprimento dos contratos de financiamentos dos investimentos da Companhia, de modo que atenda às cláusulas contratuais nesses quesitos. De forma complementar, a Gerência de Orçamento acompanha diariamente o impacto no orçamento de caixa decorrente das contratações propostas pelas diversas unidades da Companhia para serviços comuns, serviços de engenharia, materiais e obras. Os impactos extraordinários no orçamento são submetidos à aprovação da Diretoria.

O excesso de caixa é investido em aplicações de curto e longo prazo, dependendo da expectativa de gasto dos recursos, visando melhorar a eficiência e rentabilidade das aplicações, por meio de fundo de investimentos com carteira composta por títulos de renda fixa públicos federais, indexados a CDI/SELIC ou pré-fixados desde que indexados para CDI/SELIC, ou por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

As linhas de crédito disponíveis para a Companhia referem-se às linhas já utilizadas nos contratos vigentes. Não existem outras linhas de créditos obtidas e não utilizadas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Trimestres findos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Em 30 de setembro de 2026**

	Vencimento				
	Menos de 1 ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Empréstimos e financiamentos	209.507	92.947	259.020	1.246.705	1.808.179
Fornecedores	443.251	-	-	-	443.251
Incentivo a aposentadoria – PRSP	21.199	22.029	23.113	11.463	77.804
Obrigações com clientes	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	66.141	41.249	53.876	452.041	613.307
Debêntures	36.547	74.792	395.457	646.005	1.152.801
	776.645	**231.017**	**731.466**	**2.356.214**	**4.095.342**

- **Em 31 de dezembro de 2025**

	Vencimento				
	Menos de 1 ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Empréstimos e financiamentos	96.812	90.142	280.075	1.081.231	1.548.260
Fornecedores	360.240	-	-	-	360.240
Incentivo a aposentadoria – PRSP	14.599	21.685	13.203	4.286	53.773
Obrigações com clientes	512	-	-	-	512
Passivo de arrendamento	27.903	13.633	9.208	24.191	74.935
Debêntures	29.705	37.368	240.222	827.496	1.134.791
	529.771	**162.828**	**542.708**	**1.937.204**	**3.172.511**

(d) Análise de sensibilidade às taxas de juros

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia. O objetivo é demonstrar os saldos dos principais instrumentos financeiros, convertidos a uma taxa projetada para a liquidação final de cada contrato, considerando um cenário provável e, portanto, convertido a valor de mercado (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Com relação aos ativos financeiros atrelados ao CDI, a Companhia considerou como Cenário I a maior taxa entre a CDI e a SELIC. Como em setembro de 2026, a primeira representou 14,47% a.a. e a segunda 13,89% a.a., portanto, para o cenário I foi considerada o CDI. Os demais cenários, II e III, consideram um decréscimo da cotação em 25% (11,10% a.a.) e 50% (7,40% a.a.), respectivamente.

Para os passivos financeiros relacionados a empréstimos e financiamentos e debêntures, o cenário I considerou a manutenção dos valores das taxas contratuais apresentadas na Nota Explicativa n° 5.1 (a), no subitem ii e os demais cenários, II e III, consideram um acréscimo dessas taxas em 25% e 50%, respectivamente.

		30/09/2026		
Instrumentos financeiros	**Risco**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
Ativo financeiro				
Aplicações Financeiras	Redução do indexador	528.310	500.902	484.556
Impacto no resultado		**76.446**	**49.038**	**32.692**
Depósitos Vinculados	Redução do indexador	372	353	341
Impacto no resultado		**54**	**35**	**23**
Passivo financeiro				
Empréstimos e financiamentos				
Caixa Econômica Federal	Alta no indexador	143.632	145.417	148.425
Impacto no resultado		**13.257**	**15.042**	**18.050**
Banco do Nordeste	Alta no indexador	502.068	504.898	508.065
Impacto no resultado		**13.004**	**15.833**	**19.000**
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID	Alta no indexador	101.033	101.898	105.226
Impacto no resultado		**15.773**	**16.638**	**19.966**
Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD (i)	Alta no indexador	961.446	966.577	972.276

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Trimestres findos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Impacto no resultado		**23.363**	**28.494**	**34.193**
Banco Citibank S.A.	Alta no indexador	100.000	100.169	100.343
Impacto no resultado		**700**	**869**	**1.043**
Debêntures				
2ª Emissão - 1ª série (IPCA)	Alta no indexador	288.187	291.754	297.660
Impacto no resultado		**25.963**	**29.530**	**35.436**
2ª Emissão - 2ª série (CDI)	Alta no indexador	156.660	157.747	163.187
Impacto no resultado		**26.115**	**27.202**	**32.643**
2ª Emissão - 3ª série (CDI)	Alta no indexador	179.164	180.316	186.627
Impacto no resultado		**30.404**	**31.556**	**37.867**
2ª Emissão - 4ª série (CDI)	Alta no indexador	121.272	122.051	126.323
Impacto no resultado		**20.580**	**21.359**	**25.631**
3ª Emissão - 1ª série (CDI)	Alta no indexador	305.875	306.851	307.884
Impacto no resultado		**4.190**	**5.166**	**6.200**
3ª Emissão - 2ª série (CDI)	Alta no indexador	101.643	102.038	102.463
Impacto no resultado		**1.728**	**2.123**	**2.548**

(i) É importante ressaltar que conforme detalhado na Nota Explicativa 27, a Companhia mantém operação de swap para a totalidade do passivo junto à Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). Por essa razão, na análise de sensibilidade acima, as variações simuladas na taxa EURIBOR e na moeda estrangeira sobre a dívida são 100% neutralizadas pelos fluxos do derivativo, restando a Companhia exposta apenas à variação do % do CDI.

Os valores expressos acima foram sintetizados. Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

5.2. Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de

salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida:

	30/09/2026	31/12/2025
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 19)	1.808.179	1.548.260
Total de debêntures (Nota Explicativa nº 20)	1.152.801	1.134.791
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 6)	(4.638)	(8.127)
Menos: aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 7)	(528.310)	(433.322)
Dívida líquida	**2.428.032**	**2.241.602**
Total do patrimônio líquido	**3.869.612**	**3.681.182**
Total do capital próprio e de terceiros	**6.297.644**	**5.922.784**
Índice de alavancagem financeira - %	**38,55%**	**37,85%**

5.3. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pela agência internacional de *rating* Fitch, conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	30/09/2026	31/12/2025
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo		
AAA(bra)*	-	451.857
AAA(bra)	534.302	2.240
A(bra)	2	-
	534.304	**454.097**

Apresentamos a seguir uma tabela com a avaliação de *rating* das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o período:

	Fitch
Banco do Brasil S.A.	AAA(bra)
Caixa Econômica Federal	AAA(bra)
Banco Bradesco S.A.	AAA(bra)
Banco Santander Brasil S.A.	A(bra)
Banco do Nordeste do Brasil	AAA(bra)
Banco Citibank S.A	AAA(bra)
Itaú Unibanco S.A	AAA(bra)

6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outras aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais ou a intenção de realização são inferiores a três meses, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco e mudança de valor.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos como demonstrado a seguir:

	30/09/2026	31/12/2025
Caixa	-	-
Bancos conta movimento	29	28
Bancos conta arrecadação	4.609	8.099
	4.638	**8.127**

7. Aplicações financeiras

A Companhia possui aplicações financeiras, conforme demonstrado a seguir:

	Tipo	Modalidade	Indexador de referência	30/09/2026	31/12/2025
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 10 milhões	Renda Fixa	CDI	1	21
Banco do Brasil S.A.	BB FIXA LP CORP. CRED. PRIV.	Renda Fixa	CDI	76.310	79.196
Banco do Brasil S.A.	BB CP LP CCP DEB INCENT	Renda Fixa	CDI	59.121	89.779
Banco do Brasil S.A.	BB RF SD DIFERENCIADO	Renda Fixa	CDI	707	446
Banco do Nordeste do Brasil	FUNDO DE INVEST. R.F – CP	CDB	CDI	317	71
Banco do Nordeste do Brasil	SOBERANO Renda Fixa	CDB	CDI	2.184	49.029

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Trimestres findos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Tipo	Modalidade	Indexador de referência	30/09/2026	31/12/2025
Caixa Econômica	INCENTIVA-AP CDB FLX	CDB	CDI	-	76.315
Caixa Econômica	FIC CP AUTOMATICO	Renda Fixa	CDI	119	9
Caixa Econômica	CEF RF	Renda Fixa	CDI	16.533	23.983
Caixa Econômica	CEF RF APLICACAO	Renda Fixa	CDI	938	17.712
Caixa Econômica	CEF RF APLICACAO	Renda Fixa	CDI	4.182	5.541
Caixa Econômica	CEF RP CTA MOVIMENTO	Renda Fixa	CDI	67.577	90.793
Caixa Econômica	CEF RF APLICACAO	Renda Fixa	CDI	472	427
Caixa Econômica	DEBENTURES	CDB	CDI	56.929	-
Caixa Econômica	SAFIRA	Renda Fixa	CDI	242.920	-
				528.310	**433.322**

Essas aplicações financeiras se referem aos valores disponíveis em caixa, utilizados pela Companhia para reinvestir na operação, a fim viabilizar a realização de todas as obrigações de universalização, de manutenção e renovação de ativos.

Esses recursos são absolutamente necessários para a sustentabilidade e continuidade dos serviços públicos prestados e somente são aplicados em contas de investimento até a conclusão dos respectivos processos para desembolso, a fim de que se capitalize para maximizar a sua utilização na operação.

Seguem os percentuais CDI atrelados a cada aplicação, considerando as rentabilidades mensais:

		30 de setembro de 2026		
Banco	Tipo	Rentabilidade do fundo	Rentabilidade CDI	Comparativo
Banco do Brasil S.A.	FIC CORP. 10 MILHÕES	1,0209%	1,0800%	94,5278%
Banco do Brasil S.A.	BB FIXA LP CORP. CRED. PRIV.	1,0881%	1,0800%	100,7500%
Banco do Brasil S.A.	BB CP LP CCP DEB INCENT	1,0881%	1,0800%	100,7500%
Banco do Brasil S.A.	BB RF SIM SD DIFERENCIAD	1,0213%	1,0800%	94,5648%
Banco do Nordeste do Brasil	BNB-FI CP	0,9063%	1,0800%	83,9167%
Banco do Nordeste do Brasil	BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	1,0382%	1,0800%	96,1296%

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Trimestres findos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa Econômica Federal	INCENTIVA-AP CDB FLX.	1,0768%	1,0800%	99,7037%
Caixa Econômica Federal	FIC CP AUTOMATICO	0,9198%	1,0800%	85,1667%
Caixa Econômica Federal	CEF RF	1,025%	1,0800%	94,9074%
Caixa Econômica Federal	CEF RF APLICAÇÃO	1,025%	1,0800%	94,9074%
Caixa Econômica Federal	CEF RF APLICAÇÃO	1,025%	1,0800%	94,9074%
Caixa Econômica Federal	CEF RP CTAMOVIMENTO	1,0296%	1,0800%	95,3333%
Caixa Econômica Federal	CEF RF APLICAÇÃO	1,0654%	1,0800%	98,6481%
Caixa Econômica Federal	DEBENTURES	1,0768%	1,0800%	99,7037%
Caixa Econômica Federal	SAFIRA	1,0296%	1,0800%	95,3333%

A diferença entre o saldo total dos extratos de aplicações financeiras e os valores apresentados no Balanço Patrimonial decorre do tratamento contábil dos bloqueios judiciais, que varia conforme o procedimento operacional da instituição financeira custodiante:

- Bloqueios mantidos no extrato (R$) 676: Parte das instituições financeiras mantém os valores bloqueados visíveis no saldo bruto do extrato. Como esses recursos não estão disponíveis para movimentação, a Companhia reclassifica o montante de R$ 676 da rubrica de Aplicações Financeiras para a conta de Bloqueios Judiciais no Balanço Patrimonial.

- Bloqueios já deduzidos pela instituição (R$) 96: Outras instituições financeiras debitam ou segregam automaticamente os valores bloqueados do saldo do extrato. Nesses casos, o extrato bancário já é emitido líquido da restrição. O montante de R$ 96 referente a esses bloqueios é reconhecido diretamente na conta de Bloqueios Judiciais, não gerando divergência entre o extrato e o Balanço na linha de Aplicações Financeiras.

8. Depósitos vinculados

	30/09/2026	31/12/2025
Bancos conta vinculada	984	5.600
Aplicações financeiras vinculadas	372	7.048
	1.356	**12.648**

Em 30 de setembro de 2026, os depósitos vinculados estão representados substancialmente pelos recursos recebidos através de convênios firmados, principalmente, com o Governo do Estado do Ceará, para realização dos

investimentos nos sistemas de água e esgoto nos diversos municípios em que a Companhia atua. Tais valores são vinculados às respectivas obras e apenas aguardam o fluxo de pagamento.

9. Contas a receber de clientes

	30/09/2026	31/12/2025
Particulares	**1.040.578**	929.730
Órgãos públicos	**49.612**	42.461
Serviços indiretos	89.107	80.854
Serviços prestados a faturar	176.070	179.972
	1.355.367	**1.233.017**
Agentes arrecadadores **(i)**	2.471	2.268
(-) Provisão para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa **(ii)**	(772.391)	(668.972)
	(769.920)	**(666.704)**
Total contas a receber de clientes circulante	**585.447**	**566.313**
Particulares	817	840
Serviços indiretos	219	223
Total contas a receber de clientes não circulante	**1.036**	**1.063**
	586.483	**567.376**

Composição das contas a receber de clientes por período de vencimento:

	30/09/2026	31/12/2025
A vencer	**414.564**	**421.194**
Vencidos		
1 a 30 dias	80.540	79.026
31 a 60 dias	33.688	29.535
61 a 90 dias	20.810	15.504
91 a 180 dias	58.364	40.484
mais de 181 dias	748.437	648.337
	1.356.403	**1.234.080**

(i) Agentes arrecadadores

Os valores registrados na rubrica “Agentes arrecadadores” referem-se aos numerários recebidos dos clientes, pelas instituições financeiras e, ainda não repassados à Companhia, em decorrência do tempo de espera firmado nos contratos com essas instituições.

(ii) Provisão para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída com base nos valores a receber dos consumidores, segregados por classes (cliente residencial, comercial, industrial e público). Considera também, uma análise coletiva

e/ou individual, baseando-se na experiência histórica da Administração em relação a arrecadação. No que tange à abordagem coletiva, a Companhia utilizou uma matriz de provisão, conforme previsto na norma, que reflete a experiência de perda de crédito histórica para classe que foi agrupada. A matriz de provisão estabelece percentuais dependendo do *aging* das contas a receber. Na abordagem individual, a Companhia considerou o comportamento específico de determinados clientes em função do histórico de inadimplência e as informações disponíveis sobre as contrapartes.

A provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa apresenta a seguinte movimentação:

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Saldos iniciais	**(726.701)**	**(668.971)**	**(622.644)**	**(577.487)**
Constituição	(72.164)	(212.305)	(50.400)	(158.329)
Reversão **(i)**	26.474	108.885	26.039	88.811
Saldos finais	**(772.391)**	**(772.391)**	**(647.005)**	**(647.005)**

(i) Em 30 de setembro de 2026, o saldo de reversão de R$ 108.885 está representado, principalmente, por recebimentos e renegociações nos montantes de R$ 64.420 e R$ 44.465, respectivamente.

10. Depósitos vinculados a garantias

	30/09/2026	31/12/2025
Banco do Brasil S.A.	6.199	5.601
Caixa Econômica Federal	82.728	72.078
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	37.019	34.253
	125.946	**111.932**

Os depósitos efetuados no Banco do Brasil correspondem a conta reserva no valor de R$ 6.199 (R$ 5.601 em 31 de dezembro de 2025), referem-se a saldos de garantias retidas de terceiros.

Aqueles depositados na Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil referem-se a aplicações de valores dados como garantias nos contratos de financiamentos junto a essas instituições financeiras.

Dos saldos de depósitos efetuados na Caixa Econômica Federal, os montantes de R$ 45.657 (R$ 41.360 em 31 de dezembro de 2025) referem-se ao Contrato de Parceria Pública-Privada (PPP) para a construção e operação da Usina de Dessalinização, que prevê o depósito de valores em forma de garantia. Adicionalmente, o montante de R$ 34.957 (R$ 26.539 em 31 de dezembro de 2025) refere-se a garantia da PPP de esgoto e o saldo

de R$ 2.114 refere-se aos montantes de cauções (R$ 4.179 em 31 de dezembro de 2025).

O montante total dos depósitos efetuados no Banco do Nordeste do Brasil S.A. é relativo às garantias dos financiamentos junto a essa instituição, sendo o valor de R$ 7.208 referente ao primeiro contrato, R$ 11.585 ao segundo e R$ 18.226 ao terceiro contrato (R$ 11.450, R$ 11.585, R$ 11.218, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025).

11. Ativos financeiros - contratos de concessão

A parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final das concessões é classificada como ativo financeiro. Trata-se de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente, decorrente da aplicação das interpretações técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão, ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão.

A Companhia possui, em 30 de setembro de 2026, R$ 28.420 (R$ 22.904 em 31 de dezembro de 2025) como ativo financeiro indenizável (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões.

O saldo de ativo financeiro foi ajustado ao respectivo valor presente no reconhecimento inicial, tendo sido descontado pela taxa média ponderada de custo de capital - WACC, atrelado ao respectivo contas a receber, a qual em 30 de setembro de 2026, a Companhia utilizou WACC a taxa de 13,50% a.a. para mensurar do ativo financeiro indenizável de concessão, conforme ICPC 01 (R1) e OCPC 05. A receita por atualização do ativo financeiro no período findo em 30 de setembro de 2026 é uma receita R$ 2.043 (receita de R$ 761 no mesmo período de 2025).

O ativo financeiro apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2025	Capitalização ativo financeiro	Atualização do ativo financeiro	30/09/2026
Ativo financeiro	25.328	3.515	2.242	31.085
(-) Obrig. Especiais - Ativo financeiro	(2.424)	(42)	(199)	(2.665)
	22.904	**3.473**	**2.043**	**28.420**

31/12/2024	Capitalização ativo financeiro	Atualização do ativo financeiro	30/09/2025

Ativo financeiro	7.947	1.572	829	10.348
(-) Obrig. Especiais - Ativo financeiro	(671)	(93)	(68)	(832)
	7.276	**1.479**	**761**	**9.516**

A taxa WACC utilizada para trazer a valor presente o ativo financeiro foi de 13,50%.

As concessões da Companhia, com exceção do Município de Fortaleza, não são onerosas, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Para o Município de Fortaleza, a Companhia assumiu o compromisso de pagar mensalmente à Prefeitura pelo direito de exploração da concessão, o equivalente a 1,5 % sobre o faturamento mensal direto de água e esgoto do Município.

Os valores dos ativos financeiros de concessão são adicionados aos valores do intangível, para fins de controle patrimonial (inventário físico). A segregação dos investimentos da concessão em ativo financeiro e ativo intangível é realizada em atendimento ao disposto na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão e em conformidade com a Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão.

As “Obrigações especiais” representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor (não cobrada por meio de tarifas), das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos vinculados à concessão, em conformidade com a Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão. Essas obrigações especiais não são contempladas no valor dos bens para fins de controle patrimonial (inventário físico).

12. Estoques de materiais

	30/09/2026	31/12/2025
Almoxarifado Administrativo (a)	1.751	1.824
Almoxarifado Tecnico (b)	28.839	29.868
Almoxarifado Inservível	145	
(-) Prv P/ Red Vlr Mercado	(197)	(197)
(-) Prv P/ Perdas	(57)	(57)
Materiais Em Poder De Terceiros	717	2.089
Total Estoque (Ativo Circulante)	**31.198**	**33.527**

O saldo total de estoques em 30 de setembro de 2026 é de R$ 31.198 (R$ 33.527 em 31 de dezembro de 2025). Esse montante é composto substancialmente pelo Almoxarifado Técnico (b), que totaliza R$ 28.839 e compreende materiais destinados à manutenção da infraestrutura e continuidade operacional, além do Almoxarifado Administrativo (a), composto por insumos de consumo e expediente (R$ 1.751), e de materiais em poder de terceiros (R$ 717), líquidos das provisões para redução ao valor

de mercado e perdas.

Para fins de inventário físico, o montante global de materiais da Companhia totaliza R$ 218.324. Esse valor contempla a soma dos materiais administrativos no valor de R$ 1.751 e técnicos no montante de R$ 28.839, desta nota, com o saldo de Materiais para Investimentos - Estoque de Obras, no valor de R$ 187.734, que está classificado e detalhado no quadro da Nota Explicativa 15.

13. Investimento

	30/09/2026	31/12/2025
VSA - Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A. **(a)**	11.411	13.243
Utilitas Pecém - Utilidades Industriais do Pecém S.A. **(b)**	3.267	2.618
Sane Energia S.A. **(c)**	8.779	6.075
	23.457	**21.936**

(a) VSA - Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A.

A VSA – Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A. foi constituída em 29 de janeiro de 2020 em conjunto com a Vicunha Serviços Ltda. A investida tem como atividade a prestação de serviços privados de coleta, transporte, tratamento e disposição de efluentes industriais, bem como a produção e distribuição de água industrial e de reuso de água não potável. Conforme instrumento particular de contrato de associação e outras avenças, a Companhia detém 49% de ações ordinárias e a Vicunha detém 51% das ações ordinárias da VSA. Cada ação dá direito a 1 voto nas deliberações das assembleias, não tendo a Cagece, portanto, controle sobre a investida.

(b) Utilitas Pecém - Utilidades Industriais do Pecém S.A.

A Utilitas Pecém - Utilidades Industriais do Pecém S.A. foi constituída em 08 de janeiro de 2014 em conjunto com a Pb Construções Ltda. A investida apresenta como atividade principal a projeção, implantação e prestação de serviços de tratamento e fornecimento de Água Industrial, coleta, tratamento e disposição de esgoto industrial e de resíduos sólidos industriais, e/ou tratamento complementares e negócios conexos relacionados a utilidades industriais no Complexo Industrial e Portuário do Pecém no Estado do Ceará. A Cagece detém 15% de ações ordinárias nominativas e a PB Construções detém 85% das ações ordinárias nominativas da Utilitas Pecém. Cada ação dá direito a 1 voto nas deliberações das assembleias, não tendo a Cagece, portanto, controle sobre a investida.

(c) Sane Energia S.A.

A Sane Energia S.A. foi constituída em 29 de março de 2023 em conjunto com a Goener Participações S/A. A investida apresenta como objetivo a geração e distribuição de energia, gestão de utilidades e eficiência energética, visando introduzir a Companhia no mercado de energia elétrica, na condição de geradora de energia a partir de matrizes renováveis tanto para seu autoconsumo, quanto para fornecimento de energia à sua base de clientes, bem como intensificar as práticas de ESG da Companhia, atendendo também à sua própria Política Ambiental. A Cagece detém 15% das ações ordinárias nominativas e a Goener Participações S/A detém 85% das ações ordinárias nominativas da Sane Energia. Cada ação dá direito a 1 voto nas deliberações das assembleias, não tendo a Cagece, portanto, controle sobre a investida.

Seguem informações das Empresas, em 30 de setembro de 2026:

	VSA - Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A.	Utilitas Pecém - Utilidades Industriais do Pecém S.A.	SANE Energia S.A.
Ativo	61.152	23.085	37.369
Passivo	37.863	1.306	398
Patrimônio líquido	27.028	14.391	37.255
Resultado	(3.739)	7.388	(284)

Segue a movimentação dos investimentos, do período:

	VSA - Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A.	Utilitas Pecém - Utilidades Industriais do Pecém S.A.	SANE Energia S.A.	Total
Saldo em 31/12/2025	**13.243**	**2.618**	**6.075**	**21.936**
Dividendos recebidos	-	(646)	-	(646)
Aporte de capital	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1.832)	1.295	(42)	(579)
Outras mutações	-	-	2.746	2.746
Saldo em 30/09/2026	**11.411**	**3.267**	**8.779**	**23.457**
Saldo em 31/12/2024	**18.342**	**1.927**	**1.627**	**21.896**
Aporte de capital	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1.566)	535	15	(1.016)
Outras mutações	-	-	4.400	4.400
Saldo em 30/09/2025	**16.776**	**2.462**	**6.042**	**25.280**

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Trimestres findos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado

	30/09/2026			31/12/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado administrativo				
Ativo de arrendamento	806.506	(219.675)	586.831	68.961
Edificações	38.852	(11.389)	27.463	24.846
Computadores e periféricos	31.508	(21.303)	10.205	10.423
Máquinas e equipamentos	34.418	(12.129)	22.289	19.310
Terrenos	14.249	-	14.249	14.249
Móveis e utensílios	21.582	(9.954)	11.628	8.812
Instalações	1.089	(512)	577	555
Veículos	8.063	(6.177)	1.886	2.052
Ferramentas	266	(174)	92	91
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.120	(875)	2.245	1.577
	959.653	**(282.188)**	**677.465**	**150.876**

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Trimestres findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2025	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	30/09/2026
Ativo de arrendamento (i)	68.961	587.799	(24.224)	-	(45.705)	586.831
Edificações	24.846	-	-	3.653	(1.036)	27.463
Computadores e periféricos	10.423	177	(3)	2.683	(3.075)	10.205
Máquinas e equipamentos	19.310	519	(254)	4.890	(2.176)	22.289
Terrenos	14.249	-	-	-	-	14.249
Móveis e utensílios	8.812	73	(68)	3.471	(660)	11.628
Instalações	555	18	-	71	(67)	577
Veículos	2.052	-	(4)	-	(162)	1.886
Ferramentas	91	2	(1)	8	(8)	92
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.577	-	-	767	(99)	2.245
	150.876	**588.588**	**(24.554)**	**15.543**	**(52.988)**	**677.465**

	31/12/2024	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	30/09/2025
Ativo de arrendamento	42.822	6.201	(9.791)	-	(12.085)	27.147
Edificações	25.889	-	-	305	(770)	25.424
Computadores e periféricos	10.372	142	(26)	1.339	(2.585)	9.242
Máquinas e equipamentos	16.435	203	(391)	4.490	(1.648)	19.089
Terrenos	14.249	-	-	-	-	14.249
Móveis e utensílios	7.172	11	(45)	1.363	(803)	7.698
Instalações	641	-	-	-	(65)	576
Veículos	2.735	-	-	42	(671)	2.106
Ferramentas	71	5	(1)	23	(19)	79
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.649	-	-	-	(165)	1.484
	122.035	**6.562**	**(10.254)**	**7.562**	**(18.811)**	**107.094**

(i) Nos nove meses de 2026, as adições no Ativo de Arrendamento totalizaram R$ 587.799. O principal responsável por esse incremento expressivo é o reconhecimento inicial dos direitos de uso provenientes dos contratos de locação das centrais de geração fotovoltaica Arapuá I e II. Essa movimentação reflete a estratégia da Companhia de investir na autoprodução de energia renovável, visando a eficiência operacional, conforme previsto em seu objetivo social detalhado na Nota Explicativa 1 (Informações gerais). Maiores explicações sobre as condições contratuais, prazos e a mensuração constam na Nota Explicativa 18 (Passivo de arrendamento).

A seguir, demonstramos a vida útil de cada grupo de ativos.

	Vida útil (anos)
Computadores e periféricos	5 a 10
Edificações	20 a 50
Ferramentas	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10
Móveis e utensílios	10 a 14
Instalações	10
Veículos	5 a 12
Ativo de arrendamento	Prazo do contrato
Benfeitorias em imóveis de terceiros	Prazo do contrato

A vida útil remanescente representa o período esperado de geração de benefícios econômicos e utilidade funcional dos bens, sendo revisada anualmente pela administração.

Os direitos de uso decorrentes de contratos de arrendamento são reconhecidos no imobilizado em conformidade com o CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Tais ativos são controlados através da gestão dos respectivos contratos e sua depreciação observa o prazo de vigência contratual.

Para fins de controle e inventário físico, os bens da Companhia são segregados em:

Bens Móveis: Compreendem os grupos de Computadores e Periféricos, Máquinas e Equipamentos, Móveis e Utensílios, Veículos e Ferramentas.

Bens Imóveis: Compreendem Edificações, Terrenos, Instalações e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros.

15. Ativo de contrato

	31/12/2025	Adição (ii)	Baixa	Transferências	30/09/2026
Contratos de concessão	1.953.335	639.521	(357)	(352.798)	2.239.701
(-) Obrig especiais - Intangível em andamento	(86.761)	-	-	4.294	(82.467)
Materiais para investimentos - Estoque de obras(i)	171.519	128.988	(31.078)	(81.696)	187.733
(-) Obrig Especiais - Estoque de obras (i)	-	-	-	-	-

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Trimestres findos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Materiais em processo e provisões – estoque de obras (i)	(589)	(126)	24	246	(445)
	2.037.504	**768.383**	**(31.411)**	**(429.954)**	**2.344.522**

	31/12/2024	Adição (ii)	Baixa	Transferências	30/09/2025
Contratos de concessão	1.638.695	565.950	-	(238.547)	1.966.098
(-) Obrig especiais - Intangível em andamento	(112.790)	(4.113)	-	25.298	(91.605)
Materiais para investimentos - Estoque de obras (i)	168.390	88.110	(20.173)	(74.895)	161.432
(-) Obrig Especiais - Estoque de obras (i)	(14.653)	-	-	-	(14.653)
Materiais em processo e provisões – estoque de obras (i)	(597)	864	-	(907)	(640)
	1.679.045	**650.811**	**(20.173)**	**(289.051)**	**2.020.632**

(i) O item "Materiais para Investimentos - Estoque de Obras" compõe o inventário físico global da Companhia que, somado aos saldos de materiais administrativos e técnicos da Nota 12 (R$ 30.590), perfaz o montante de R$ 218.324.

(ii) Adição

	Adições no período de 01/07/2026 a 30/09/2026	Adições no período de 01/01/2026 a 30/09/2026	Adições no período de 01/07/2025 a 30/09/2025	Adições no período de 01/01/2025 a 30/09/2025
Contratos de expansão	40.978	96.870	39.662	53.505
Contratos de obras	194.596	473.910	299.874	443.940
Obrigações especiais	-	-	(2.227)	(4.113)
Estoques de obras	42.540	128.988	62.849	88.110
Outras adições	22.599	68.615	48.996	69.369
	300.713	**768.383**	**449.154**	**650.811**

As adições ao ativo de contrato até o terceiro trimestre de 2026 totalizaram R$ 768.383 (R$ 650.811 no mesmo período em 2025). Esse montante compreende a aquisição de materiais para estoque de obras no valor de R$ 128.988, além de investimentos substanciais em expansão e infraestrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com destaques para:

- **(i)** Serviços de Substituição de Rede de Distribuição, Ramais de Ligação e Adutoras de Água Tratada em Cimento Amianto e com Vida Útil Comprometida nas Unidades de Negócio do Interior (Etapa I);
- **(ii)** Serviço de Recapeamento Asfáltico com Fresagem, Camada Binder, CPA, Pavimentação Rígida;
- **(iii)** Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) da RMF com a Interligação de Maranguape e Maracanaú ao Sistema Taquarão através de Adutora de Água Tratada;
- **(iv)** Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário das Sub-Bacias CD-01, CD-02 e CD-03 (Meta 2) em Fortaleza/CE;
- **(v)** Serviços Remanescentes referentes às Obras do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário da Região do Porto das Dunas, em Aquiraz-CE.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Trimestres findos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Intangível

	30/09/2026			31/12/2025
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Concessão - água e esgoto	5.341.758	(1.895.412)	3.446.346	3.142.963
(-) Obrig. especiais - Concessão - água e esgoto	(558.848)	161.448	(397.400)	(407.066)
Concessão - PPP	2.424.973	(574.687)	1.850.286	1.838.606
(-) Obrig especiais - Concessão - PPP	(162.626)	40.327	(122.299)	(125.315)
	7.045.257	**(2.268.324)**	**4.776.933**	**4.449.188**
Softwares	83.678	(20.032)	63.646	54.101
Outorga - município de Maracanaú	10.000	(2.829)	7.171	7.420
Outorga - município de Juazeiro do Norte	2.400	(1.719)	681	735
Outorga - município de Frecheirinha	226	(157)	69	75
	96.304	**(24.737)**	**71.567**	**62.331**
	7.141.561	**(2.293.061)**	**4.848.500**	**4.511.519**

O intangível apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2025	Adições	Baixa	Transferência	Amortização	Ativo financeiro (adições e baixas)	30/09/2026
Concessão – água e esgoto	3.142.963	30.131	(2.503)	419.724	(141.453)	(2.516)	3.446.346
(-) Obrig. especiais – Concessão – água e esgoto (a)	(407.066)	-	273	(4.294)	13.645	42	(397.400)
Concessão – PPP (b)	1.838.606	60.929	-	537	(48.722)	(1.064)	1.850.286
(-) Obrig especiais - Concessão - PPP	(125.315)	-	-	(64)	3.015	65	(122.299)
Softwares	54.101	13.258	-	(1.492)	(2.221)	-	63.646
Outorga – município de Maracanaú	7.420	-	-	-	(249)	-	7.171
Outorga – município de Juazeiro do Norte	735	-	-	-	(54)	-	681
Outorga – município de Frecheirinha	75	-	-	-	(6)	-	69
	4.511.519	**104.318**	**(2.230)**	**414.411**	**(176.045)**	**(3.473)**	**4.848.500**

	31/12/2024	Adições	Baixa	Transferência	Amortização	Ativo financeiro (adições e baixas)	30/09/2025
Concessão – água e esgoto	3.015.968	601	(5.127)	266.643	(147.924)	(1.169)	3.128.992
(-) Obrig. especiais – Concessão – água e esgoto (a)	(410.201)	-	480	(4.866)	20.273	3	(394.311)
Concessão – PPP (b)	1.334.546	10.413	(3.879)	40.093	(42.550)	(339)	1.338.284
(-) Obrig especiais - Concessão - PPP	(114.380)	-	-	(20.420)	7.996	26	(126.778)
Softwares	39.235	11.127	-	39	(2.295)	-	48.106
Outorga – município de Maracanaú	7.752	-	-	-	(249)	-	7.503
Outorga – município de Juazeiro do Norte	807	-	-	-	(54)	-	753
Outorga – município de Frecheirinha	85	-	-	-	(8)	-	77
	3.873.812	**22.141**	**(8.526)**	**281.489**	**(164.811)**	**(1.479)**	**4.002.626**

(a) Obrigações especiais

As "Obrigações especiais" representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor (não cobrada por meio de tarifas), das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos vinculados à concessão, em atendimento ao item 79 da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão. Essas obrigações especiais não são contempladas no valor dos bens para fins de controle patrimonial (inventário físico).

(b) Concessão PPP

Esta rubrica compreende os ativos intangíveis vinculados aos contratos de concessão administrativa para a universalização do esgotamento sanitário (Blocos 1 e 2), operacionalizados pelas SPEs Ambiental Ceará 1 e Ambiental Ceará 2.

O saldo líquido reportado na linha "Concessão - PPP" (R$ 1.850.288) reflete a infraestrutura de esgoto nos 24 municípios abrangidos, tendo sua composição estruturada da seguinte forma:

- Acervo Histórico e Legado Cagece: Compreende os sistemas de esgoto transferidos no início da operação assistida, bem como o impacto dos investimentos em obras iniciadas pela Cagece que, sob gestão das concessionárias, foram sendo concluídas e disponibilizadas para operação.

- Novos Investimentos (CAPEX PPP): Refere-se à expansão e modernização executadas diretamente pelas parceiras privadas visando as metas de universalização.

Até 30 de setembro de 2026, o montante de novos investimentos que completaram o ciclo de construção e foram disponibilizados para operação totaliza R$ 60.929.

A remuneração desses novos ativos e a respectiva obrigação financeira (detalhada na Nota 26) ocorrem via contraprestação mensal composta por parcelas fixas e variáveis. A eficácia desse modelo é monitorada pelos indicadores IDSE (disponibilidade) e IDO (desempenho operacional), validados por verificador independente, conforme detalhado a seguir:

i) Parcela Fixa — referente à remuneração dos investimentos diretos realizados no Sistema. É calculada com base no valor fixo mensal, definido na Proposta Comercial vencedora, multiplicado pelo Indicador de Disponibilidade do Sistema de Esgoto (IDSE), o qual mede a realização das Obras de universalização do Sistema de esgotamento sanitário, e o Fator C que consiste na proporção entre a cobertura prevista, sob a forma de ligações cobertas de esgoto.

ii) Parcela Variável – referente à remuneração dos custos e despesas com a operação e manutenção do Sistema e com a execução da Gestão Comercial. É calculada com base no preço unitário por m³ de esgoto coletado, multiplicado pelo volume de esgoto efetivamente coletado no período e pelo Indicador de Desempenho Operacional (IDO), o qual mede a qualidade da operação do sistema de esgotamento sanitário na Área de Abrangência do Prestador de Serviços, nos termos do Anexo III do contrato.

Reajuste: A Contraprestação Mensal é reajustada anualmente, conforme regras estabelecidas no contrato, com base em índice oficial de inflação.

Aferição do desempenho: A apuração dos indicadores IDSE e IDO, que impactam diretamente o valor da Contraprestação Mensal, é acompanhada por **Verificador Independente** contratado nos termos do Anexo V do contrato, garantindo a imparcialidade na medição.

A vida útil dos ativos da Companhia foi estimada por técnicos da empresa contratada, juntamente com os técnicos da Companhia que informaram a durabilidade de cada bem. Além disso, foram realizadas pesquisas de mercado sobre a vida útil dos bens em empresas semelhantes à Companhia.

A amortização da infraestrutura necessária para a operação das concessões leva em conta essa vida útil dos ativos. Dessa forma, os valores não amortizados dentro da concessão estão sendo considerados como ativo financeiro, em virtude de cláusula indenizatória existente nos contratos de concessão, conforme evidenciado na Nota Explicativa nº 11.

17. Fornecedores

	30/09/2026	31/12/2025
Serviços e locações	276.348	242.717
Material	64.839	50.623
Obras	73.736	44.919
Outros	28.328	21.981
Saldo final	**443.251**	**360.240**
Circulante	443.251	360.240
Não circulante	-	-

As obrigações com fornecedores decorrem da aquisição de materiais, serviços e execução de obras no curso normal das atividades da Companhia. Os saldos são classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. Os prazos médios de pagamento praticados com fornecedores são de 30 dias.

O saldo de serviços e locações é composto por R$ 80.968 (R$ 60.431 em 31 de dezembro de 2025) relativos à terceirização de mão de obra e R$ 195.380 (R$ 182.286 em 31 de dezembro de 2025) referentes aos demais serviços e locações.

18. Passivo de arrendamento

	30/09/2026	31/12/2025
Circulante	66.141	27.903
Não circulante	547.166	47.032

Os passivos de arrendamento apresentam a seguinte movimentação:

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Saldo inicial	**627.414**	**74.935**	**44.618**	**54.455**
Acréscimo (i)	-	587.799	-	6.201
Amortizações (principal e juros)	(24.100)	(52.559)	(11.109)	(20.372)
Baixas	(2.205)	(24.224)	(1.519)	(9.791)
Juros incorridos	12.198	27.356	543	2.040
Saldo final	**613.307**	**613.307**	**32.533**	**32.533**

(i) A variação líquida de R$ 538.372 no saldo do passivo de arrendamento nos 9 meses em 2026 é decorrente, principalmente, do reconhecimento inicial dos contratos de locação das centrais de geração fotovoltaica Arapuá I e Arapuá II.

Essas plantas, operacionalizadas por Sociedades de Propósito Específico (SPEs) estruturadas via SANE Energia S/A, destinam-se à autoprodução de energia renovável, alinhando-se à estratégia e ao objetivo social da Companhia (detalhado na Nota Explicativa 1 - Informações gerais).

As obrigações financeiras relacionadas a essas locações iniciaram-se em abril de 2026, com prazo de vigência determinado de 20 anos e encerramento previsto para 2046.

O passivo reconhecido refere-se ao valor presente dos pagamentos futuros contratados, tendo como contrapartida o registro do ativo de direito de uso no ativo não circulante.

Do saldo de passivo de arrendamento da Companhia em 30 de setembro de 2026 (R$ 613.307) destacam-se os contratos para aluguel dessas centrais geradoras de energia solar, que perfazem o montante de R$ 527.469 com vencimento em 2046.

19. Empréstimos e financiamentos

	30/09/2026	31/12/2025

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Trimestres findos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Moeda nacional		
Caixa Econômica Federal **(i)**	143.632	142.521
Banco do Nordeste (ii)	502.068	513.218
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID **(iii)**	101.033	111.496
AFD (iv)	961.446	781.025
Citibank (v)	100.000	-
	1.808.179	**1.548.260**
Circulante	209.507	96.812
Não circulante	1.598.672	1.451.448

(i) Caixa Econômica Federal

Em 30 de setembro de 2026, existiam 21 contratos vigentes com a Caixa, divididos da seguinte forma:

(a) 14 contratos destinados à ampliação e melhoria da cobertura dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e elaboração de estudos e projetos. Estão sujeitos a encargos financeiros que correspondem a juros de TR + 9,23% a.a., com o pagamento da última parcela previsto para 2032. Foram oferecidas como garantias as arrecadações decorrentes da receita de abastecimento de água e da prestação de serviços de esgotamento sanitário correspondentes a cada município favorecido com recurso, no valor da dívida atualizada em cada data-base.

(b) 7 contratos relativos ao Projeto Avançar, destinados à execução de obras e serviços em diversos municípios, com interveniência do Estado do Ceará no âmbito do Programa saneamento para todos. As liberações do terceiro trimestre de 2026 referentes a esses contratos somaram R$ 593.

(c) Dos 21 contratos vigentes com a Caixa Econômica Federal, 7 apresentam dentre outros requisitos previstos no contrato de financiamento, a obrigatoriedade da manutenção dos seguintes índices econômico-financeiros com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

Contrato	Índice	Meta	Apuração
CEF	EBITDA Ajustado/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,5	Trimestral
	Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado	Igual ou menor que 3,00	Trimestral
	Outras Dívidas Onerosas/EBITDA Ajustado	Igual ou menor que 1,00	Trimestral

Em 01 de março de 2024, a Companhia obteve autorização da CEF para que sejam observados os seguintes limites do índice de Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado para os respectivos trimestres a seguir:

- Igual ou inferior a 4,0 (quatro), apurado trimestralmente, no período de 4T23 e 2024;
- igual ou inferior a 3,50 (três e meio), apurado trimestralmente, no período de 2025 e 2026;
- igual ou inferior a 3,00 (três), apurado trimestralmente, a partir de 2027.

(ii) Banco do Nordeste do Brasil - BNB

São recursos provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) destinados à ampliação e melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água e Sistemas de Esgotamento Sanitário.

Atualmente, a Companhia possui três contratos vigentes junto ao BNB:

BNB I: Assinado em 29 de junho de 2018 e refere-se aos municípios de Fortaleza, Maracanaú e Pacoti. O valor do financiamento é de R$ 164.735. Sobre o valor devido incidirá Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) formada a partir da variação do IPCA, com Juros Básicos Fixos (JBF) - compostos, por sua vez, pela parcela prefixada da TLP, do Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR) e fatores de programa e bônus de adimplência. Os Juros Básico Fixo (JBF) constante no contrato são de 2,0766% a.a. A taxa de juros relativa, considerando o bônus de adimplência de 85% dos juros fixos, ficou em IPCA acrescido de 1,77% a.a. Os desembolsos relativos ao referido contrato iniciaram-se em setembro de 2019.

BNB II: Assinado em 27 de agosto de 2020 e refere-se aos municípios de Eusébio, Fortaleza, Itapipoca e Juazeiro do Norte, além de objetivar também a construção da sede da Unidade de Negócio de Ibiapina, modernização da gestão dos prestadores de serviço, apoio institucional ao desenvolvimento de projeto no setor de saneamento básico e modernização e manutenção de sistemas de abastecimento de água e esgoto sanitário. O valor total do financiamento é de R$ 219.611.

Sobre o valor devido incide Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) formada a partir da variação do IPCA, com Juros Básicos Fixos (JBF) - compostos, por sua vez, pela parcela prefixada da TLP, do Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR) e fatores de programa e bônus de adimplência. O Juros Básico Fixo (JBF) constante no contrato são de 0,7928% a.a. para o valor de R$ 73.638 e 0,969% para o valor de R$ 145.973. As taxas de juros relativas, considerando o bônus de adimplência de 85% dos juros fixos, ficaram em IPCA acrescido de 0,67% a.a e 0,82% a.a, respectivamente. Os desembolsos relativos ao referido contrato iniciaram-se em outubro de 2022.

BNB III: Assinado em 24 de fevereiro de 2025 no valor de R$ 334.863 a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). O contrato refere-se à Ampliação do SIAA dos municípios de Horizonte, Pacajus e Chorozinho, à substituição do coletor tronco de esgoto da Avenida Eduardo Girão, à implantação do sistema de esgotamento sanitário (SES) de Prainha, bem como à aquisição de estação de tratamento de água, móveis, aquisição de hidrômetros, ampliação SES de Fortaleza (sub

bacias CE 7, 8 e 9 / ETE Cocó).

Sobre o valor devido incidirá Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) formada a partir da variação do IPCA, com Juros Básicos Fixos (JBF) - compostos, por sua vez, pela parcela prefixada da TLP, do Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR) e fatores de programa e bônus de adimplência. Os Juros Básico Fixo (JBF) constante no contrato são de 3,272% a.a para o valor de R$ 44.461 e 3,9992% a.a. para o valor de R$ 290.402. As taxas de juros relativas, considerando o bônus de adimplência de 85% dos juros fixos, ficaram em IPCA acrescido de 2,7812% a.a e 3,3993% a.a, respectivamente. Durante o terceiro trimestre não houveram liberações de recursos relativos ao referido contrato.

(iii) Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Trata-se de recursos destinados ao Projeto SANEAR - II, que têm por objetivo a ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água (SAS) e a implantação de sistemas de esgotamento sanitário (SES) em diversos polos econômicos e turísticos do Estado do Ceará. O valor total do projeto está orçado em US$ 327.345, sendo 31% desse valor financiado pelo BID e 69% aportados pelo Governo do Estado. O contrato foi assinado em 22 de outubro de 2004, com carência de cinco anos, para pagamento em 20 anos, em parcelas semestrais, com vencimentos nos meses de abril e outubro. O projeto já foi concluído e encontra-se em fase de amortização.

Em 03 de agosto de 2022, a Companhia concluiu o processo de conversão de moeda junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O saldo devedor da dívida que somava US$ 38.474 foi convertido a reais. A operação continua com vencimento em outubro de 2029. O câmbio utilizando na operação foi de R$ 5,282, fixando o valor da dívida, em reais, na data da operação, em R$ 203.219.

Foram mantidas as duas tranches, sendo a primeira de montante total R$ 151.455 indexada a CDI + 1,045% a.a. e a segunda, no valor de R$ 51.764 indexada a CDI + 1,175% a.a. As amortizações continuam sendo realizadas semestralmente.

(iv) Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Em 14 de agosto de 2024, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) firmou um Contrato de Abertura de Linha de Crédito com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) no valor de EUR 200.000.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Trimestres findos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O financiamento prevê o desembolso total em três tranches: A primeira parcela, no montante de EUR 120.000, foi recebida em 28/08/2025 e utilizada para o alongamento do perfil da dívida, com a quitação da primeira emissão de debêntures. A segunda tranche, no montante de EUR 40.000, foi recebida dia 29/08/2026 e utilizada para ressarcimentos de investimentos realizados através de pagamentos com recursos próprios, bem como investimentos vincendos. A tranche remanescente, de EUR 40.000, possui previsão de desembolso para o exercício de 2027. O prazo total da operação é de 15 anos, com carência de 5 anos a partir da primeira liberação.

Para o valor de EUR 120.000, foi estabelecida uma taxa de juros flutuante, calculada com base na Euribor 6 meses + 2,43%, com base de cálculo de 360 dias. Contudo, em virtude do prazo inferior a 6 meses entre o início da operação e o primeiro vencimento em 17/11/2025, os juros referentes a esse período serão corrigidos com base na Euribor 3 meses + 2,43%, com base de cálculo de 360 dias. Foi contratada uma operação de Full Swap de Moeda (EUR x BRL) em 24/09/2025, com vencimento em 15/05/2040, com o objetivo de mitigar o risco cambial e de taxa de juros do financiamento. Nessa operação, a Companhia troca a exposição em Euribor 6 meses + 2,43% a.a. (ponta ativa do financiamento) para 113,05% do CDI a.a. (ponta passiva do swap).

Para o segundo desembolso no valor de EUR 40.000, foi estabelecida uma taxa de juros flutuante, calculada com base na Euribor 6 meses + 2,43%, com base de cálculo de 360 dias. Contudo, em virtude do prazo inferior a 6 meses entre a liberação do recurso e o primeiro vencimento em 12/11/2026, os juros referentes a esse período serão corrigidos com base na Euribor 3 meses + 2,43%, com base de cálculo de 360 dias. Foi contratada uma operação de Full Swap de Moeda (EUR x BRL) em 11/09/2026, com vencimento em 15/05/2040, com o objetivo de mitigar o risco cambial e de taxa de juros do financiamento. Nessa operação, a Companhia troca a exposição em Euribor 6 meses + 2,43% a.a. (ponta ativa do financiamento) para 109,10% do CDI a.a. (ponta passiva do swap). O contrato de Swap, bem como o contrato base junto a AFD, prevê gatilho automático de redução da perna em Euros para Euribor 6 Meses + 2,33% a.a., de forma a espelhar a "Margem Descendente" prevista na Cláusula 4.1.4 do Contrato da AFD, caso a Cagece cumpra os indicadores de desempenho exigidos até o final da carência.

Serão considerados no fluxo de caixa pagamentos semestrais de juros durante o período de carência, em 10 parcelas, e 20 parcelas semestrais de juros e principal no período de amortização, sendo: Primeira parcela de juros devida em 17 de novembro de 2025 e primeira parcela do principal devida em 15 de novembro de 2030. As últimas parcelas de juros e principal são devidas em 15 de maio de 2040. A contratação possui *floor* de 0,25% a.a. como valor mínimo de taxa, considerando a soma Euribor 6M + 2,43% a.a.

Para o primeiro desembolso que ocorreu em 28/08/2025 com valor de EUR 120.000, comentado anteriormente, foi contratada uma operação de *Full Swap* de Moeda (EUR x BRL) em 24/09/2025, com vencimento em 15/05/2040, com o objetivo de mitigar o risco cambial e de taxa de juros do financiamento. Nessa operação, a Companhia troca a exposição em Euribor 6 meses + 2,43% a.a. (ponta ativa do financiamento) para 113,05% do CDI a.a. (ponta passiva do *swap*).

O respectivo contrato apresenta dentre outros requisitos previstos, a obrigatoriedade da manutenção dos seguintes índices econômico-financeiros com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

Índice	Meta	Apuração
EBITDA Ajustado / Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,50	Trimestral
Dívida Líquida /EBITDA Ajustado	Igual ou menor que 3,50	Trimestral
Ativo Circulante/Passivo Circulante	Igual ou maior que 1,00	Trimestral

(v) Banco Citibank S/A

Em 08 de setembro de 2026, a Companhia contratou com o Banco Citibank S.A. no valor de R$ 100.000. A operação, originada da Carta Convite DFR 001/2026, tem prazo de 12 meses, amortização Bullet em 09/09/2027, juros trimestrais, estrutura sem garantias (Clean) e custo All-In de 100% do CDI + 0,70% a.a., já contemplados todos os custos da operação, sem flat fees ou comissões e isenta de IOF.

Os recursos foram liberados em 09 de setembro de 2026 e reforçaram o caixa para as amortizações do terceiro trimestre. A operação está sujeita a covenants trimestrais:

Índice	Meta	Apuração
EBITDA Ajustado / Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,50	Trimestral
Dívida Líquida /EBITDA Ajustado	Igual ou menor que 3,50	Trimestral
Ativo Circulante/Passivo Circulante	Igual ou maior que 1,00	Trimestral

Os empréstimos e financiamentos apresentam a seguinte movimentação:

	31/12/2025	Novas liberações	Amortizações de principal	Pagamento de juros	Juros e variações monetárias	Transferências ativo de contrato - Juros capitalizados	Variação cambial	30/09/2026
Caixa Econômica Federal	142.521	7.505	(8.508)	(9.352)	10.838	628	-	143.632
Banco do Nordeste	513.218	24.404	(34.773)	(26.185)	21.727	3.677	-	502.068
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID	111.496	-	(21.089)	(537)	11.163	-	-	101.033
AFD	781.025	240.080	-	(15.897)	25.966	-	(69.728)	961.446
Citibank	-	100.000	-	-	-	-	-	100.000
	1.548.260	371.989	(64.370)	(51.971)	69.694	4.305	(69.728)	1.808.179

	31/12/2024	Novas liberações	Amortizações de principal	Pagamento de juros	Juros e variações monetárias	Transferências ativo de contrato - Juros capitalizados	Variação cambial	30/09/2025
Caixa Econômica Federal	124.675	11.630	(7.511)	(8.294)	10.121	-	-	130.621
Banco do Nordeste	331.057	210.000	(16.597)	(19.415)	16.634	2.802	-	524.481
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID	138.369	-	(13.538)	(8.484)	13.977	-	-	130.324
Banco Alfa	125.786	-	(127.883)	(8.030)	10.127	-	-	-
Notas comerciais	33.589	-	(33.333)	(2.003)	148	1.599	-	-
Banco do Brasil	65.737	54.000	(116.012)	(9.355)	5.630	-	-	-

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Trimestres findos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Banco ABC	100.403	-	(108.408)	(1.773)	9.778	-	-	-
Banco Bocom	-	96.000	(100.631)	(1.053)	5.684	-	-	-
AFD	-	763.439	-	-	3.071	-	(14.184)	752.326
	919.616	**1.135.069**	**(523.913)**	**(58.407)**	**75.170**	**4.401**	**(14.184)**	**1.537.752**

O montante classificado no passivo não circulante apresenta a seguinte composição por vencimento:

	30/09/2026	31/12/2025
Entre 1 e 2 anos	92.947	90.142
Entre 2 e 3 anos	92.604	89.995
Entre 3 e 4 anos	73.179	89.643
Entre 4 e 5 anos	93.237	100.437
Entre 5 e 6 anos	139.470	123.600
Entre 6 e 7 anos	134.856	118.446
Entre 7 e 8 anos	109.647	111.757
Entre 8 e 9 anos	109.647	91.026
Entre 9 e 10 anos	109.647	91.026
Acima de 10 anos	643.438	545.376
	1.598.672	**1.451.448**

20. Debêntures

	30/09/2026	31/12/2025
Debêntures 2ª emissão 1ª série	289.346	279.154
Debêntures 2ª emissão 2ª série	150.000	150.000
Debêntures 2ª emissão 3ª série	171.500	171.500
Debêntures 2ª emissão 4ª série	116.000	116.000
Debêntures 3ª emissão 1ª série	300.000	300.000
Debêntures 3ª emissão 2ª série	100.000	100.000
Juros 2ª emissão	27.997	4.096
Juros 3ª emissão	8.549	25.608
	1.163.392	**1.146.358**
Gastos iniciais da 2ª Emissão da transação 2ª série	**(8.523)**	(9.255)
Gastos iniciais da 2ª Emissão da transação 3ª série	**(584)**	(676)
Gastos iniciais da 2ª Emissão da transação 4ª série	**(451)**	(494)
Gastos iniciais da 3ª Emissão da transação 1ª série	**(502)**	(566)
Gastos iniciais da 3ª Emissão da transação 2ª série	**(531)**	(576)
	(10.591)	**(11.567)**
	1.152.801	**1.134.791**
Circulante	36.547	29.705
Não circulante	1.116.254	1.105.086

(a) Primeira emissão de debêntures

Em 2021 a Companhia realizou sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples. Foram emitidas um total de 775.990 debêntures de valor nominal na data da emissão de R$ 1.000 (mil reais), totalizando R$ 775.990, sendo R$ 260.000 para a Primeira Série, com remuneração em 100% da "Taxa DI over extra grupo" acrescida de spread de 2,10% a.a. e vencimento em 15 de março de 2026; e R$ 515.990 para a Segunda Série com remuneração prefixada de IPCA + 5,4058% (cinco inteiros, quatro mil e cinquenta e oito décimos de milésimos por cento) ao ano e vencimento em 15 de março de

2029.

Em 15 de setembro de 2025 a Companhia realizou o resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da sua 1ª (primeira) emissão. As debêntures foram canceladas pela Companhia após a conclusão do resgate.

(b) Segunda emissão de debêntures

No dia 15 de junho de 2024, foi deliberada, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a aprovação da 2ª (segunda) emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em quatro séries, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160, do Código ANBIMA, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. A emissão ocorreu dia 15 de junho de 2024 e foi liquidada dia 09 de julho de 2024.

Foi emitido um total de 699.500 debêntures de valor nominal na data da emissão de R$ 1.000 (mil reais), totalizando R$ 699.500, em quatro séries, sendo:

(i) R$ 262.000 para a primeira série, com remuneração de IPCA + 8,1891% ao ano e vencimento em 15 de junho de 2036;
(ii) R$ 150.000 para a segunda série, com remuneração de CDI + 2,20% a.a. e vencimento em 15 de junho de 2029;
(iii) R$ 171.500 para a terceira série, com remuneração de CDI + 2,50% a.a. e vencimento em 15 de junho de 2031; e
(iv) R$ 116.000 para a quarta série com remuneração de CDI + 2,90% a.a. e vencimento em 15 de junho de 2034.

Os recursos da primeira série serão utilizados nos investimentos previstos na Portaria MCID nº 1657, expedida em 22 de dezembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 29 de dezembro de 2023.

Já os recursos referentes à segunda, terceira e quarta séries, que totalizaram R$ 437.500 foram utilizados primordialmente para alongamento do perfil da dívida, ficando o excedente como reforço de caixa. Foram quitadas as seguintes operações:

(i) CCB do Votorantim no valor de R$ 100.686, sendo R$ 100.000 de amortização da dívida e R$ 686 de juros;
(ii) CCB do Banco Santander no valor de R$ 205.256, sendo R$ 200.000 de amortização da dívida e R$ 5.256 de juros; e
(iii) Amortização de principal referente à primeira parcela da primeira série da primeira emissão de Debêntures da Companhia, no total de R$ 65.000.

A amortização dos juros das quatro séries ocorre semestralmente, ao passo que a amortização de principal está prevista, conforme cronograma a seguir:

Parcela	Série	Data	Percentual de Amortização Saldo Devedor
1ª	1ª	15/06/2034	20%
2ª	1ª	15/12/2034	25%
3ª	1ª	15/06/2035	33%
4ª	1ª	15/12/2035	50%
5ª	1ª	15/06/2036	100%
1ª	2ª	15/12/2027	25%
2ª	2ª	15/06/2028	33%
3ª	2ª	15/12/2028	50%
4ª	2ª	15/06/2029	100%
1ª	3ª	15/12/2029	25%
2ª	3ª	15/06/2030	33%
3ª	3ª	15/12/2030	50%
4ª	3ª	15/06/2031	100%
1ª	4ª	15/12/2032	25%
2ª	4ª	15/06/2033	33%
3ª	4ª	15/12/2033	50%
4ª	4ª	15/06/2034	100%

(c) Terceira emissão de debêntures

No dia 17 de julho de 2025, foi deliberada, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a aprovação da 3ª (terceira) emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160, do Código ANBIMA, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. A emissão e a liquidação ocorreram dia 07 de agosto de 2025. O valor total da Emissão foi de R$ 400.000, sendo:

(i) R$ 300.000 correspondentes às debêntures da primeira série, com remuneração de CDI + 1,37% ao ano e vencimento em 07 de agosto de 2032;
(ii) R$ 100.000 correspondentes às debêntures da segunda série, com remuneração de CDI + 1,70% ao ano e vencimento em 07 de agosto de 2035.

Os recursos obtidos com esta emissão foram utilizados para pagamento antecipado parcial ou total dos seguintes instrumentos:

(i) CCB com o Banco ABC;
(ii) Empréstimo com o Banco Bocom BBM;
(iii) CCB com o Banco do Brasil S.A.;
(iv) CCB com o Banco Alfa;
(v) Primeira Emissão de Debêntures.

Eventual excedente de recursos foi destinado ao reforço de caixa da Companhia. O pagamento efetivo da remuneração das debêntures da

primeira e segunda série, será realizado semestralmente no dia 07 (sete) dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, sem qualquer carência, nas datas indicadas na tabela abaixo, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 07 de fevereiro de 2026 e o último pagamento devido na data de vencimento das debêntures da primeira e segunda série.

A amortização dos juros das quatro séries ocorre semestralmente. Ao passo que a amortização de principal está prevista, conforme cronograma a seguir:

Parcela	Série	Data	Percentual de Amortização Saldo Devedor
1ª	1ª	07/02/31	20%
2ª	1ª	07/08/31	33,33%
3ª	1ª	07/02/32	50%
4ª	1ª	07/08/32	100%
1ª	2ª	07/02/34	20%
2ª	2ª	07/08/34	33,33%
3ª	2ª	07/02/35	50%
4ª	2ª	07/08/35	100%

O montante classificado no passivo não circulante apresenta a seguinte composição por vencimento:

	30/09/2026	31/12/2025
Entre 1 e 2 anos	74.792	37.368
Entre 2 e 3 anos	74.792	74.736
Entre 3 e 4 anos	85.458	80.074
Entre 4 e 5 anos	235.207	85.412
Entre 5 e 6 anos	149.749	192.423
Entre 6 e 7 anos	57.775	178.594
Entre 7 e 8 anos	163.757	57.753
Entre 8 e 9 anos	162.229	186.759
Entre 9 e 10 anos	112.495	157.882
Acima de 10 anos	-	54.085
	1.116.254	**1.105.086**

Em decorrência dessa operação, a Companhia, dentre outros requisitos previstos no Instrumento Particular de Escrituração, deverá manter os seguintes índices econômico-financeiros com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

- EBITDA ajustado/ Serviço da Dívida igual ou maior de 1,50x;
- Dívida Líquida Ajustada/ EBITDA Ajustado igual ou menor a 3,00x. Em virtude da quitação da primeira emissão de debêntures no 3T25, o referido indicador passou a ser igual ou menor a 3,50x;
- Outras Dívidas Onerosas/ EBITDA Ajustado igual ou menor que 1,00x, sendo que a apuração de todos os Índices Financeiros será trimestral com base nas Informações Trimestrais (ITRs); "EBITDA Ajustado" é igual ao somatório: (I) do lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social; (II) das despesas financeiras deduzidas às

receitas financeiras; (III) da depreciação e amortização; e (IV) dos custos dos serviços de construção deduzidas às receitas dos serviços de construção; "Serviço da Dívida" é igual ao somatório das despesas financeiras e das amortizações de empréstimos e financiamentos incorridas no período; "Dívida Liquida Ajustada" é igual ao somatório do saldo devedor de empréstimos, financiamentos e Debêntures excluída a disponibilidade de caixa; e "Outras Dívidas Onerosas" são equivalentes ao somatório das obrigações previdenciárias e com plano de assistência médica, parcelamento de dívidas tributárias e parcelamento de dívidas com o fornecedor de energia elétrica.

As debêntures apresentam a seguinte movimentação:

	1ª Emissão		2ª Emissão				3ª Emissão		
	1ª série	2ª série	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	1ª série	2ª série	Total
Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2025	-	-	271.387	150.528	172.053	116.357	318.535	105.931	1.134.791
Atualização do valor nominal	-	-	10.192	-	-	-	-	-	10.192
Juros	-	-	17.194	8.083	21.013	14.572	34.249	11.675	106.786
Transferências ativo de contrato – Juros capitalizados	-	-	-	9.947	-	-	-	-	9.947
Amortizações de principal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização de juros	-	-	(11.206)	(12.009)	(13.993)	(9.702)	(46.973)	(16.008)	(109.891)
Apropriação dos gastos iniciais	-	-	620	111	91	45	64	45	976
Saldos finais em 30 de setembro de 2026	**-**	**-**	**288.187**	**156.660**	**179.164**	**121.272**	**305.875**	**101.643**	**1.152.801**
Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2024	**201.045**	**650.745**	**258.754**	**150.137**	**171.653**	**116.109**	**-**	**-**	**1.548.443**
Emissão	-	-	-	-	-	-	300.000	100.000	400.000
Gastos iniciais das emissões	-	-	-	-	-	-	(600)	(600)	(1.200)
Atualização do valor nominal	-	21.977	9.851	-	-	-	-	-	31.828
Juros	13.936	868	16.527	10.294	20.735	14.385	6.979	2.376	86.100
Transferências ativo de contrato – Juros capitalizados	2.529	24.255	-	7.489	-	-	-	-	34.273
Amortizações de principal (a)	(195.000)	(667.630)	-	-	-	-	-	-	(862.630)
Amortização de juros (a)	(23.686)	(35.045)	(10.792)	(11.256)	(13.134)	(9.121)	-	-	(103.034)
Apropriação dos gastos iniciais	1.176	4.830	620	113	91	44	12	9	6.895
Saldos finais em 30 de setembro de 2025	**-**	**-**	**274.960**	**156.777**	**179.345**	**121.417**	**306.391**	**101.785**	**1.140.675**

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Trimestres findos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Incentivo à aposentadoria – PRSP

21.1. Composição

	30/09/2026	31/12/2025
Incentivo à aposentadoria - PRSP	106.932	74.318
Ajuste a valor presente	(29.128)	(20.545)
	77.804	**53.773**
Circulante	21.199	14.599
Não circulante	56.605	39.174

21.2. Movimentação

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Saldos iniciais	**75.696**	**53.773**	**49.211**	**33.126**
Pagamentos	(6.116)	(15.891)	(4.352)	(12.565)
Despesa financeira	2.725	6.702	1.425	3.926
Incrementos	719	42.572	4.786	39.836
Ajuste a valor presente	4.780	(9.352)	(479)	(13.732)
Saldos finais	**77.804**	**77.804**	**50.591**	**50.591**

21.3. Cronograma de realização

	30/09/2026	31/12/2025
1 ano	21.199	14.599
Entre 1 e 2 anos	22.029	21.685
Entre 2 e 5 anos	23.113	13.203
Mais de 5 anos	11.463	4.286
	77.804	**53.773**

PRSP IV

Em 06 de janeiro de 2023, a Diretoria Executiva aprovou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP IV), com o objetivo de proporcionar aos empregados da Cagece que aderissem ao Plano, condições para aposentadoria com o recebimento de benefícios financeiros temporários programados para 07 (sete) anos, a partir do desligamento da empresa, na forma estabelecida neste Regulamento.

O referido plano destina-se aos empregados do quadro próprio que atendam às seguintes condições expressas no Regulamento: estar em contrato de trabalho ativo e regular com a Cagece; não ter iniciado ou requerido/solicitado benefício previdenciário de aposentadoria pelo INSS a partir do dia 13 de novembro de 2019; contados, pelo menos, 22 (vinte e dois) anos de tempo de serviço na Cagece até a data de 31/12/2022, contando-se todos os cargos efetivos ocupados pelo empregado ao longo

de seu histórico na Companhia. E desde que não se enquadrem nas situações impeditivas à adesão: empregado que tenha dado entrada com solicitação de aposentadoria pelo INSS a partir do dia 13 de novembro de 2019; empregado que esteja com o contrato de trabalho suspenso com o período superior a dois anos; empregado que esteja cumprindo sanção disciplinar.

O cronograma iniciou-se com a comunicação do mesmo em 12 de dezembro de 2022, com previsão de desligamento dos colaboradores até 2028. Os desligamentos iniciaram-se em setembro de 2023 e já contabilizam, até setembro de 2026, 115 colaboradores, sendo 33 realizados entre janeiro e setembro de 2026.

A rescisão contratual pelo plano deverá ocorrer se atendidas as seguintes condições: o empregado deverá comprovar que a aposentadoria foi concedida pelo INSS antes de 13 de novembro de 2019, mediante apresentação da Carta de Concessão ou pelo Extrato de Pagamento do benefício, ambos emitidos pelo INSS, até o mês anterior à data prevista para seu desligamento. Caso o empregado não seja aposentado, deverá entregar Declaração de Beneficiário (consta/nada consta) emitida pelo INSS, para a Cagece; assinar o Contrato de Adesão ao PRSP IV; assinar o Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho com a Cagece. As rescisões de contrato de trabalho serão realizadas em blocos, com os empregados integrantes de cada bloco, bem como as respectivas datas, divulgadas pela Cagece em portaria interna. A quantidade de empregados por bloco e as datas dos desligamentos podem ser alteradas por: necessidade da empresa; capacidade financeira; antiguidade do empregado na empresa; designação ou não como empregado estratégico para a companhia; respeitando a ordem da lista definitiva de inscritos.

O PRSP IV concede os seguintes benefícios: (i) ressarcimento dos gastos com medicamentos de uso contínuo por 84 (oitenta e quatro) meses; (ii) pagamento de 17 (dezessete) salários de referência na rescisão contratual, pagos em 36 (trinta e seis) parcelas iguais; (iii) Incentivo financeiro, durante 84 (oitenta e quatro) meses, de acordo com o Salário de Referência (SR) do empregado, correspondente: a) se o Salário de Referência (SR) for menor ou igual ao valor do teto do INSS dividido por 0,70, receberá 50% do valor do SR; b) se o Salário de Referência (SR) for maior que o valor do teto do INSS dividido por 0,70, receberá a diferença entre o SR e o valor do benefício do INSS percebido pelo empregado; (iv) Incentivo no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vale alimentação, conforme valor estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), durante os 84 (oitenta e quatro) meses iniciais do plano; (v) Fica garantida Assistência à Saúde Médica e Odontológica pelos atuais planos ou outros que vierem a substituí-los, mantida a participação da Cagece no custeio da assistência, ao empregado optante e seus

dependentes, na forma definida no Acordo Coletivo de Trabalho, pelo prazo de 84 (oitenta e quatro) meses a partir da data do desligamento; (vi) Incentivo para a aposentadoria calculado atuarialmente, pela Cageprev, para cada empregado inscrito no PRSP IV, repassado à Cageprev.

Os valores serão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações dos sete anos de vigência do plano, sendo ajustados e atualizados pelo índice de inflação (INPC), descontados a valor presente, a uma taxa correspondente à taxa WACC (Weighted Average Cost of Capital/Custo Médio Ponderado de Capital) da Companhia na data das demonstrações contábeis.

22. Tributos a recolher

	30/09/2026	31/12/2025
Imposto de renda – reinvestimento	5.508	5.508
REFIS IV **(a)**	1.073	1.260
COFINS	14.665	16.937
Previdência social	4.767	5.104
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	82	-
Parcelamento Tributos Federais **(b)**	17.490	22.433
PIS	3.163	3.646
ISS	4.989	4.065
IRRF sobre a folha de pagamento	5.217	6.728
Outros	10.395	8.010
	67.349	**73.691**
Circulante	52.504	53.066
Não circulante	14.845	20.625

São registrados nesse grupamento todos os tributos e contribuições a recolher referentes aos serviços administrativos e de pessoal, tais como Imposto de Renda, contribuições federais sobre serviços de terceiros, contribuições previdenciárias – INSS, impostos municipais, impostos estaduais e valores referentes ao incentivo fiscal para reinvestimento.

(a) O valor refere-se ao parcelamento convencional PGFN referente aos processos 10380.912.655/2024-34 e 10380.912.823/2024-91. A Receita Federal do Brasil - RFB abriu débito em virtude de PER/DCOMP não homologada. Em 30 de setembro de 2024 foi realizada adesão ao parcelamento, com a 1ª parcela no valor de R$ 74.

Débito	Número de parcelas	Número de parcelas remanescentes	Prazo de pagamento
Número negociação 10911805 - PGFN	60	41	08/2029

Adicionalmente, nessa rubrica também está o valor referente ao REFIS Especial da Secretaria de Finanças de Fortaleza (SEFIN), cuja adesão foi realizada em 30 de junho 2023. O débito é relativo ao Auto de Infração de ISSQN, objeto de processo administrativo junto à mencionada secretaria, com perda em todas as instâncias administrativas. O escritório de advocacia responsável pelas defesas recomendou a adesão ao REFIS para posteriores análises de questionamento judicial. A adesão ao REFIS trouxe o benefício, de redução de 100% dos encargos financeiros e parcelamento do débito de R$ 1.988, com entrada de 20% do débito a ser pago em três parcelas e o restante a ser pago em 71 parcelas mensais. Seguem dados adicionais:

Débito	Número de parcelas	Número de parcelas remanescentes	Prazo de pagamento
SEFIN REFIS nº 743844-3	74	40	07/2029

(b) O valor refere-se ao parcelamento convencional no âmbito da Receita Federal (Parcelamento Simplificado RFB), com base no débito apurado após as retificações das EFD-Contribuições e DCTFs do período de 2018 a 2020, realizadas por uma consultoria contratada, a fim de eliminar possíveis contingências. Após as citadas retificações, foi aberto pela Receita Federal o parcelamento no valor inicial de R$ 16.544. Seguem informações adicionais:

Débito	Número de parcelas	Número de parcelas remanescentes	Prazo de pagamento
Código 1124 – Parcelamento Simplificado	60	26	05/2028

23. Provisão para contingências e depósitos judiciais

	30/09/2026	31/12/2025
Causas cíveis	19.219	17.774
Causas trabalhistas	17.157	16.408
Causas tributárias	4.100	3.928
Contingências vinculadas a depósitos judiciais	(8.951)	(8.029)
Total depósitos judiciais	**31.525**	**30.081**
Causas cíveis	55.653	53.953
Causas trabalhistas	88.873	82.652
Causas tributárias	3.081	3.857
Total causas	**147.607**	**140.462**
Depósitos judiciais vinculados a contingências	(8.951)	(8.029)
Total de provisão para contingências	**138.656**	**132.433**

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**53.740**	**74.865**	**3.828**	**132.433**
Adições	4.777	13.029	254	18.060
Juros	4.647	4.444	125	9.216
Reversão	(7.511)	(3.465)	(1.126)	(12.102)
Pagamentos	-	-	-	-
Compensação com depósitos judiciais	(191)	(8.728)	(32)	(8.951)
Saldos finais em 30 de setembro de 2026	**55.462**	**80.145**	**3.049**	**138.656**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**52.318**	**71.837**	**22**	**124.177**
Adições	4.590	21.913	1.947	28.450
Juros	4.490	3.338	1.863	9.691
Reversão	(5.584)	(17.941)	(1)	(23.526)
Pagamentos	-	-	-	-
Compensação com depósitos judiciais	(215)	(7.717)	(28)	(7.960)
Saldos finais em 30 de setembro de 2025	**55.599**	**71.430**	**3.803**	**130.832**

O montante de R$ 138.656 decorre, principalmente, de ações:

i) cíveis – contrato de prestação de serviços técnicos especializados (leitura de hidrômetros com faturamento imediato e entrega de fatura e; apuração do valor devido por perdas e danos, decorrentes de descumprimento contratual anterior já reconhecido;
ii) ação coletiva trabalhista – inadimplemento generalizado de verbas contratuais e rescisórias de trabalhadores terceirizados em Tianguá e região;

As provisões foram constituídas com base nas diversas causas judiciais surgidas no curso normal dos negócios, incluindo causas cíveis, trabalhistas e tributárias, e são consideradas suficientes pela Companhia para cobrir eventuais desembolsos na hipótese de decisão desfavorável.

Essas provisões são atualizadas mensalmente, conforme estimativa da Procuradoria Jurídica da Companhia em relação aos processos com expectativa de perda "provável".

Contingências possíveis

A estimativa de perda das causas judiciais e administrativas em andamento, com base no valor da causa, considerado pela Procuradoria Jurídica da Companhia, com probabilidade de perda possível, totaliza um valor de R$ 210.975 em 30 de setembro de 2026 (R$ 154.502 em 31 de dezembro de 2025).

Por serem considerados com probabilidade de perda possível, tais processos não foram provisionados nas demonstrações contábeis. Seguem em destaque os processos de valores relevantes:

Processo nº	Esfera	Natureza	30/09/2026
0800020-13.2022.8.06.0173 (i)	Judicial	Cível	18.750
0066771-08.2006.8.06.0001 (ii)	Judicial	Desapropriação	17.806
MPF 03.1.01.00-2018-00256-7 (iii)	Judicial	Administrativos	10.852
0183349-34.2018.8.06.0001 (iv)	Judicial	Cível	10.719
3002080-83.2024.8.06.0297 (v)	Judicial	Tributário	10.369
0066921-98.2026.4.05.8100 (vi)	Judicial	Cível	9.558
0152248-23.2011.8.06.0001 (vii)	Judicial	Cível	8.477
0000998-38.2025.5.07.0012 (viii)	Judicial	Trabalhista	6.939
0003883-27.2026.5.07.0000 (ix)	Judicial	Trabalhista	4.879
3000715-57.2025.8.06.0297 (x)	Judicial	Cível	4.713
Outros	-	-	107.913
			210.975

(i) Ação Civil Pública de natureza ambiental, para que seja firmado um Termo de Ajustamento de Conduta;
(ii) A autora pede indenização por desapropriação indireta após o Estado inundar parte de suas terras em Pacajus com um açude. A ocupação ilegal e o dano definitivo à propriedade privada foram comprovados por um estudo de geoprocessamento;
(iii) Fiscalização SRF - MPF 03.1.01.00-2018-00256-7;
(iv) Ação cível referente à posse de um imóvel pela Cagece, onde foram instaladas estruturas para o sistema de esgotamento sanitário;
(v) Ação tributária proposta pelo Município de Juazeiro do Norte contra a Cagece, para cobrança de dívida ativa (CDA 1586/2024);
(vi) Ação cível na qual a exequente é credora da importância líquida, certa e exigível, representada pela dívida inscrita em dívida ativa da união (dau) e materializada na(s) certidão(ões) de dívida ativa (cda) anexa (s), que traz(em) os fundamentos fáticos e jurídicos para a cobrança;
(vii) Ação trabalhista movida para o ressarcimento de valores – Desequilíbrio econômico-financeiro;
(viii) Ação trabalhista movida por um grupo de trabalhadores representados contra a Criart Serviços de Terceirização de Mão de Obra Ltda. (1ª Reclamada/Empregadora) e a CAGECE (2ª Reclamada/Tomadora dos Serviços). O processo contesta o pagamento incompleto das verbas rescisórias após uma demissão em massa ocorrida em 28/02/2025;
(ix) Ação rescisória ajuizada pela CAGECE contra acórdão que manteve o reconhecimento da responsabilidade subsidiária da Companhia em ação coletiva ajuizada pelo SEEACONCE x SOMOS CAPITAL HUMANO e CAGECE pela não demonstração do exercício efetivo do dever de fiscalizar. ; e
(x) Ação cível na qual o Município de Juazeiro do Norte move a Execução Fiscal nº 3002080-83.2024.8.06.0297 contra a CAGECE;

Contingência remota relevante

A Companhia sofreu autuação e imposição de multa para exigir IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2014, em razão dos três temas a seguir:

- Utilização de taxas de depreciação incorretas;
- Ganhos decorrentes da avaliação de ativos a valor justo (AVJ);

- Postergação no pagamento dos tributos.

O valor total da autuação de IRPJ foi de R$ 602.044 e da autuação de CSLL foi de R$ 216.736, considerando principal, juros e multa de ofício. Logo, o valor total do lançamento de ofício em julho de 2019 foi de R$ 818.780.

Esse auto de infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRF) considerou como infração a ocorrência de ajustes a valor justo (AVJ), considerados como tributáveis; no entanto, tratam-se de ajustes de avaliação pelo custo atribuído (deemed cost), nos termos das normas contábeis aplicáveis. Isso, por si só, demonstra a improcedência autuação, uma vez que, nos termos do art. 142 do CTN, o lançamento consiste no procedimento tendente à verificação do fato gerador e determinação da matéria tributável. O erro na consideração do fato tido por tributável claramente implica a improcedência da autuação

Conforme se depreende dos argumentos de defesa da CAGECE, o auto de infração em questão não deve prosperar quando submetido ao julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, especialmente se considerada também a hipótese de julgamento na esfera judicial.

Ressalta-se que a Cagece se sagrou vitoriosa no Mandado de Segurança nº 0812346-88.2018.4.05.8100, que tramitou perante a Justiça Federal do Ceará e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, garantindo à Companhia o reconhecimento e aplicabilidade da imunidade tributária recíproca.

A decisão favorável à Cagece, já transitada em julgado, reconheceu e deferiu o pedido de imunização das rendas, serviços e patrimônios ligados à atividade da Companhia no âmbito federal, incluindo o Imposto de Renda (IRPJ), que corresponde a maior parte débito cobrado nessa autuação fiscal.

A certidão de trânsito julgado referente ao processo de imunidade foi adicionada ao processo administrativo em questão, que atualmente encontra-se aguardando julgamento no CARF.
Houve o primeiro julgamento do Processo Administrativo Fiscal (PAF) nº 10380-725.747/2019-19 no CARF, com ganho parcial para a CAGECE. Mas, a Fazenda Nacional recorreu a Câmara Superior de Recursos do Tribunal - CRSF.
Dessa forma, esse processo encontra-se suspenso, em relação a cobrança de tributos sobre o ganho de AVJ, que consiste na maior parte do débito.

Entretanto, esse primeiro julgamento no CARF, manteve a cobrança da multa por taxas de depreciação incorretas. Houve uma glosa no processo inicial, correspondente a multa por utilização de taxas de amortização, consideradas incorretas pela Fazenda Nacional, no valor de R$ 15.917.

O débito glosado, referente a principal, multa de ofício e demais corre-ções, foi desmembrado do processo administrativo inicial, gerando um novo Processo

Administrativo (PAF) nº 13074.744685/2026-25, e posterior-mente inscrito em Dívida Ativa através da CDA nº 30.6.26.018190-94, e Execução Fiscal nº 0066921-98.2026.4.05.8100. A Cagece contratou seguro garantia, para o débito cobrado, atualizado ao valor de R$ 19.116, que foi protocolado e aceito pela Fazenda Nacional para suspenção da cobrança. Em continuidade ao ajuizamento do débito, para recorrer da decisão do CARF, foi protocolado ação de Embargos à Execução Fiscal nº 0102420-46.2026.4.05.8100..

Nesse sentido, o risco de perda do Processo Administrativo Fiscal (PAF) nº 10380-725.747/2019-19 é considerado remoto pela Administração da Companhia.

24. Provisão atuarial benefício definido – Plano de saúde

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego e de longo prazo. As provisões de curto prazo são direcionadas à liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de assistência à saúde sob responsabilidade da Cagece.
A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

	30/09/2026	31/12/2025
Plano de assistência médica	102.960	93.224
	102.960	**93.224**

Benefícios pós-emprego:

A Cagece é patrocinadora de planos de previdência complementar e assistência médica. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho mantidas com a Companhia.

Em relação aos planos de previdência complementar patrocinados pela Cagece, sua administração é realizada pela Cageprev, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, instituída em 2004 pela patrocinadora.

Sob ditames do CPC 33, o plano de aposentadoria, administrado pela Fundação CAGECE de Previdência Complementar – Cageprev, é considerado, para a Cagece, sob contribuição definida, uma vez que não há a obrigação de nenhum cálculo atuarial para a apuração da obrigação/despesa.

Quanto ao plano de assistência médica, este foi contratado pelo SINDIAGUA junto à UNIMED, conforme as seguintes informações:

- **Tipo de contratação:** coletivo por adesão, conforme Acordo Coletivo de Trabalho (ACT);

- **Contribuição:** da patrocinadora Cagece e dos empregados, conforme tabela constante do ACT;
- **Valor da contribuição:** fixo (por beneficiário), não havendo variação, por faixa etária;
- **Modalidade:** ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, sem odontológico;
- **Acomodação:** apartamento/enfermaria, dependendo da adesão.

Plano de assistência médica

Para o plano de assistência médica, a contribuição é definida através de custo médio, não havendo distinção de valores nas mensalidades dos beneficiários ativos e aposentados, bem como seus respectivos dependentes e agregados. Os valores a serem pagos são reajustados anualmente em função do reajuste de procedimentos médicos, da sinistralidade da apólice ou a alteração do perfil etário que originou o prêmio médio vigente – em função dos gastos ocorridos na operadora de planos de saúde.

O prêmio mensal pago pela Cagece tem valor fixo por ativos e aposentados. Para o dependente, o montante pago resulta do valor do salário-base do empregado, tendo por parâmetro o salário-mínimo (SM), conforme tabela de contribuição aprovada em acordo coletivo. No plano contratado pela Cagece, é permitido aos ex-empregados e aposentados desligados da patrocinadora continuarem no plano, desde que assumam as suas contribuições integralmente, conforme ditames da Lei 9.656/98.

Frente à severidade iminente nos custos médicos oriundos dos ex-empregados por fatores de envelhecimento, há o impacto direto nas contribuições pagas pela Cagece em favor de seus empregados ativos, por serem calculadas como um custo médio. O aumento na sinistralidade decorrente dos aposentados ocasionará, como consequência, elevação das contribuições de todos os beneficiários segurados, inclusive dos ativos. Assim, a permanência destes após o desligamento da Cagece caracteriza benefício indireto aos ex-empregados (subsídio indireto), uma vez que a permanência destes eleva a mensalidade paga pela Companhia para os seus empregados, incorrendo na necessidade de constituição de passivo atuarial de compromissos pós-emprego.

Para o cálculo de provisão de benefícios pós-emprego existe previsão de cálculo do subsídio indireto, em linha com discussões técnicas do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA). Assim, o compromisso da Cagece corresponde à diferença, a maior, entre o valor da contribuição do ex-empregado/aposentado e o seu respectivo custo médico médio – observada toda a massa com tal perfil.

Em conformidade com o Plano de Reconhecimento por Serviço Prestado (PRSP) e o Plano Provisório de Incentivo à Aposentadoria (PPA) – em função da rescisão de trabalho e elegibilidades previstas em ambos os planos -, foi garantido àqueles que aderissem à época, entre outros benefícios, o incentivo de auxílio saúde por prazo determinado.

Durante este prazo, fica mantida a participação da Cagece, como se empregado fosse, inclusive para os seus dependentes, no custeio ao plano médico.

Após decorrido o prazo garantido por força do PRSP e PPA, bem como para aqueles que se aposentarem fora dos referidos planos, o benefício de assistência médica é garantido desde que sejam integralmente custeados pelo empregado desligado, observado os ditames previstos pela Lei 9.656/96.

Avaliação Atuarial do plano de assistência médica.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados por consultoria especializada, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela Cagece.

Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da Cagece no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em suas demonstrações contábeis para o plano assistencial - como benefício pós-emprego estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem, na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial (aplicável ao plano de assistência médica).

Os planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e a natureza do benefício, não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela Cagece.

Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial do plano de assistência médica

O cálculo atuarial é atualizado anualmente. As principais premissas utilizadas, bem como as despesas e receitas esperadas para o ano de 2025, o perfil de vencimento da obrigação de benefício definido e a análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas, estão apresentados nas Demonstrações Contábeis Anuais de 31 de dezembro de 2025, na Nota Explicativa 24.

Já se encontram contabilizado no passivo da Cagece, os valores referentes aos montantes de contribuições vertidas pela patrocinadora – sob tempo determinado - em função do prazo do auxílio-saúde para aqueles que aderiram ao PRSP e ao PPA. Os valores contabilizados são apresentados conforme quadro a seguir, na posição de 30 de setembro de 2026:

Descrição	30/09/2026
Valor presente da obrigação atuarial	**95.134**
Valor Plano de Saúde registrado no passivo (PRSP e PPA)	(1.910)

Benefício definido estimado	12.589
Contribuição de funcionários aposentados	(2.853)
Valor presente da obrigação atuarial	**102.960**

25. Contribuição social diferidos

A Companhia registra contabilmente os efeitos fiscais de suas transações e outros eventos através do reconhecimento das diferenças temporárias (ativas ou passivas) e dos ativos ou passivos fiscais diferidos, por ocasião da apresentação dos tributos sobre o lucro líquido e na divulgação de informações sobre tais impostos.

As diferenças que impactam ou podem impactar na apuração da Contribuição Social, decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal de um ativo ou passivo e seu valor contábil no balanço patrimonial, são registradas como diferenças temporárias. Já os ativos ou passivos fiscais diferidos são registrados como valores a recuperar ou a pagar em períodos futuros.

Em 25 de novembro de 2024, por meio da ação judicial nº 0812346-88.2018.4.05.8100, que tramitou perante a Justiça Federal do Ceará e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, foi garantido à Companhia o reconhecimento e aplicabilidade da imunidade tributária recíproca do IRPJ. Portanto, a partir desta data, não houve lançamento de IRPJ diferido; além disso, todo o saldo remanescente de 2024 foi estornado.

A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

A Contribuição Social diferida apresenta a seguinte natureza:

	30/09/2026			31/12/2025		
	IRPJ	**CSLL**	**Total**	**IRPJ**	**CSLL**	**Total**
Diferenças temporárias						
Provisões para contingências	-	13.316	13.316	-	12.677	12.677
Provisões para perdas estoques	-	77	77	-	77	77
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	7.251	7.251	-	5.845	5.845
Provisão atuarial benefício definido - Plano de saúde	-	9.266	9.266	-	8.390	8.390
Total diferido ativo	**-**	**29.910**	**29.910**	**-**	**26.989**	**26.989**
Diferenças temporárias						
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(40.942)	(40.942)	-	(43.044)	(43.044)
Total diferido passivo	**-**	**(40.942)**	**(40.942)**		**(43.044)**	**(43.044)**

Total de imposto diferido líquido	**-**	**(11.032)**	**(11.032)**	**-**	**(16.055)**	**(16.055)**

26. Parceria Público - Privada (PPP) - Esgotamento Sanitário

	30/09/2026		31/12/2025	
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Contraprestação Fixa Opex	-	-	4.053	-
Passivo Financeiro Capex	112.565	691.034	72.624	607.604
(-) Amortização do Passivo Financeiro Capex	-	(63.637)	(6.459)	(34.320)
	112.565	627.397	70.218	573.284

A parceria é operacionalizada pelas Sociedades de Propósito Específico (SPEs) Ambiental Ceará 1 (Bloco 1) e Ambiental Ceará 2 (Bloco 2), controladas pela Aegea Saneamento e Participações S.A. Em conformidade com as normas contábeis aplicáveis a concessões, a Companhia registra no Ativo Não Circulante (Intangível - Nota Explicativa 16) os bens adquiridos pela Ambiental Ceará previstos no contrato de Parceria Público-Privada (PPP). Em contrapartida, registra-se no Passivo Circulante e Não Circulante a obrigação financeira correspondente a esses investimentos (CAPEX).

As obrigações não possuem a característica de liquidação imediata por pagamento único, visto que a remuneração das parceiras privadas ocorre por meio de fluxos mensais de contraprestação (fixa e variável), constantes na proposta econômica e realizados por meio da contraprestação da operação do sistema de esgotamento sanitário ao longo do período de concessão, que é de 30 anos. O objetivo central desta PPP é a universalização dos serviços de esgoto (90% de cobertura) nas áreas atendidas até o ano de 2033.

Leilão de novas Parceria Público - Privada (PPP) em andamento

Até 30 de setembro de 2026, a Companhia realizou na B3 o leilão referente à Concorrência Pública Internacional nº 20260001, que visa a concessão administrativa dos serviços de esgotamento sanitário em 127 municípios do Estado do Ceará. O certame foi dividido em 5 blocos (Norte-Litorâneo, Centro-Sul, Centro-Leste, Três Climas-Maciço e Sertões de Crateús-Ibiapaba).

O Consórcio Ceará Saneamento venceu o Bloco 1 (Norte-Litorâneo), composto por 23 municípios, com uma proposta de R$ 3,741 bilhões e prazo de concessão de 28 anos. O processo aguarda agora a análise de habilitação e o julgamento final da licitação. Para os demais blocos, não foram apresentadas propostas, e a Companhia planeja realizar novos processos licitatórios o mais breve possível.

Em 15 de setembro de 2026 foi homologado o resultado da licitação para o bloco

Norte-Litorâneo, adjudicando-se seu objeto à licitante vencedora Consórcio Ceará Saneamento. A previsão de assinatura do contrato e início da operação assistida é que ocorram até o final do ano de 2026.

Em 09 de outubro de 2026, foi publicado o edital de licitação dos quatro blocos remanescentes (Centro-Sul, Centro-Leste, Três Climas-Maciço e Sertões de Crateús-Ibiapaba), que contemplam 104 municípios cearenses e investimentos estimados em R$ 6,27 bilhões.

27. Instrumentos Financeiros Derivativos

As notas explicativas a seguir devem ser lidas em conjunto com os seguintes grupos das Demonstrações Contábeis:

- Empréstimos e financiamentos (Passivo) - (Nota 19)
- Derivativo (Passivo) – (Nota 34)
- Outros Resultados Abrangentes – Reserva de hedge (Patrimônio Líquido)
- Variação Cambial (Resultado) – (Nota 39)
- Despesa financeira (Resultado) – (Nota 39)
- Custo com derivativo (Resultado) – (Nota 39)

Segue abaixo saldo contábil dos respectivos grupos em 30 de setembro de 2026:

	30/09/2026	31/12/2025
Passivo Circulante		
Empréstimos e financiamentos	14.598	4.529
Passivo Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	946.848	776.496
Instrumentos Financeiros Derivativos	103.425	16.229
Patrimônio Líquido		
Outros Resultados Abrangentes – Reserva de hedge	(21.411)	(16.229)

	30/09/2026	30/09/2025
Resultado		
Variação Cambial	(1.180)	14.184
Despesa financeira	(25.966)	(3.071)
Custo com derivativo	(92.139)	-

Estratégia de gerenciamento de riscos

A Companhia contratou operação de swap de moeda e taxa de juros com o Citibank para proteger os fluxos de caixa do empréstimo celebrado com a *Agence Française de Développement* (AFD), no valor nominal de €120.000 (Tranche 01), indexado a EURIBOR 6M + 2,43% a.a. e com amortizações semestrais de 15 de novembro de 2030 a 15 de maio de 2040.

A estratégia de gerenciamento de riscos consiste em neutralizar os efeitos da variação cambial EUR/BRL e da oscilação da taxa EURIBOR 6M sobre os fluxos de caixa futuros do empréstimo, convertendo a exposição em euro para um custo em reais indexado a 113,05% do CDI. O instrumento de hedge designado é o swap Citibank, com valor nocional de R$ 763.440, equivalente a 100% do principal protegido (índice de hedge 1:1).

Enquanto que para o segundo desembolso do financiamento da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), que ocorreu em 29/08/2026, com valor de EUR 40.000. A Companhia contratou operação de proteção, com vigência desde 11/09/2026, sem caráter especulativo, por intermédio de troca (full swap) do montante em Euro de EURIBOR 6 meses + 2,43% a.a. para 109,10% do CDI a.a (exponencial 252). O instrumento de hedge designado é o swap XP Investimentos, com valor nocional de R$ 240.080, equivalente a 100% do principal protegido (índice de hedge 1:1).

Item Tipo de hedge, instrumentos e riscos protegidos

Tipo de hedge	Instrumento de hedge	Risco protegido
Hedge de fluxo de caixa	Swap de moeda e taxa de juros (Citibank e XP Investimentos)	Cambial (EUR/BRL) e taxa de juros (EURIBOR 6M)

O saldo do instrumento de hedge está registrado no balanço patrimonial no grupo Instrumentos Financeiros Derivativos (nota 34), e a reserva de hedge no grupo de Outros Resultados Abrangentes.

Períodos dos fluxos protegidos e avaliação de efetividade

Os fluxos de caixa protegidos correspondem ao pagamento de juros semestrais (EURIBOR 6M + 2,43% a.a.) e à amortização do principal do empréstimo AFD, com vencimentos entre 15 de novembro de 2030 e 15 de maio de 2040. Esses fluxos afetarão o resultado da Companhia à medida que forem incorridos, mês a mês pela competência dos juros, e no momento do pagamento de cada amortização. A Companhia avalia em cada período de reporte a efetividade do hedge contratado, confirmando a relação econômica entre as variáveis, e em 30 de setembro de 2026 não identificou nenhuma parcela inefetiva.

Composição da reserva de hedge (ORA)

A movimentação da reserva de hedge de fluxo de caixa no Patrimônio Líquido (conta 2.3.3 – Outros Resultados Abrangentes) é demonstrada a seguir:

	31/12/2025 a 30/09/2026	31/12/2024 a 31/12/2025
Saldo inicial	**(16.229)**	**-**
Variação do valor justo do swap reconhecida em ORA (parcela efetiva)	(144.353)	(29.696)
Valor reclassificado do ORA para o resultado	139.171	13.467
Inefetividade reconhecida no resultado	-	-
Saldo final	**(21.411)**	**(16.229)**

No período apresentado, não houve reclassificação, pois os fluxos protegidos ainda não foram liquidados.

Contabilidade de proteção (Hedge Accounting)

A Companhia adota a contabilidade de hedge (hedge accounting) em conformidade com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, com o objetivo de alinhar o reconhecimento contábil dos efeitos dos instrumentos financeiros derivativos ao dos itens econômicos por eles protegidos, evitando assimetrias temporais entre a mensuração do derivativo a valor justo e a do item protegido ao custo amortizado, que gerariam volatilidade artificial no resultado.

A relação de proteção foi formalmente designada em 24 de setembro de 2025, mesma data da contratação do instrumento de proteção, por meio de Memorando de Designação elaborado em atendimento aos requisitos do item 6.4.1 do CPC 48, contemplando a identificação do item protegido, do instrumento de proteção, da natureza do risco coberto, da estratégia e do objetivo de gerenciamento de risco e da metodologia de avaliação da efetividade. A designação foi, portanto, tempestivamente formalizada na origem da operação.

A aplicação operacional da contabilidade de hedge na Companhia foi implementada após a aprovação da Política de Gestão de Riscos Financeiros pelo Conselho de Administração em 30 de julho de 2026 (Ata nº 697), que consolidou e revisou a governança da prática já designada, disciplinando em seu item 6.4 a admissibilidade, a designação formal, a avaliação de efetividade e a descontinuidade da contabilidade de hedge. Por ocasião da aprovação da Política, a Administração promoveu a adequação contábil desde a data de designação, de forma a refletir o tratamento requerido pelo CPC 48 para a relação de proteção tempestivamente designada.

A modalidade adotada é a de hedge de fluxo de caixa (cash flow hedge). A parcela efetiva das variações de valor justo do instrumento de proteção é reconhecida em Outros Resultados Abrangentes (ORA), no patrimônio líquido, e reclassificada para o resultado no mesmo período em que o item protegido afeta o resultado.

A parcela inefetiva, quando houver, é reconhecida imediatamente no resultado. Os juros da ponta passiva do derivativo são apropriados ao resultado pelo regime de competência.

Os efeitos da contabilidade de hedge no resultado e no ORA do período, a movimentação do saldo acumulado em ORA, os valores nocionais e contábeis do instrumento de proteção e a análise de sensibilidade aos riscos cobertos estão evidenciados nos itens anteriores desta nota, em atendimento ao CPC 40 (R1)

28. Capital social

O capital social em 30 de setembro de 2026, totalmente subscrito e integralizado era de R$ 3.250.387 (2.964.689 em 31 de dezembro de 2025), existindo ainda R$ 39.458 pendentes de integralização, conforme compromisso formalizado por acionista na reunião extraordinária do conselho de administração. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, pela emissão de até 50.000.000.000 (cinquenta bilhões) de ações, sendo 1/3 (um terço) desse total em ordinárias, e 2/3 (dois terços) em preferenciais. Caberá ao Conselho de Administração indicar o número, a espécie e a classe de ações a serem emitidas, respeitando o limite máximo de 2/3 (dois terços) de ações preferenciais na composição do capital social realizado, o prazo para exercício do direito de preferência e, ainda, o preço de emissão de cada ação, bem como as condições e prazo de integralização.

As ações preferenciais não possuem direito a voto; porém, gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital, no caso de dissolução da Companhia. Também têm direito à participação proporcional nas bonificações decorrentes de incorporação de reservas ou lucros, além de participação nos aumentos de capital em igualdade de condições com os demais acionistas e na capitalização de todas as reservas. Para essas ações são garantidos dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso “I” do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/2001.

Em 04 de junho de 2025 foi deliberado em Conselho de Administração o aumento de Capital Social da Companhia, com a emissão de novas ações ao direito de preferência. Foram subscritas 5.797.719 (cinco milhões setecentos e noventa e sete mil setecentos e dezenove) ações ordinárias e 1.383 (mil trezentos e oitenta e três) ações preferenciais, ambas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 17,64 (dezessete reais e sessenta e quatro centavos) por ação, totalizando R$ 102.296.

O montante subscrito foi totalmente integralizado pelo acionista Estado do Ceará mediante aportes com recursos proveniente de obrigações junto ao Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), nas seguintes datas e valores:

i) R$ 75.000 em 17 de julho de 2025;
ii) R$ 15.130 em 22 de setembro de 2025; e
iii) R$ 12.166 em 13 de janeiro de 2026.

Em 29 de outubro de 2025 foi deliberado em Conselho de Administração o aumento de Capital Social da Companhia, com a emissão de novas ações ao direito de preferência. Foram subscritas 1.991.234 (um milhão, novecentas e noventa e uma mil, duzentas e trinta e quatro) ações ordinárias e 475 (quatrocentas e setenta e cinco) ações preferenciais, ambas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 69,88 (sessenta e nove reais e oitenta e oito centavos) por ação, totalizando R$ 139.181. Do referido total, já foram integralizados:

i) R$ 13.419 em 13 de outubro de 2025, mediante capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC); e
ii) R$ 105.000 em 13 de janeiro de 2026, por meio de aporte de capital decorrente de obrigação do Estado junto ao BNDES.

Em 28 de abril de 2026 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE), o aumento do Capital Social da Companhia no valor total de R$ 168.532, mediante a incorporação de recursos oriundos da reserva de retenção de lucros referente ao exercício social de 2025. O referido aumento foi efetuado sem a emissão de novas ações, beneficiando proporcional e indistintamente todos os acionistas da Companhia;

Em 25 de agosto de 2026 foi deliberado em Conselho de Administração o aumento de Capital Social da Companhia, com a emissão de novas ações ao direito de preferência. Foram subscritas 252.522 (duzentos e cinquenta e dois mil quinhentos e cinquenta e duas) ações ordinárias e 61 (sessenta e uma) ações preferenciais, ambas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 74,02 (setenta e quatro reais e dois centavos) por ação, totalizando R$ 18.697. Do referido total, ainda não integralizado nenhuma parte.

Com as integrações e aprovações supracitadas, o Capital Social integralizado da Companhia passou de R$ 2.964.689 (em 31 de dezembro de 2025) para R$ 3.250.387 (em 30 de setembro de 2026).

A composição acionária da Companhia está demonstrada para 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 da seguinte forma (quantidade de ações):

	30/09/2026			31/12/2025		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Estado do Ceará	46.797.089	11.170	46.808.259	46.544.567	11.109	46.555.676
Município de Fortaleza	5.335.094	-	5.335.094	5.335.094	-	5.335.094
Outros	68	4.541	4.609	68	4.541	4.609
Ações de Tesouraria	4	1	5	4	1	5
	52.132.255	**15.712**	**52.147.967**	**51.879.733**	**15.651**	**51.895.384**

29. Reserva de lucros

O montante registrado na conta de "Reserva de lucros" é de R$ 192.082 em 30 de setembro de 2026 (R$ 262.906 em 31 de dezembro de 2025) e corresponde às reservas legal, estatutária, incentivos fiscais, especial e de retenção de lucros, constituídas conforme Lei das Sociedades Anônimas e Estatuto da Companhia, conforme descritas a seguir:

(a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b) Reserva estatutária

A reserva estatutária poderá ser constituída anualmente por proposta da Administração e deliberação da Assembleia Geral por meio de orçamento de capital. A Assembleia terá a faculdade de destinar até 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício remanescente, após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios. A reserva destina-se à implantação de inovações e melhorias operacionais nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como à pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e tecnologias.

Em 08 de abril de 2022, conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária, foi constituída uma Reserva Estatutária de Contribuição para Projetos de Interesse Social. Em 08 de setembro de 2025, mediante aprovação em Assembleia Geral Extraordinária o montante total para a constituição desta reserva foi alterado de R$ 5.000 para R$10.000.

Conforme disposto na Proposta da Administração incorporada ao Estatuto Social da Companhia, a reserva supracitada será constituída em cada exercício, no montante fixo anual de R$ 10.000, limitada a esse mesmo valor, com a finalidade de custear a aquisição de materiais (tubulações, conexões, acessórios, hidrômetros e outros equipamentos) e seu subsequente e imediato fornecimento ao Sistema Integrado de Saneamento Rural – SISAR operado no Estado do Ceará, sendo vedados:

i) O repasse de outros bens que não os mencionados neste inciso (ou de natureza que não se assemelhe às das finalidades mencionadas), e/ou;
ii) O repasse direto de valores em espécie ou a cessão de créditos ou outros direitos da Companhia.

(c) Reserva de retenção de lucros

É composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. É constituída somente após o atendimento dos requisitos de dividendo mínimo, e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, nos termos do art. 199 da Lei 6.404/76. A reserva de retenção de lucros pode ser utilizada na absorção de prejuízos, capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

30. Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à adoção de um novo custo atribuído a determinadas classes de ativos imobilizados e intangíveis, devidamente suportados por laudos de avaliação patrimonial elaborados por empresa especializada, nos termos da ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento.

(a) A realização do ajuste de avaliação patrimonial é efetuada na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Na adoção inicial do custo atribuído, foi constituída provisão para Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição social (CSLL) diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial. No entanto, em 2025, por ocasião do reconhecimento e aplicabilidade da imunidade tributária recíproca do IRPJ à Companhia, houve a Reversão (i) desse saldo de IRPJ diferido.

	Saldo 31/12/2024	Realização	Saldo 31/12/2025	Realização	Saldo 30/09/2026
Ativo não circulante					
Ativo financeiro, imobilizado e intangível	512.107	(33.832)	478.275	(23.366)	454.909
Passivo não circulante					
Impostos diferidos (Realização)	(182.927)	3.045	(179.882)	2.103	(177.779)
Impostos diferidos (Reversão) (i)	136.837	-	136.837	-	136.837
Patrimônio líquido					
Ajuste de avaliação patrimonial	**466.017**	**(30.787)**	**435.230**	**(21.263)**	**413.967**

31. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Lucro antes do imposto	**11.756**	**92.683**	**70.805**	**206.731**
Alíquota fiscal combinada (a)	9%	9%	9%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social pela alíquota fiscal combinada	**1.058**	**8.341**	**6.372**	**18.606**
Despesas indedutíveis	1.125	2.532	649	1.888
Realização do custo atribuído	714	2.103	757	2.266

Outras despesas não dedutíveis	200	467	675	1.446
Constituição (reversão) de provisões indedutíveis	319	638	497	479
Outros itens	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	**3.416**	**14.081**	**8.950**	**24.685**
Incentivos fiscais de redução do imposto de renda	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes após incentivos fiscais	**3.416**	**14.081**	**8.950**	**24.685**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.915)	(5.023)	(1.833)	(4.571)
Encargo fiscal	1.501	9.058	7.117	20.114
Alíquota efetiva	**12,77%**	**9,77%**	**10,05%**	**9,73%**

Em 25 de novembro de 2024, por meio da ação judicial nº 0812346-88.2018.4.05.8100, que tramitou perante a Justiça Federal do Ceará e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, foi garantido à Companhia o reconhecimento e a aplicabilidade da imunidade tributária recíproca do IRPJ. Portanto, a partir dessa data, não houve lançamento de IRPJ corrente, aplicando-se nominalmente apenas a alíquota da CSLL (9%).

A alíquota efetiva de imposto apurada em 30 de setembro de 2026 é de 9,77% (9,73% no mesmo período de 2025).

32. Partes relacionadas

	30/09/2026	31/12/2025
União **(a)**	2.212	2.776
Estado do Ceará **(b)**	25.219	11.842
Município de Fortaleza **(c)**	3.879	4.608
VSA - Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A **(i)**	-	-
Contas a receber	**31.310**	**19.226**
Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH **(d)**	(25.800)	(25.190)
Fundação Cagece de Previdência Complementar – CAGEPREV **(e)**	(2.597)	(2.563)
Ambiental Ceará 1 SPE S.A. **(f)**	(24.967)	(17.450)
Ambiental Ceará 2 SPE S.A. **(g)**	(35.687)	(39.733)
SANE Energia S.A. **(h)**	(526.004)	(29.393)
Contas a pagar	**(615.055)**	**(114.329)**

União **(a)**	72	78
Estado do Ceará **(b)**	54.763	54.762
Município de Fortaleza **(c)**	6.275	12.948
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	**61.110**	**67.788**

As transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes. A Companhia manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

(a) União

- A União é acionista da Companhia, detendo 4.492 ações preferenciais, assim caracterizando-se como uma parte relacionada;
- De janeiro a setembro de 2026 foi faturado um total de R$ 16.018 (R$ 14.353 o mesmo período de 2025) para a União. Desses, o montante de R$ 2.212 está registrado no contas a receber em 30 de setembro de 2026 (R$ 2.776 em 31 de dezembro de 2025).

(b) Estado do Ceará

- Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador;
- O Governo do Estado do Ceará assinou em Brasília, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), através do programa "BNDES Invest Impacto", contrato de financiamento no valor de R$ 500.000 para investimentos em infraestrutura no setor hídrico e de saneamento básico, que serão destinados a aporte de capital na Cagece para utilização em projetos de investimentos com o propósito de contribuir para o alcance das metas requeridas pelo Marco Legal até 2033. Do montante previsto, foi integralizado ao capital social da Cagece o valor de R$ 220.715, até 30 de setembro de 2026.
- De janeiro a setembro de 2026 foi faturado um total de R$ 78.786 (R$ 58.761 o mesmo período de 2025) para o Estado do Ceará e órgãos a ele vinculados. Desses, o montante de R$ 25.219 está registrado no contas a receber em 30 de setembro de 2026 (R$ 11.842 em 31 de dezembro de 2025).

(c) Município de Fortaleza

- O município de Fortaleza, por meio da Lei Municipal nº 8.716, de 6 de junho de 2003, e contrato assinado em 10 de outubro de 2003, concedeu, de forma onerosa e exclusiva, à Companhia, a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 30 anos;
- Em contrapartida, além dos compromissos de investimentos pactuados, o Estado transferiu ao Governo Municipal 22% de suas ações com direito a voto no momento da assinatura do contrato;
- A Companhia assumiu o compromisso de pagar mensalmente à Prefeitura

pelo direito de exploração da concessão, o equivalente a 1,5 % sobre o faturamento mensal direto de água e esgoto de Fortaleza. Essa remuneração, de janeiro a setembro de 2026, correspondeu a R$ 18.970 (R$ 16.456 no mesmo período de 2025);

- Em 04 de novembro de 2019 foi assinado pelo Município de Fortaleza e pela Companhia um novo contrato para a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com prazo de vencimento em 03 de novembro de 2054;
- Com a publicação da Lei n° 14.026, de 15 de julho de 2020, que atualiza o marco legal do saneamento, e da Lei Complementar n° 247, de 18 de junho de 2021, sancionada pelo Governo do Estado do Ceará, que instituiu as Microrregiões de Água e Esgoto do Oeste, do Centro-Norte e do Centro-Sul, estando o Munícipio de Fortaleza inserido na Microrregião Centro-Norte, foi assinado em 28 de dezembro de 2021 novo contrato que prorrogou o vencimento do contrato para 06 de outubro de 2055;
- Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador;
- Cessão de funcionários no qual a Companhia paga aos órgãos do governo municipal pela disponibilização de profissionais. O valor pago corresponde à remuneração do profissional acrescida dos correspondentes encargos sociais;
- De janeiro a setembro de 2026 foi faturado um total de R$ 31.735 (R$ 30.739 o mesmo período de 2025) para a Município de Fortaleza e órgãos vinculados. Desses o montante de R$ 3.879 está registrado no contas a receber em 30 de setembro de 2026 (R$ 4.608 em 31 de dezembro de 2025).

(d) COGERH – Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos

- A Companhia de Gestão de Recursos Hídricos – COGERH é o único fornecedor de água bruta da Cagece e torna-se parte relacionada por também pertencer ao Estado do Ceará;
- O custo total com a aquisição de água bruta junto a COGERH, no período de janeiro a setembro de 2026, foi de R$ 102.396 (R$ 93.494 no mesmo período de 2025).
- O saldo a pagar para o fornecedor, em 30 de setembro de 2026 era de R$ 25.800 (R$ 25.190 em 31 de dezembro de 2025).

(e) CAGEPREV – Fundação Cagece de Previdência Complementar

- De janeiro a setembro de 2026, ocorreram pagamentos de contribuições para previdência complementar no montante de R$ 6.199 (R$ 5.669 no mesmo período de 2025), havendo R$ 721 a pagar em 30 de setembro de 2026 (R$ 771 em 31 de dezembro de 2025);
- De janeiro a setembro de 2026, foram repassadas contribuições de empregados para previdência complementar no montante de R$ 7.981

(R$ 7.230 no mesmo período de 2025), havendo R$ 930 a repassar em 30 de setembro de 2026 (R$ 984 em 31 de dezembro de 2025);

- De janeiro a setembro de 2026, ocorreram pagamentos de previdência complementar para empregados aposentados no montante de R$ 1.747 (R$ 1.889 no mesmo período de 2025), havendo R$ 264 a pagar em 30 de setembro de 2026 (R$ 151 em 31 de dezembro de 2025);
- De janeiro a setembro de 2026, foram repassados empréstimos consignados tomados pelos empregados junto à Cageprev e descontados em folha de pagamento no montante de R$ 6.095 (R$ 5.876 no mesmo período de 2025), havendo R$ 682 a repassar em 30 de setembro de 2026 (R$ 657 em 31 de dezembro de 2025).

(f) Ambiental Ceará 1 SPE S.A. e Ambiental Ceará 2 SPE S.A.

- As empresas Ambiental Ceará 1 SPE S.A. e Ambiental Ceará 2 SPE S.A. foram criadas pela Aegea Saneamento e Participações S.A.. Estas empresas formam a parceria público-privada para a concessão administrativa dos serviços necessários para universalização do esgotamento sanitário no Estado do Ceará em 24 municípios que fazem parte das Regiões Metropolitanas de Fortaleza e do Cariri, conforme citado na nota explicativa 16.
- De janeiro a setembro de 2026, o custo total com a parceria público-privada de esgotamento sanitário foi de R$ 138.437 (R$ 127.563 para o mesmo período de 2025), sendo R$ 35.099 referentes a Ambiental Ceará 1 e R$ 103.338 a Ambiental Ceará 2, estando a pagar na rubrica de fornecedores os montantes de R$ 24.967 e R$ 35.687, respectivamente (R$ 17.450 e R$ 39.733 em 31 de dezembro de 2025).

(g) SANE Energia S.A.

- A Sane Energia S.A. foi constituída com o objetivo de gerar energia a partir de matrizes renováveis para autoconsumo e fornecimento à base de clientes da Companhia, além de promover a eficiência energética. A Cagece detém 15% das ações desta investida e também possui representante na diretoria da empresa Sane, assim tornando a mesma como uma parte relacionada;
- De janeiro a setembro de 2026, o faturamento referente a aluguéis de terrenos totalizou R$ 38 (R$ 12 no mesmo período de 2025). Em 30 de setembro de 2026, a Companhia não possuía saldos a receber desta investida, enquanto o contas a pagar é de R$ 526.004 (R$ 29.393 em 31 de dezembro de 2025).

(h) Utilitas Pecém - Utilidades Industriais do Pecém S.A

- A Utilitas Pecém - Utilidades Industriais do Pecém S.A fornece utilidades industriais, como gerenciamento de resíduos e tratamento de água e

esgoto, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). A Cagece detém 15% das ações desta investida e também possui representante na diretoria da empresa Utilitas, assim tornando a mesma como uma parte relacionada;

- De janeiro a setembro de 2026, o faturamento referente a aluguéis de terrenos totalizou R$ 351 (R$ 374 no mesmo período de 2025). Em 30 de setembro de 2026, não havia saldos a receber ou a pagar registrados em relação a esta investida.

(i) VSA - Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A.

- A VSA - Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A, presta serviços de coleta, tratamento e disposição de efluentes industriais nos municípios de Pacajus e Horizonte. A Cagece detém 49% das ações desta investida e também possui representante na diretoria da empresa VSA, assim tornando a mesma como uma parte relacionada;
- De janeiro a setembro de 2026, o faturamento referente serviço de tratamento de efluentes totalizou R$ 11(R$ 13 no mesmo período de 2025). Em 30 de setembro de 2026, não havia saldos a receber ou a pagar registrados em relação a esta investida. Em abril de 2026 a VSA realizou o pagamento de dividendos no montante de R$ 646 para a Cagece.

Adicionalmente às entidades listadas, a Cagece identifica outras entidades como partes relacionadas por estarem sob o controle comum do seu acionista controlador (Estado do Ceará). Com base na isenção prevista no item 25 do CPC 05 (R1), aplicável a entidades relacionadas ao governo, a Companhia não apresenta o detalhamento individualizado de saldos ou transações com tais entidades, visto que não foram realizadas operações atípicas ou de montante individualmente significativo no período apresentado:

- CEGÁS (Companhia de Gás do Ceará)
- Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (Etice)
- Companhia de Transporte Metropolitano do Ceará (Metrofor)
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce)
- Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP S.A.)
- Centrais de Abastecimento do Ceará S/A (Ceasa)
- Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. (ADECE)
- Ceará Participações S.A. (CearaPar)

33. Honorários da Administração

Os montantes de remuneração pagos pela Companhia aos seus Conselheiros e Administradores no terceiro trimestre e no acumulado do semestre encerrado em 30 de setembro de 2026 e 2025 estão detalhados a seguir:

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Trimestres findos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Remuneração Diretoria - Salários	684	1.785	461	1.528
Remuneração Diretoria - Gratificações	449	1.312	400	1.189
Remuneração Diretoria - Benefícios (auxílios para educação, saúde e alimentação)	230	665	209	554
Remuneração Diretoria - Participações nos lucros	-	343	80	392
Remuneração Conselho de Administração	256	650	244	638
Remuneração Conselho Fiscal	174	491	166	488
Remuneração Comitê de Auditoria	97	237	94	218
Total do exercício	**1.890**	**5.483**	**1.654**	**5.007**

Os respectivos valores foram registrados na Rubrica “Despesas administrativas” na demonstração do resultado do Exercício (DRE).

A Companhia não concede a seus Administradores e Conselheiros outros benefícios de longo prazo, tais como benefício de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações. Dessa forma, os benefícios concedidos limitam-se aos divulgados no quadro acima.

34. Instrumentos financeiros

A Companhia procedeu a avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para mensurar o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser efetivamente realizados no mercado corrente.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as praticadas no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de alto risco.

Os valores contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros registrados em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão apresentados a seguir:

	30/09/2026		31/12/2025	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros				

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Trimestres findos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros - contratos de concessão (nota explicativa 11)	28.420	28.420	22.904	22.904
Contas a receber de clientes (nota explicativa 9)	586.483	586.483	567.376	567.376
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 6)	4.638	4.638	8.127	8.127
Aplicações financeiras (nota explicativa 7)	528.310	528.310	433.322	433.322
Depósitos vinculados a convênios (nota explicativa 8)	1.356	1.356	12.648	12.648
Passivos financeiros				
Incentivo à aposentadoria – PRSP (nota explicativa 21)	77.804	77.804	53.773	53.773
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa 19)	1.808.179	319.036	1.548.260	599.465
Debêntures (nota explicativa 20)	1.152.801	095.560	1.134.791	039.236
Fornecedores (nota explicativa 17)	443.251	443.251	360.240	360.240
Obrigações com clientes	-	-	512	512
Arrendamento mercantil (nota explicativa 18)	613.307	613.307	74.935	74.935
Instrumentos Financeiros Derivativos (nota explicativa 27)	103.425	103.425	16.229	16.229

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil (deduzidos da perda esperada por *impairment*, no caso de clientes) aproximam-se dos seus valores justos devido ao seu vencimento no curto prazo.

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Tipo	Taxa contratual (a.a.)	Período médio de meses	Taxa de mercado (a.a.)
Caixa Econômica Federal	TR+ 9,23%	103	8,80%
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	Tranche 1: CDI + 1,045% Tranche 2: CDI +1,175%	37	3,88%
Banco do Nordeste	IPCA + 1,77%	143	3,32%
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)	EURIBOR 6M +2,43%	166	5,50%
CitiBank S.A	100% CDI + 0.7%	11	0,70%
2ª Emissão - Debêntures 1ª série	IPCA + 8,1891%	118	6,60%
2ª Emissão - Debêntures 2ª série	CDI + 2,20%	33	1,40%
2ª Emissão - Debêntures 3ª série	CDI + 2,50%	57	1,40%
2ª Emissão - Debêntures 4ª série	CDI + 2,90%	94	1,40%
3ª Emissão - Debêntures 1ª série	CDI + 1,37%	71	1,40%
3ª Emissão - Debêntures 2ª série	CDI + 1,70%	108	1,40%

35. Previdência complementar

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Trimestres findos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 12 de fevereiro de 2004, a Portaria nº 24 da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), órgão vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, autorizou o início das atividades da Cageprev - Fundação Cagece de Previdência Complementar, tendo como única patrocinadora a Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece.

A Cageprev é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo a constituição e administração de planos privados de benefícios previdenciários suplementares em favor de seus participantes e respectivos beneficiários, custeando todos os benefícios na modalidade de contribuição variável (regime financeiro de capitalização). A Patrocinadora Cagece efetua contribuições mensais no mesmo percentual que o participante, obedecendo a Lei Complementar N.º 108 de 29 de maio de 2001. O Limite de patrocínio pela Companhia é de 12%.

O plano de previdência complementar, administrado pela Cageprev - Fundação Cagece de Previdência Complementar, é um plano de contribuição variável que não corre risco de insolvência, pois está equilibrado pelo mecanismo de quotas, onde o patrimônio de cobertura sempre será igual ao das provisões matemáticas. Isto implica dizer que a Patrocinadora não precisa aportar nenhum valor além das contribuições mensais.

Sob ditames do CPC 33, para a Cagece o plano de aposentadoria, administrado pela Fundação Cagece de Previdência Complementar – Cageprev, é considerado, para a Cagece, sob contribuição definida, uma vez que não há a obrigação de nenhum cálculo atuarial para a apuração da obrigação/despesa.

De janeiro a setembro de 2026, a Companhia efetuou contribuições à Cageprev no montante de R$ 6.199 (R$ 3.757 no mesmo período de 2025).

A Cageprev encerrou em 30 de setembro de 2026 com 1.287 participantes (1.297 em 31 de dezembro de 2025), sendo 1.098 ativos (1.110 em 31 de dezembro de 2025) e 189 assistidos (187 em 31 de dezembro de 2025) e apresentando um patrimônio da ordem de R$ 456.961 (R$ 414.793 em 31 de dezembro de 2025).

Para fins de atendimento às normas estabelecidas pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, as reservas técnicas são calculadas por empresa de consultoria atuarial, contratada pela Cageprev, a qual emitiu parecer datado de 18 de fevereiro de 2026, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela Administração da Cageprev.

As principais premissas atuariais são as seguintes:

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Trimestres findos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025
Taxa real anual de juros	4,58%
Projeção de crescimento real de salário	1% a.a
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não há
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Não há
Hipótese sobre gerações futuras de novas entradas	Não há
Tábua de mortalidade geral de válidos	AT-2000 básica, segregada por sexo.

36. Lucro por ação básico e diluído

O lucro básico por ação do período é calculado através da divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o período. As ações preferenciais possuem direito de 10% a mais de dividendos do que as ações ordinárias:

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Numerador				
Lucro disponível aos acionistas ordinários	10.252	83.597	63.665	186.554
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	3	28	22	63
	10.255	**83.625**	**63.687**	**186.617**
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	51.936	51.936	192.068	192.068
Média ponderada de número de ações preferenciais	16	16	59	59
	51.952	**51.952**	**192.127**	**192.127**
Resultado básico e diluído por ação (em R$)				
Ação ordinária	0,1974	1,6096	0,3315	0,9714
Ação preferencial	0,2171	1,7706	0,3646	1,0685

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

37. Receitas líquida de serviços

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Receita de serviços de abastecimento de água	570.447	1.658.921	506.956	1.476.063
Receita de serviços de esgotamento sanitário	259.642	761.289	216.851	628.361
	830.089	**2.420.210**	**723.807**	**2.104.424**

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Trimestres findos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receita de construção	194.596	473.910	152.116	443.940
Receita Bruta	**1.024.685**	**2.894.120**	**875.923**	**2.548.364**
Abatimentos	(150)	(150)	-	-
Impostos sobre vendas	(76.859)	(224.091)	(67.025)	(194.804)
Receita líquida	**947.676**	**2.669.879**	**808.898**	**2.353.560**

A **Receita Bruta de Serviços** de janeiro a setembro de 2026, excluindo-se o efeito contábil da Receita de Construção (conforme ICPC 01/IFRIC 12), totalizou **R$ 2.420.210**. Este montante representa uma expansão de **15,0%** (ou R$ 315.786) em relação aos **R$ 2.104.424** reportados no mesmo período de 2025.

O desempenho nas linhas de receita é detalhado a seguir:

- **Abastecimento de Água:** Avançou **12,4%**, atingindo **R$ 1.658.921**. Esse desempenho reflete, principalmente, o efeito pleno da revisão tarifária aplicada em novembro de 2025, aliado ao crescimento do volume faturado no período.

- **Esgotamento Sanitário:** Cresceu **21,2%**, totalizando **R$ 761.289**. Além do impacto tarifário, a alta decorre da expansão da rede coletora e do aumento da base de clientes conectados ao sistema de esgoto.

- **Receita de Construção:** Apresentou aumento de **6,8% passando para R$ 473.910,** em decorrência do ritmo de execução do cronograma físico-financeiro das obras de infraestrutura e investimentos nos ativos de concessão no período (Nota 15 b).

- **Deduções da Receita (Impostos e Abatimentos):** Os impostos sobre vendas e abatimentos totalizaram **R$ 224.241** , alta de 15,1%, em consonância com o crescimento da receita operacional bruta tributável.

38. Custos e despesas operacionais, por natureza

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/04/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Insumos	(86.297)	(269.763)	(88.683)	(271.029)
Serviços	(134.207)	(379.751)	(113.884)	(332.280)
Depreciação e amortização	(78.110)	(215.457)	(55.926)	(173.451)
Pessoal	(48.216)	(129.800)	(37.736)	(113.047)
Materiais	(13.370)	(30.382)	(7.555)	(26.653)
Custos gerais	(5.260)	(16.460)	(5.909)	(18.424)
Concessão	(6.407)	(18.970)	(5.306)	(16.456)
Custos operacionais líquidos	**(371.867)**	**(1.060.583)**	**(314.999)**	**(951.340)**

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Trimestres findos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/04/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Custos de construção	(194.596)	(473.910)	(152.116)	(443.940)
Total dos custos	**(566.463)**	**(1.534.493)**	**(467.115)**	**(1.395.280)**
Serviços	(28.650)	(84.012)	(25.906)	(66.134)
Pessoal	(9.507)	(28.123)	(9.315)	(26.630)
Depreciação e amortização	(1.106)	(3.048)	(920)	(2.817)
Gerais	(445)	(1.718)	(310)	(1.155)
Despesas comerciais	**(39.708)**	**(116.901)**	**(36.451)**	**(96.736)**
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	**(45.690)**	**(107.011)**	**(24.361)**	**(69.518)**
Pessoal	(66.325)	(208.809)	(58.976)	(189.318)
Serviços	(64.730)	(169.511)	(47.268)	(131.490)
Causas judiciais	(896)	(6.025)	(9.422)	(12.961)
Gerais	(18.887)	(37.637)	(15.416)	(30.983)
Tributária	(15.286)	(48.047)	(13.866)	(41.739)
Transportes	(4.895)	(10.753)	(3.043)	(7.965)
Depreciação e amortização	1.555	(10.528)	(1.928)	(7.354)
Honorários da administração	(1.337)	(3.591)	(1.077)	(3.095)
Despesas administrativas	**(170.801)**	**(494.901)**	**(150.996)**	**(424.905)**
Insumos (a)	(86.297)	(269.763)	(88.683)	(271.029)
Serviços (b)	(227.587)	(633.274)	(187.058)	(529.904)
Depreciação e amortização (c)	(77.661)	(229.033)	(58.774)	(183.622)
Pessoal (d)	(124.048)	(366.732)	(106.027)	(328.995)
Materiais	(13.370)	(30.382)	(7.555)	(26.653)
Concessão	(6.407)	(18.970)	(5.306)	(16.456)
Causas judiciais (e)	(896)	(6.025)	(9.422)	(12.961)
Tributária (f)	(15.286)	(48.047)	(13.866)	(41.739)
Transportes	(4.895)	(10.753)	(3.043)	(7.965)
Honorários da administração	(1.337)	(3.591)	(1.077)	(3.095)
Custos e despesas gerais (g)	(24.592)	(55.815)	(21.635)	(50.562)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (h)	(45.690)	(107.011)	(24.361)	(69.518)
Custos e despesas operacionais	**(628.066)**	**(1.779.396)**	**(526.807)**	**(1.542.499)**
Custos de construção	(194.596)	(473.910)	(152.116)	(443.940)
Total de custos e despesas	**(822.662)**	**(2.253.306)**	**(678.923)**	**(1.986.439)**

(a) **Insumos** : Registraram redução de **R$ 1.266**, impulsionado, essencialmente, pelos seguintes fatores: (i) aumento de **R$ 8.907** nos custos com água bruta, em função do reajuste tarifário da Cogerh (agosto de 2025) e do efeito mix do volume captado de água ; (ii) elevação de **R$ 9.888** nos gastos com serviço e material de tratamento decorrente dos efeitos combinados de aumento no quantitativo dos materiais e de maior desconto obtido junto a fornecedor no 9M25 ; e (iii) Redução de **R$ 20.082** nos custos de energia elétrica, favorecida em virtude da migração das unidades do mercado livre de energia para a autoprodução através das usinas Arapuá I e II .

(b) **Serviços**: Houve um acréscimo de **R$ 103.370**, em decorrência, principalmente, de: (i) elevação de **R$ 59.919** em decorrência do efeito conjunto de readequações nas renovações de contratos, reajuste salarial previsto em convenção coletiva e ampliação do quadro de colaboradores terceirizados para atendimento das atividades; (ii) acréscimo de **R$ 18.385** nos serviços de manutenção de água, em virtude majoritariamente do efeito combinado de readequação nas medições contratuais e de novo contrato de manutenção ; (iii) aumento de **R$ 10.874** na contraprestação variável da PPP Ambiental Ceará; e (iv) aumento de **R$ 5.800** em serviços comerciais em virtude principalmente de estorno ocorrido no 9M25 e que não se repetiu no 9M26 e maiores despesas com atendimento a clientes .

(c) **Depreciação e amortização:** Registraram alta de **R$ 45.411** , explicada, majoritariamente, por: (i) Aumento **de R$ 19.500** na depreciação de aluguéis de veículos, em função da expansão da frota no período; (ii) Incremento de **R$ 11.798** em virtude do início da amortização do contrato de autoprodução de energia das Usinas Arapuá I e II (estratégia alinhada ao objetivo social da Companhia, conforme Nota 1 e Nota 18); e (iii) Acréscimo de **R$ 10.280** na amortização do intangível, acompanhando a expansão da base de ativos da Companhia.

(d) **Pessoal:** As despesas com pessoal cresceram **R$ 37.738**, impulsionada por dois fatores principais: (i) Reajustes salariais ocorridos em novembro de 2025, de 5,53% e em setembro de 2026, de 5,10%; e (ii) Aumento nos desligamentos pelo PRSP IV no 9M26 em relação ao 9M25.

(e) **Causas judiciais:** Apresentou redução de **R$ 6.936**, em virtude principalmente de maior volume de reversões de provisões e ganhos de causa ocorridos no 9T26 quando comparados com o 9T25.

(f) **Despesa Tributária:** Apresentou acréscimo de **R$ 6.308** no período comparativo, decorrente principalmente de incremento de **R$ 3.000** em FESB impulsionado pelo maior faturamento do período, **R$ 2.600** em ACFOR decorrente do início de repasses à agência em 2026.

(g) **Custos e despesas gerais:** Aumentou **R$ 5.253** em virtude de aumento nas despesas com licenças de softwares, anúncios e propagandas e materiais inservíveis.

(h) **Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):** A elevação de **R$ 37.737** no comparativo 9M26 x 9M25 devido ao aumento na constituição da PECLD superior aos pagamentos e renegociações.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Trimestres findos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

39. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	17.490	56.803	28.221	62.774
Receita de atualização do ativo financeiro (Nota 11)	744	2.043	276	761
Juros recebidos de clientes	6.341	18.142	6.089	17.678
Atualização monetária	4.584	11.294	2.116	5.068
Variação cambial (a)	(78.492)	-	14.184	14.184
(-) PIS / COFINS sobre receita financeira	(1.321)	(4.504)	(2.352)	(4.636)
Receita com swap	(10.623)	-	-	-
	(61.277)	**83.778**	**48.534**	**95.829**
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos e financiamentos (b)	12.683	(19.109)	(12.473)	(49.949)
Juros do arrendamento (c)	(12.198)	(27.356)	(543)	(2.040)
Juros das debêntures	(37.331)	(117.954)	(49.198)	(124.823)
Incentivo à aposentadoria - PRSP	(2.724)	(6.702)	(1.425)	(3.926)
Atualização monetária (d)	(9.190)	(37.040)	(30.896)	(51.532)
Despesa com swap (e)	20.286	(92.139)	-	-
Variação cambial (f)	9.879	(1.180)	-	-
Despesas financeiras de tributos	-	-	1	(361)
Despesa de juros da PPP (g)	(31.849)	(99.564)	(14.174)	(22.002)
Outras	(165)	(271)	(25)	(76)
	(50.609)	**(401.315)**	**(108.733)**	**(254.709)**
	(111.886)	**(317.537)**	**(60.199)**	**(158.880)**

(a) **Variação cambial ativa**: Com a adoção da contabilidade de hedge, a parcela da variação cambial do item protegido correspondente ao risco coberto é reconhecida em Outros Resultados Abrangentes (ORA), e não no resultado, de modo que o efeito acumulado em 30 de setembro de 2026 é nulo. No mesmo período de 2025, a linha registrava receita de R$ 14.184, quando a Companhia ainda não aplicava a contabilidade de hedge.

(b) **Juros de empréstimos e financiamentos:** A despesa de juros de empréstimos e financiamentos totalizou R$ 19.109 no acumulado 9M26, redução de R$ 30.840 frente aos R$ 49.949 do mesmo período de 2025. Essa redução decorre do menor saldo médio de dívida bancária de curto prazo, após as liquidações antecipadas realizadas em 2025, parcialmente substituídas pela 3ª emissão de debêntures e pelo primeiro desembolso da AFD. O saldo remanescente está concentrado em linhas subsidiadas e de longo prazo, de custo inferior às operações quitadas. Adicionalmente, com a contabilidade de hedge, os juros do financiamento AFD passaram a ser reconhecidos em

contrapartida do ORA, e não do resultado, o que explica o saldo positivo no trimestre.

(c) **Juros do arrendamento:** Aumento de R$ 25.316 no acumulado 9M26, impulsionado principalmente pelo reconhecimento dos juros dos contratos de arrendamento das Usinas Arapuá I e II, que integram a estratégia de autoprodução de energia renovável da Companhia (Notas 1 e 18). No trimestre, a despesa somou R$ 12.198.

(d) **Atualização monetária**: Redução de R$ 14.492 no 9M26, explicada pelo menor volume de custos de estruturação e comissões de novos financiamentos, concentrados em 2025, e pela redução dos descontos financeiros concedidos a clientes.

(e) **Despesa com swap:** Registrou R$ 92.139 no acumulado 9M26, sem base comparativa em 2025. O montante compreende a apropriação, pelo regime de competência, dos juros da ponta passiva do derivativo (113,05% do CDI) e da ponta ativa (EURIBOR 6M + 2,43% a.a.), bem como os efeitos da marcação a mercado. Sob a modalidade de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação do valor justo do swap é reconhecida em ORA e reclassificada para o resultado no mesmo período em que o item protegido afeta o resultado, de modo que esse montante atua de forma compensatória à variação cambial e aos juros do financiamento AFD, cumprindo a estratégia de mitigação de riscos da Companhia.

(f) **Variação cambial passiva**: Despesa de R$ 1.180 no 9M26, decorrente do intervalo entre o recebimento do segundo desembolso do financiamento junto à Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), ocorrido em 29 de agosto de 2026, e a contratação do respectivo instrumento de proteção (swap), em 11 de setembro de 2026, período em que a parcela desembolsada permaneceu sem cobertura cambial. De modo consistente com o tratamento da variação cambial ativa, a parcela relativa ao risco cambial designado é reconhecida em ORA, e não no resultado, de modo que o saldo remanescente reflete apenas efeitos não abrangidos pela relação de proteção.

(g) **Despesa de juros da PPP:** Elevação de R$ 77.562 no acumulado 9M26, acompanhando o avanço físico e a expansão da base de ativos das Parcerias Público-Privadas, com o consequente aumento das obrigações financeiras reconhecidas no passivo.

40. Eventos subsequentes

Integralização de capital social subscrito

Em 20 de outubro de 2026, foi integralizado o montante de R$ 18.697 referente

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Trimestres findos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ao aumento de capital social aprovado na 700ª Reunião do Conselho de Administração em 25 de agosto de 2026, mediante aporte efetuado pelo acionista Estado do Ceará.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas
Diretor Presidente

Francisco Rogério Gomes Leite
Diretor de Operações

Cláudia Elizângela Tolentino Caixeta Freire
Diretora de Mercado

Carlos Emanuel Brito Salmito
Diretor de Negócio do Interior

José Carlos Lima Asfor
Diretor de Engenharia

Dario Sidrim Perini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Leite Gonçalves Cruz
Diretor de Gestão Corporativa

Luciano de Arruda Coelho Filho
Diretor de Gestão de Parcerias

Flávia Liduina Costa Gurgel
Superintendente de Contabilidade

André Lopes Camurça
Gerente de Contabilidade

Pedro Henrique Leite Gomes
Contador CRC/CE 018577/O-8

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos
Acionistas e aos Diretores da
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE
Fortaleza – CE

Introdução
Revisamos as informações contábeis intermediárias da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e nove meses findo naquela data, e as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.
Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.
Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária aplicável à elaboração de Informações Trimestrais – (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.
Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Barueri, 13 de novembro de 2026.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Eser Helmut Amorim
Contador CRC 1SP 307.736/O-5
Diretor

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Contábeis Intermediárias do trimestre findo 30 de setembro de 2026 e relatório de revisão especial dos auditores independentes da Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, datado de 13 de novembro de 2026.

Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos apresentados pelo representante da auditoria, concluíram que as Demonstrações Contábeis Intermediárias apresentadas refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE em 30 de setembro de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Fortaleza, 13 de novembro de 2026.

Sandro Camilo Carvalho
Presidente

José Flávio Barbosa Jucá de Araújo
Vice-presidente

Juarez Fabrício de Medeiros
Conselheiro Efetivo

Francisco de Castro Menezes Júnior
Conselheiro Efetivo

Leonardo Osvaldo Barchini Rosa
Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 07.040.108/0001-57, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Vila União, Fortaleza, Ceará, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 27, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que:

Reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais do período findo em 30 de setembro de 2026.

Fortaleza, 13 de novembro de 2026.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas
Diretor Presidente

Francisco Rogério Gomes Leite
Diretor de Operações

Cláudia Elizângela Tolentino Caixeta Freire
Diretora de Mercado

Carlos Emanuel Brito Salmito
Diretor de Negócio do Interior

José Carlos Lima Asfor
Diretor de Engenharia

Dario Sidrim Perini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Leite Gonçalves Cruz
Diretor de Gestão Corporativa

Luciano de Arruda Coelho Filho
Diretor de Gestão de Parceria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 07.040.108/0001 -57, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Vila União, Fortaleza, Ceará, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 27, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais do período findo em 30 de setembro de 2026.

Fortaleza, 13 de novembro de 2026.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas
Diretor Presidente

Francisco Rogério Gomes Leite
Diretor de Operações

Cláudia Elizângela Tolentino Caixeta Freire
Diretora de Mercado

Carlos Emanuel Brito Salmito
Diretor de Negócio do Interior

José Carlos Lima Asfor
Diretor de Engenharia

Dario Sidrim Perini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Leite Gonçalves Cruz
Diretor de Gestão Corporativa

Luciano de Arruda Coelho Filho
Diretor de Gestão de Parcerias